

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio-Econômico

Departamento de Serviço Social

Karen Letícia da Silva Jacques

**A COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO INSTRUMENTO
DE INCLUSÃO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CASO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 04/07/05


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/URSC

Florianópolis
2005

Karen Letícia da Silva Jacques

**A COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO INSTRUMENTO
DE INCLUSÃO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CASO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial para obtenção do
grau de bacharel em Serviço Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

Florianópolis
2005

KAREN LETÍCIA DA SILVA JACQUES

**A COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO INSTRUMENTO
DE INCLUSÃO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CASO DA ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

**Prof^a. Dr^a. Maria Del Carmem Cortizo
1^a Examinadora**

**Adair Silveira
2^a Examinadora**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo fôlego da vida;

Aos meus pais Edemar e Lenir, por me ensinarem o caminho da vida e pelo amor incondicional;

A William, meu irmão, pelo amor e por estar ao meu lado;

A Izaias, cunhado do coração e verdadeiro amigo;

A João Victor, meu sobrinho, meu amor, meu sonho realizado;

A Kelly Faria, minha irmã e amiga, pela contribuição na minha formação profissional;

A professora Rosana Martinelli, pela honra de ser sua orientanda e por compartilhar todo seu arcabouço teórico;

A Adair Silveira, assistente social da PMF, por todo apoio, autonomia e amizade;

À Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis, por me permitir conhecer e acompanhar o cotidiano de suas atividades;

A todos os colegas e amigos que participaram de perto da minha formação acadêmica: Graziela da Silva, Dayame Stuani, Amanda de Azevedo, Ana Cristina da Silva e Marcelo Melo.

À MEUNI, pelos bons momentos de comunhão;

A Gecélia Dias Dantas, minha sogra, por ter feito o melhor presente que já recebi.

Às duas pessoas que mais amo na vida: meu JESUS, que me amou primeiro; e ao meu AMOR, Caetano, por suas demonstrações diárias de amor, pelo seu companheirismo e por me permitir caminhar ao seu lado. Vocês são tudo para mim.

LISTA DE SIGLAS

ACMR	Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis
ASMARE	Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Retroproveitáveis
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
CPP	Centro de Profissionalização Popular
DER SC	Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPAEP	Organização dos Países Árabes exportadores de Petróleo
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
SAEDE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SC	Santa Catarina
SMCAIDS	Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
SMHTDS	Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
SUSP	Secretaria de Urbanismo e de Serviço Público
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
Três Rs	Reduzir, Reutilizar e Reciclar
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as possibilidades de se considerar a atividade coletora enquanto geradora de renda e instrumento de inclusão social, tendo em vista os diversos campos (social, político e econômico) que com ela interagem, bem como os seus reflexos no panorama ambiental, ressaltando a contribuição do Serviço Social para a consecução de tal fim. Tomando por objeto de estudo a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis. Tal análise decorre da experiência de estágio realizado na Gerência de Geração de Renda da Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS), da Prefeitura Municipal de Florianópolis, entre outubro de 2002 e janeiro de 2004, tendo como fundamentos tanto a evidência da coleta de materiais recicláveis nos grandes centros urbanos, quanto nas possibilidades que as relações dela decorrentes abrem em meio a um panorama de ampliação do desemprego, de disseminação do trabalho informal e de crescente exclusão social. Por meio da compreensão da dinâmica da entidade, bem como das atividades de seus participantes e colaboradores, busca-se contextualizar a atividade coletora no panorama contemporâneo do trabalho, evidenciando os principais benefícios e resultados, bem como os percalços e desafios para a atividade ser compreendida como instrumento de inclusão social daqueles que nela se envolvem, por meio do fomento à consciência ético-política e da participação cidadã.

Palavras-chave:

Coleta de materiais recicláveis; geração de renda; inclusão social; serviço social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 MERCADO DE TRABALHO: PRECARIZAÇÃO, DESEMPREGO E EXCLUSÃO.....	05
1.1 Liberalismo: Estado, Capital e Trabalho.....	05
1.2 Reconfiguração do Trabalho no Pós-guerra.....	09
1.3 Políticas Sociais e a Crise do Bem-Estar.....	14
1.4 Desemprego, Precarização e Exclusão Social.....	18
2 A COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PANORAMA CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO.....	24
2.1 Empreendimento Solidário: coleta de materiais recicláveis e geração de renda.....	25
2.2 Lixo: Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	30
2.3 Catadores de Papel e Coleta de Materiais Recicláveis.....	36
3 ATIVIDADE COLETORA E INCLUSÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS.....	44
3.1 Histórico da atividade coletora e da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis em Florianópolis.....	45
3.2 A dinâmica da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis e a contribuição do Serviço Social para a atividade coletora desenvolvida ser considerada uma possibilidade de Inclusão Social.....	49
3.2.1 Benefícios e Resultados.....	52
3.2.2 Percalços e Desafios.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXOS.....	85

INTRODUÇÃO

O panorama do trabalho no Brasil, em meio às atuais transformações pela quais perpassa todo o planeta, sobretudo na transição de um modelo de Estado intervencionista marcado pelos postulados neoliberais, é claramente caracterizado pela precarização, informalização e o desemprego.

Nesse sentido, a busca por novas formas de geração de renda revela uma versatilidade de atividades e ocupações, que arregimentam parcelas e segmentos sociais compostos por indivíduos tradicionalmente excluídos, no anseio de, alguma forma, garantir a subsistência para si e para suas famílias.

É em tal contexto que se insere a coleta de materiais recicláveis, que tem sua gênese decorrente tanto da incapacidade do mercado formal de trabalho em absorver toda a mão-de-obra posta à sua disposição (ainda mais a que se caracteriza pela falta de qualificação), quanto do aumento do uso de mercadorias, produtos e materiais descartáveis, que se faz presente no seio de uma sociedade de consumo.

Notadamente, a coleta traz consigo um envolvimento muito estreito com o lixo, da mesma forma que envolve atividades que desafiam o padrão estético da sociedade. Por essas razões, é relegada a classes sociais marcadas pela baixa renda e pela segregação social, como uma das poucas opções de ocupação existentes, mas que, ante a ameaça da miséria e da fome, se transforma em oportunidade pontual de abrandamento de um panorama desfavorável.

Partindo desses pressupostos, o presente trabalho tem por objetivo analisar as possibilidades de se considerar a atividade coletora enquanto geradora de renda e instrumento de inclusão social, tendo em vista os diversos campos (social, político e econômico) que com ela interagem, bem como os seus reflexos no panorama ambiental, ressaltando a contribuição do Serviço Social para a consecução de tal fim.

Tal iniciativa, desse modo, justifica-se tanto pela evidência da coleta de materiais recicláveis em grandes centros urbanos, em movimentos que angariam cada vez mais interessados e participantes, quanto pelas possibilidades que as relações decorrentes da atividade propriamente dita abrem em meio a um panorama de ampliação do desemprego, de disseminação do trabalho informal e de crescente exclusão social.

A análise foi realizada a partir da própria dinâmica da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis (ACMR), que reúne aproximadamente oitenta trabalhadores e concentra suas atividades de coleta no centro da Capital do Estado de Santa Catarina. Corresponde ao período de estágio realizado na Gerência de Geração de Renda e Trabalho da Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS), da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), entre outubro de 2002 e janeiro de 2004. Outrossim, foram analisadas treze atas da Assembléia Geral da ACMR e oito relatórios da equipe de profissionais da PMF que acompanharam a atividade coletora durante o referido período.

Por meio da compreensão da dinâmica da entidade, bem como das atividades de seus participantes e colaboradores, em uma pesquisa exploratória, que, partindo de levantamento bibliográfico e documental, busca-se proporcionar

uma visão geral da atividade coletora, bem como contextualizá-la no panorama contemporâneo do trabalho, evidenciando os principais benefícios e resultados bem como os percalços e desafios na consideração da atividade como instrumento de inclusão social daqueles que nela se envolvem.

Nesse sentido, o primeiro capítulo trata de situar teoricamente a análise desempenhada, descrevendo a problemática da exclusão social no seio de um panorama laboral de precarização e desemprego, evidenciando a crise do bem-estar e a substituição do modelo keynesiano pelo modelo neoliberal, bem como os impactos dessa transição nas políticas sociais do Estado contemporâneo.

No segundo capítulo apresenta-se a coleta de materiais recicláveis inserida em tal contexto, trazendo à tona sua relação com o desenvolvimento sustentável e com a questão ambiental, da mesma forma que focalizando o alinhamento dessa iniciativa com as diretrizes do associativismo e do empreendimento solidário. Apresenta-se, ainda, em meio a todas essas impressões, a figura dos catadores de papel enquanto atores sociais, destacando a importância de sua presença tanto para o Poder Público quanto para a sociedade civil.

O terceiro capítulo apresenta a Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis, relatando sua criação e seu desenvolvimento, sua dinâmica sócio-econômica, as relações políticas que estabelece, os problemas que enfrenta, as dificuldades que evidencia, os benefícios que proporciona e, sobretudo, os percalços existentes para a atividade ser considerada um fator de inclusão social. Finalmente, relata-se a contribuição do Serviço Social para a transformação do atual quadro e a importância do compromisso e do esforço ético-político do assistente social assegurar os direitos fundamentais, constitucionalmente previstos, a essa parcela da população.

Mesmo com limitada bibliografia específica sobre a inserção do Serviço Social nesta área e restrições aos dados referentes a ACMR, o presente trabalho contribui para elucidar as dimensões e a dinâmica da atividade coletora efetuada pelos catadores do centro de Florianópolis.

1 MERCADO E TRABALHO: PRECARIZAÇÃO, DESEMPREGO E EXCLUSÃO

Para descrever a trajetória do trabalho como processo de construção desempenhado pelo homem, partir-se-á do final do século XVIII, marcado pelo advento do liberalismo, bem como pelas consequências sociais decorrentes da aplicação de tal doutrina. A compreensão da precarização¹ do trabalho e da exclusão social² ao longo dos últimos séculos, objeto do presente capítulo, constitui-se um dos marcos teóricos deste trabalho. Para sua abordagem, torna-se necessária a contextualização do processo sócio-econômico mundial, a partir das revoluções burguesas até os dias atuais.

1.1 Liberalismo: Estado, capital e trabalho

O século XVIII teve como características principais, no que tange ao contexto sócio-político-econômico, o desenvolvimento da burguesia mercantil e o surgimento da doutrina econômica do liberalismo. Nesse modelo, a troca do trabalho por salário e a transformação de uma simples produção em acumulação de capital era defendida como prerrogativa do desenvolvimento e da potencialização do

¹ Pode-se definir trabalho precário como aquele que tem pouca ou nenhuma estabilidade, não cumprindo a contento o propósito do trabalho, que é fornecer ao homem condições dignas de sustento próprio e da sua família e garantir sua cidadania. (MATTOS, 2004, p. 06)

² Segundo Sposati (2003) a noção de exclusão tem sido aplicada no senso comum como sinônimo de pobreza. Exclusão social é mais do que renda indica a perversa decisão histórica de uns pela apartação de outros. Não existem místicas religiosas que a opacizam, mostrando que se trata de um sofrimento no hoje para ter como prêmio a conquista do paraíso pós-morte. A exclusão é histórica, isto é, não há exclusão antes de uma inclusão. Ela é marcada pela desigualdade e diferenças das relações societárias fundadas na desigualdade, concentração de riqueza e de poder.

trabalho como riqueza de uma nação³.

O liberalismo, como ideologia que justificava e defendia os princípios do capitalismo incipiente⁴, baseado na propriedade privada, na liberdade de empresa e de comércio, sem intervenção do Estado na economia, acabou por promover uma ênfase na noção de individualismo. Dessa forma, pregava a necessidade de se garantir politicamente a liberdade do indivíduo enquanto cidadão.

Em que pese também encampar o ideal político da igualdade, subsumia a idéia de cidadania a parâmetros mercadológicos, ligando diretamente o conceito de cidadão ao status de produtor e consumidor. Assim, a cidadania, dentro dos padrões burgueses, se identificaria com a inserção do sujeito, no jogo das trocas, sem qualquer enfoque mais profundo e abrangente. O pressuposto da liberdade de oportunidades se ocupava em abranger todos os segmentos sociais, reduzindo a preeminência e a inclusão social à condição econômica da pessoa, que, sendo livre e igual, poderia, por meio de seus esforços, alcançar a prosperidade.

A concepção liberal, uma vez que identificava as desigualdades como diferenciações oriundas do mérito pessoal, afastava a preocupação com a exclusão social. Por outro lado, até mesmo justificava a exploração daqueles que, pela

³ O capital é sempre uma soma de riqueza que, para se valorizar, tem de sofrer as seguintes metamorfoses: de *capital-dinheiro* tem de passar a *capital-mercadoria*, formado por meios de produção e força de trabalho; este *capital-mercadoria* tem de ser transformado, mediante o trabalho de trabalhadores assalariados em produto, outra forma de *capital-mercadoria*; e este último tem de ser realizado, ou, seja, transformado novamente, mediante a venda do produto, em *capital-dinheiro*. Capital não é, portanto, apenas riqueza, mas valor que se valoriza, riqueza que é investida para engendrar mais riqueza para seu possuidor. (SINGER, 1987, p. 24)

⁴ Octávio Ianni (1992, p.59), sobre o assunto, relata que "desde que começou a desenvolver-se na Europa, o capitalismo adquiriu todas as características de um processo inexorável e universal. Invadiu todos os cantos e recantos do mundo; não só uma, mas várias vezes, sob diferentes formas. Algumas vezes revolucionou tudo de alto abaixo, desbaratando o que encontrava pela frente. Outras, acomodando-se às formas sociais de vida e trabalho que encontrava, em uma simbiose conivente e tensa, dinâmica e contraditória. Inclusive há casos em que capitalismo recria formas sociais de vida e trabalho distintas, seja pela dinâmica da simbiose, seja por suas flutuações cíclicas, quando se abrem espaços para diferentes formas de vida e trabalho. Em geral, no entanto, o capitalismo revoluciona contínua e reiteradamente os centros e as periferias, compreendendo os campos, as cidades, as nações e os continentes".

desqualificação (identificada sumariamente com a idéia burguesa de incompetência), não progrediram.

De acordo com as idéias liberais, ao Estado era atribuído o papel de garantir a livre concorrência, a liberdade de empresa e a propriedade privada. A teoria liberal possuía toda sua base estrutural fundamentada no mercado e no consumo, os quais demandavam um modelo de Estado conivente com sua lógica⁵.

A liberdade pregada e exigida neste período era, em última análise, identificada à oportunidade de inclusão no mercado e, conseqüentemente, desfrutada de fato somente pelos proprietários ou pelos detentores de algum tipo de capital. O grau de liberdade de um indivíduo, em que pese ser reclamado pela burguesia emergente para todos os cidadãos contra o arbítrio do monarca, podia ser identificado por seu nível de participação nas redes de produção e circulação de bens e serviços. Aos que não detinham a prerrogativa de transitar por esse ambiente, restava a opção pela venda de sua força de trabalho ao empresário, como forma única de subsistência.

Naturalmente, o acirramento dessa prática, levando em conta as desigualdades decorrentes da relação de inclusão/exclusão ante o mercado, teve como conseqüência direta uma maior exploração da mão-de-obra dos trabalhadores. A prevalência do poder econômico dos tomadores de serviços sobre a massa proletária marcou um sério desequilíbrio nas relações entre capital e trabalho, de forma a acirrar as diferenças setoriais da sociedade da época, em detrimento dos chamados não-proprietários. Em troca de uma remuneração irrisória, os proletários se sujeitavam a condições sub-humanas no ambiente de trabalho e a longas

⁵ Vicente de Paula Faleiros, explica que Estado é, ao mesmo tempo, lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como interesse geral. (FALEIROS, 1982)

jornadas de atividades laborais.

Durante o período demarcado não havia a idéia ou a concepção de direitos sociais, cabendo ao Estado somente de garantir, no plano social, o mínimo de subsistência necessário àqueles que se encontravam em situação de indigência, depositando sobre as tensões da relação salarial a responsabilidade pela melhoria da qualidade de vida do cidadão.

A forma de o Estado liberal organizar a proteção social ocasiona vários efeitos. De um lado, constitui um mecanismo que disciplina os trabalhadores, pois condiciona a proteção social à contribuição salarial. Por outro, provoca importantes desigualdades sociais e de consumo. (LAURELL, 1999, p. 156)

Este modelo econômico, que perdurou até as primeiras décadas do século XX, sucumbiu com o advento da Primeira Guerra Mundial e da pior crise do sistema capitalista, deflagrada em 1929. Tal recessão demonstrou, entre outros fatores, a impossibilidade de se regular a economia exclusivamente por meio das leis de mercado, sem a intervenção estatal.

Diante da declaração de falência de muitas empresas, ou seja, da sucumbência do setor privado no panorama de crise econômica, coube então que houvesse a intervenção do Estado para que situação não se agravasse ainda mais. Tal ação, por sua vez, destacou-se na assunção, pelo ente público, de muitas dessas atividades econômicas, no subsídio de várias outras e no desenvolvimento de programas de assistência social. O Estado entra em cena, nesse período, como regulador e empresário, buscando combater a depressão vivenciada mundialmente.

Baseado na teoria de John Maynard Keynes⁶ surgiu o então conhecido estado de bem-estar social (*welfare state*), caracterizado principalmente pela

⁶ A base teórica do Estado do pós-guerra nos países desenvolvidos foi formulada pelo economista britânico John Maynard Keynes, que em 1936 publicou *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. A sua proposta fundamental defendia o estímulo da demanda e o aumento da produção, da renda e do emprego através da intervenção do Estado. Este devia corrigir os defeitos do mercado objetivando um capitalismo eficiente. (PADRÓS, 2000, p. 237)

intervenção estatal na economia, com a finalidade de manter seu equilíbrio, assim como as conseqüentes garantias da paz social e da mediação política das relações entre trabalho e capital.

O sistema proposto por Keynes sugeria que o Estado, gastando mais do que arrecadava, elevaria o nível de produção, fazendo aumentar a receita tributária e, dessa forma, cobrindo o déficit anteriormente ocasionado por gastos considerados exagerados. Esta teoria foi bem aceita pelo mercado, Estado e sociedade civil, tendo em vista o controle da inflação que proporcionava em meio a um panorama de crise⁷. Os desdobramentos dessa nova teoria serão sucintamente abordados no tópico a seguir.

1.2 Reconfiguração do Trabalho no Pós-guerra

O colapso do liberalismo como doutrina de base do sistema capitalista deu lugar ao keynesianismo, modelo que, durante duas décadas e meia (1945-1970) regeu a economia. Baseado na noção de bem-estar, os postulados keynesianos acabaram por promover a distribuição de renda assim como um notável crescimento na produção e, por conseguinte, a manutenção do pleno emprego. Tal cenário resultou num relativo equilíbrio entre as forças do trabalho e do capital. Também trouxe consigo conquistas para os trabalhadores, no que se refere à consolidação e efetivação dos direitos trabalhistas.

No final dos anos 60, entretanto, o operariado, mais precisamente no hemisfério norte, passou a reivindicar melhores salários, em decorrência de suas

⁷ O crescimento econômico das três décadas posteriores à Guerra constituiu um fato inédito. As perspectivas de estagnação foram afastadas pelos mecanismos internacionais implementados pelos EUA. A interdependência gradual dos mercados, combinando-se com um Estado que assumia tarefas econômicas e sociais, propiciou "o grande salto" (Hobsbawm, 1995, p. 264). A interação mercado-Estado produziu a "economia mista". O Estado planejava, racionalizava e orientava a produção. Comprometia-se com a previdência social e garantia o pleno emprego, afastando o clima de instabilidade. Era o Estado regulador ou de bem-estar social. (PADRÓS, 2000, p. 236)

condições de trabalho e do aumento de qualificação, oferecendo, em contrapartida, um aumento na produtividade. As diversas manifestações empreendidas (consecutivas faltas ao trabalho, greves entre outros), ocasionaram por parte das empresas reações de grande repercussão: aumento dos produtos, inflação, transferência das linhas de produção para outros países mão-de-obra barata e disciplina, entre outras.

Neste período, o panorama laboral sofreu mudanças estruturais em sua dinâmica, uma vez que a industrialização da periferia conferiu um novo contorno à divisão internacional do trabalho. Se, no hemisfério norte, as relações salariais eram caracterizadas pela qualificação profissional e pelo exercício de funções intelectuais e especializadas (gerando renda *per capita* elevada), no sul, particularmente no Brasil, observou-se uma acentuação da proletarização das camadas médias, concentradas em empregos de baixa qualificação e remuneração. Essa conjuntura, por sua vez, ocasionou a manutenção de altos índices de analfabetismo, subnutrição, mortalidade infantil e pauperização das camadas populares⁸.

No plano econômico, diferenças dos mesmos moldes também puderam ser observadas. Os Estados Unidos e a Europa mantinham estáveis suas economias, ao passo que a América Latina, a África e o sul da Ásia corroíam seus sistemas econômicos em decorrência de sua dependência externa.

No início da década de 70, abalado pelos primeiros sinais de crise do

⁸ Essa dinâmica na ótica de José Maria Gómez (2000, p. 24) "revela a história dos países capitalistas avançados que alcançaram o celebrado 'círculo virtuoso' entre mercado e democracia, através de um demorado e acidentado processo, permeado por lutas sociais e políticas, tensões e contradições, constitutivas e externas (entre outras, o medo do consumismo como motor das reformas democráticas no capitalismo) (Hobsbawm 1995). Um processo cuja forma culminante não ignora que a democracia conheceu durante muito tempo apenas uma participação limitada (pelas exclusões em função da propriedade, da instrução, do sexo), e que o tipo de mercado que efetivamente conseguiu conviver com uma democracia de inclusão política total, depois da Segunda Guerra Mundial, foi ele mesmo objetivo de mecanismos de regulação estatal e do compromisso de classe (administração negociada da economia nacional, investimento público, políticas sociais etc.)".

modelo de *welfare*, o capitalismo experimentou uma nova crise, traduzida na queda da produtividade e na inesperada e vertiginosa subida de preço do petróleo⁹. Tal agravante, como dito, marca o início da crise do keynesianismo, ante a incapacidade do Estado, inserida em todos os setores econômicos e sociais, de custear a si próprio, abrindo espaço para o florescimento da doutrina econômica neoliberal, consistente numa releitura contextualizada dos postulados liberais vigentes até o início do século XX.

Em resumo, 1973 foi o ano da crise que salientou o esgotamento do modelo econômico montado no pós-guerra. Os cortes nos programas sociais aguçaram, ainda mais, a crise que atingia em cheio um universo de trabalhadores acuados pelas mudanças tecnológicas, pelas novas tendências de investimento do capital e pelo avanço de projetos que esboçavam a subordinação completa do Estado ao mercado. (PADRÓS, 2000, p. 234)

O neoliberalismo, assim como o liberalismo, baseou-se no individualismo e na liberdade de empresa, mantendo também a postura de que o mercado, e não o Estado, deve ficar à frente da economia, salientando a prioridade de asseguuração do lucro, relegando a segundo plano a satisfação das necessidades sociais¹⁰.

Na sua tentativa de gerar 'confiança' nos investidores e reconstruir a taxa de lucro, o neoliberalismo promove com suas políticas uma acelerada redistribuição regressiva da riqueza. Como resultado direto do desemprego ou do

⁹ Em outubro de 1973, os membros da organização dos Países Árabes exportadores de Petróleo (OPAEP), em represália à reação israelense na Guerra do Yom Kippur, contra a Síria e o Egito, a cansados de esperar o cumprimento da Resolução 242 das Nações Unidas (devolução dos territórios ocupados por Israel desde a Guerra do seis Dias: Faixa de Gaza, Sinai, Colinas de Golan e a Cisjordânia), assumiram importante solidariedade com o Egito. As medidas tomadas constituíram significativa agravante conjuntural à crise estrutural que se gestava havia quase uma década: a redução de 5% do fornecimento do produto energético (essencial para o desenvolvimento do mundo industrial contemporâneo), era acompanhada do aumento de 70 % no preço do barril, e a imposição do embargo total aos países que apoiavam Israel (principalmente os EUA). (PADRÓS, 2000)

¹⁰ "Assim como observa Cox (1997b: 55), 'a crise dos anos 70 demoliu as bases dos Estados e das relações internacionais das décadas do pós-guerra, e colocou o desafio de reconstrução de novas bases sociais para a autoridade social e política em distintas partes do mundo'. É a partir desse contexto que a economia internacional, objeto até então de sistemas relativamente eficazes de regulação nacional e internacional, começa a ceder lugar a uma economia global amplamente desregulada, em condições curiosamente análogas às que Polanyi descrevera na primeira fase da dialética do duplo movimento, só que dessa vez em escala mundial e não apenas em bases nacionais, como acontecera na primeira metade do século passado". (GÓMEZ, 2000, p. 27)

subemprego, do arrocho salarial e de medidas fiscais regressivas, o neoliberalismo provoca então um processo maciço de empobrecimento e uma crescente polarização da sociedade de ricos e pobres. (LAURELL, 1999, p. 166)

O Estado, segundo o modelo neoliberal, passaria de empreendedor a mero regulador dos processos econômicos. Assim, precavia-se do fracasso da doutrina da não-intervenção na economia, bem como garantia a minimização do controle social sobre os mercados. A posição do ente público passa a ser a de mantenedor de condições políticas para o desenvolvimento econômico, tais como a adoção de metas audaciosas de superavit fiscal e a consolidação das instituições financeiras e monetárias necessárias ao livre trânsito de capitais (ou seja, a fortificação dos bancos centrais e das moedas, o controle rigoroso dos gastos públicos, a garantia de retorno dos investimentos especulativos por meio das taxas de juros, entre outras)¹¹.

A partir de 1990, os processos de enxugamento da força de trabalho, diretamente decorrentes da terceira revolução industrial, marcada pela automação radical da produção, com sua conseqüente “estandardização”, pela microinformática e pelas telecomunicações, acarretaram em mutações no processo produtivo. O ideário neoliberal, contemplando a privatização das empresas estatais, a flexibilização do direito do trabalho, entre outros postulados, informou a ocorrência de várias transformações que objetivavam amplificar o lucro das empresas transnacionais, prejudicando, por outro lado, os trabalhadores e afetando diretamente o mundo do trabalho.

A inserção num mercado de trabalho cada vez mais competitivo tornou-se

¹¹ Segundo Boaventura de Sousa Santos, o Consenso de Washington (nome dado à formulação do FMI, nas décadas de 80 e 90 do século XX, que visava à recuperação de economias nacionais em crise, por meio de empréstimos financeiros e de metas de responsabilidade fiscal) impôs aos Estados a necessidade de “criar o quadro legal e dar condições de efetivo funcionamento às instituições jurídicas e judiciais que tornarão possível o fluir rotineiro nas infinitas interações entre os cidadãos, os agentes econômicos e o próprio Estado”. (2002, p. 43).

causa de aflição para os trabalhadores. A competição decorrente da inovação tecnológica, hoje microeletrônica, que tem como objetivo aumentar a produtividade, reduzir custos de produção e melhorar a qualidade dos produtos, afeta, consecutivamente, o processo de trabalho, pois com a produção automatizada mostrando-se quantitativamente superior à produção humana, acaba-se por extinguir postos de trabalho repetitivo ou não-qualificado.

Antes, também tínhamos muita esperança no progresso tecnológico. De agora em diante, o desenvolvimento das técnicas de produção ameaça transformar milhares de indivíduos em *inúteis sociais*. Os ganhos de produtividade não funcionam mais para distribuir a todos o poder de compra e lazer. Servem para privar de trabalho uma parte da população e para preservar o poder aquisitivo dos detentores de capitais, ou do número declinante de trabalhadores que ainda são absolutamente necessários para garantir o lucro e a sobrevivência das empresas, em uma competição mundial exacerbada “. (GÉNÉREUX, 2000, p. 10-11)

Os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, nos anos 90, mostraram-se mais acentuados, destacando a fragilidade dos direitos conquistados anteriormente, como o de patamar salarial digno e os inerentes à seguridade social. Este período foi marcado pela fragilização das relações trabalhistas e dos institutos do direito do trabalho. O aumento do número de pessoas com ocupação informal, isto é, sem os devidos registros profissionais e sem a inclusão em programas de previdência social, acarretaram a perda da segurança da relação laboral, conquistada décadas antes.

Como reflexo direto das transformações citadas, também as políticas sociais nos padrões de bem-estar sofreram alterações substanciais, as quais serão vistas no tópico a seguir.

1.3 Políticas sociais e a crise do bem-estar

No decorrer da segunda metade do século XX, em meio aos acontecimentos narrados no tópico anterior, observou-se a formulação, pelo Estado, de políticas com caráter de proteção social, criadas com o objetivo tanto de assegurar aos cidadãos os direitos indispensáveis à sua sobrevivência, quanto de possibilitar o fomento da economia pela inclusão no mercado de consumo de bens e serviços¹².

As constantes pressões organizadas, mesmo durante um sistema liberal com o direito a proteção social residual, desaguaram em conquistas marcantes para o mundo do trabalho, tais como o seguro-doença e seguro-desemprego, que, com o passar do tempo, tiveram maiores implementações.

Diante do panorama econômico construído durante os anos 20 e 30 do século XX, relatado acima, as políticas sociais passaram a ter como base em sua estrutura a doutrina keynesiana. Mais precisamente no pós-guerra, o *welfare state*¹³ foi implantado, de modo que a proteção social adquiriu uma maior visibilidade como direitos sociais¹⁴.

¹² Para Anthony Giddens, a pobreza, o desemprego, a doença e assim por diante [...] não são apenas dados que o Estado tenha de enfrentar da melhor maneira que puder; esses elementos são constituídos como parte de formação do Estado, que é definida não só pelo Estado, mas pelos conflitos e batalhas entre as agências oficiais e outras organizações e grupos. E esse processo de constituição social tem sido longo, não limitado aos últimos cinquenta ou mesmo cem anos". (1996, p. 54)

¹³ Sua origem remonta ao final da II Guerra, quando ocorre um esforço dos países centrais, no sentido de repensar a questão política social e as atribuições do estado na área. A inclusão de temas sociais na "carta do Atlântico" assinada pelos aliados, o papel então atribuído ao Bureau Internacional do trabalho e o Plano Beveridge (1942), constituem-se em marcos de um grande projeto de enfrentamento, no plano ideológico, à bipolaridade dos projetos fascistas e socialistas de sociedade. (GURGEL, 1999, p. 14)

¹⁴ Direitos sociais típicos do séc. XX: "o direito a um mínimo de bem-estar econômico e de segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que se estabelecem na sociedade. (MARSHALL, 1967, p. 113)

¹⁵ Este redistribuição tem na tributação o principal instrumento de arrecadação de recursos "escassos", que serão orientados às população carenciadas, indiretamente; como serviços ou diretamente, como ajudas econômicas; gerando, segundo os autores que aderem a esta corrente, o reequilíbrio social. (PASTORINI, 1997, p. 82)

A partir daí, os mínimos sociais passaram a ter uma conotação mais alargada, incluindo, além de políticas de manutenção de renda – geralmente sob a forma de uma rede de segurança impeditiva do resvala de cidadãos sociais e economicamente vulneráveis para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade –, outros mecanismos adicionais de proteção social, como: serviços sociais universais (saúde e educação, por exemplo). Proteção ao trabalho (em apoio ao pleno emprego) e garantia do direito ao acesso a esses bens e serviços e ao seu usufruto. Esta foi a fase de ouro das políticas de proteção social, na qual a otimização da satisfação das necessidades humanas básicas tornou-se uma tendência promissora, a partir da Europa. (PEREIRA, 2000, p. 112-113)

Ao Estado coube a responsabilidade de criar concessões para estabelecer o mínimo de equilíbrio da sociedade por meio das políticas públicas, mesmo com formato compensatório, devido ao acirramento da desigualdade criada pelo crescimento do mercado e da acumulação capitalista, o Estado manteria o processo de acumulação do capital e ao mesmo tempo garantiria a harmonia social.

A estratégia do Estado não depende somente do desenvolvimento das forças produtivas, do mercado, da relação de força dentro do grupo do poder, dos interesses imediatos dos “profissionais”, mas depende também do clima social e da relação das forças políticas. (FALEIROS, 1982, p. 49)

O estabelecimento das políticas sociais como plexo do Estado obteve caráter corretivo, devido aos resultados negativos das ações degeneradas do capitalismo e sua acumulação, também caráter redistributivo¹⁵, pois objetivava a melhoria do bem-estar da população, mais precisamente daqueles que foram mais prejudicados pelo mercado.

No entanto, todas essas atividades acarretaram num altíssimo custo financeiro a ser arcado pelo Estado. O esgotamento das possibilidades de manutenção das práticas keynesianas, em virtude de tal panorama, pôs em questão as atitudes de um Estado normativo e empreendedor, instrumento necessário à

própria sociedade e destinado a viabilizar os serviços públicos essenciais à população, nas áreas de saúde, educação, habitação, minimização da desigualdade e amparo à exclusão social.

A fase de ouro relatada por Pereira (2000), durou até o meados dos anos 70, como já mencionado no item anterior, pois com o baixo crescimento da economia, o notável aumento da inflação e o desequilíbrio financeiro, fez com que as políticas sociais fossem questionadas como um direito.

O êxito de tais medidas foi relativo. O fracasso de muitas delas se deu em virtude justamente da saturação das estruturas e das despesas estatais, bem como da expansão do mercado, o que tornou a sociedade, em certa medida, um receptáculo de sua dinâmica, garantindo, por meio da perpetuação de sua lógica no seio social, a manutenção do sistema econômico vigente à época. A sociedade, refém das diretrizes do capital ante a sua situação de desvantagem, passou novamente a tão-somente buscar garantir sua subsistência, sem mais poder contar com o apoio antes oferecido pela proteção social.

O direito à seguridade é condenado pela ótica liberal, sob o argumento que legitimaria a produção de problemas sociais, pois causaria o aumento dos índices da pobreza em virtude da acomodação de muitas pessoas nesta situação, sem contar que impediria o progresso da sociedade. A solução apontada por tal doutrina propunha a redução considerável das instituições que prestavam atendimento emergencial e que proporcionavam a proteção.

Em contraposição a este contexto, advieram manifestações por parte das classes subjugadas, na busca de garantias que os mantivessem distantes de ser dependentes de um sistema de proteção social reducionista, e principalmente manter-se longe das seqüelas que o capital produz.

A presença do neoliberalismo faz ressurgir o ideário liberal, segundo o qual somente com o desenvolvimento econômico seria possível se chegar à justiça social, este discurso promove como pano de fundo o cenário para a chamada crise do Estado de Bem-Estar, pois junto dele vem a crise econômica e a desestruturação financeira da seguridade social.

Em 1981, ao realizar a “Conferência sobre as Políticas Sociais nos Anos 80”, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) faz o reconhecimento oficial da crise dos sistemas de bem-estar, trazendo a discussão para o campo político-institucional do *Welfare State*. (GURGEL, 1999, p. 15)

A partir da declaração da crise do Estado de Bem-Estar, a ação estatal, frente ao enfrentamento das questões agravantes da sociedade, passa a ser praticada por sistemas privados, esta substituição vem sendo apregoada como uma variante para solução destes problemas.

Assim como o Estado deixa de ser provedor de serviços à população, no processo de ocupação privada de seu espaço e funções, as empresas deixam de ser unicamente atores privados, transformando-se em agentes centrais nas questões do âmbito de consumo societário, saúde, educação e formação, transporte de pessoas, bens e informação e na gestão da economia). Isso representa, no entanto, uma nova matriz de bem público, que excluiu o bem de todos e nem sequer responde às necessidades do 'bem da maioria'. (DREIFUSS, 1999, p. 324)

A fraqueza de autotutela que o Estado criou para si, frente ao neoliberalismo, consubstanciada por uma economia monetária cada vez mais inflada e com cada vez menos obstáculos ao seu império, revela uma exclusão social sem precedentes na história estatal. Além do mais, opera a perda do poder de coesão social do Estado nacional, o que representa tanto o crescimento dos gastos provocados pela queda de seus recursos, ante a ausência de significativo, quanto a carência de meios para satisfazer as necessidades sociais dentro do aumento do abismo crescente entre ricos e pobres.

Como resposta à fragilidade das políticas sociais, da crise do Estado de Bem-estar e do repasse da responsabilidade do poder público para a esfera privada e para a sociedade civil, despontam uma série de problemas que, evidenciando todas essas lacunas, acarreta em transformações no mundo do trabalho, refletindo diretamente na sociedade em forma de desemprego e exclusão social.

1.4 Desemprego, precarização e exclusão social

De acordo com Mattos (2004, p.01) a globalização, em sua mais nova etapa, definitivamente consolidada com o avanço tecnológico, diminuiu a importância da matéria-prima e da mão-de-obra direta, ampliando as desigualdades sociais, trazendo como resultados o desemprego, o “*dumping social*”, a pobreza e a escravidão. Isto porque o Estado passou a ser pressionado para agir como garantidor dos interesses econômicos a fim de superar a desigualdade produtiva, mesmo que isso significasse recuar nas conquistas sociais alcançadas ao longo de muitas décadas.

As transformações e crises advindas das inconstâncias na economia mundial, da recomposição do papel do Estado e da inserção do mercado e da sociedade civil como agentes em meio às questões sociais, acarretaram sérias conseqüências na estrutura do processo de trabalho: desemprego¹⁶ (ou desocupação), precarização da atividade e exclusão social.

Neste final de século, “o desemprego, entendido não apenas como ausência de atividade e de relações assalariadas, mas como uma situação, um status social, transformou-se em indispensável elemento explicativo

¹⁶ O desemprego nunca foi problema nas sociedades baseadas na caça e coleta; em sociedades tribais, o desempenho das atividades de subsistência requer relativamente pouco tempo, não proporciona status ou remuneração especial e não é encarado como uma esfera isolada da vida. Somente nas sociedades baseada no trabalho remunerado o desemprego assume o significado social, econômico e político que tem hoje. (MELO, 2005, p.01)

dos problemas e das tendências da transformação econômica e social". (CATTANI, 1996, p. 40)

Durante a década de 90 do século XX, a economia passou por profundas modificações, que são responsáveis pelo aumento do desemprego, cuja razão remonta às duas últimas décadas, nas quais se observou, não obstante a um panorama de estagnação econômica produtiva, o desenvolvimento do mercado financeiro (especulativo) internacional.

Desde a década de 70, a partir da deflagração do 1º Choque do Petróleo, elevou-se o número de desempregados, o que acarretou diretamente na ascensão dos níveis de desigualdade sócio-econômica, cujo reflexo direto se traduz na chamada exclusão social. Esse fenômeno, por sua vez, tem como causa imediata a falta de renda, decorrente do desemprego.

Porém, urge esclarecer que o panorama de exclusão social não se identifica somente com a questão da falta de renda, mas vai além dela, sendo fundamentalmente marcada pelas experiências das relações societárias fundadas na desigualdade, concentração de riqueza e de poder¹⁷.

Os mecanismos de exclusão social são múltiplos e diversos os modos de sua manifestação, daí que o conceito seja necessariamente multidimensional. As formas de exclusão se relacionam entre si e podem se potenciar ou se contradizer umas às outras. Em um contexto em que se aceleram as grandes transformações macroestruturais, o fator econômico adquire posição proeminente. As revisões sobre o processo de exclusão que se verificam em diversas regiões do mundo contatam o caráter estratégico do emprego e da organização dos mercados. Reconhece-se que a exclusão econômica é uma das formas mais persistentes de desvantagem social em nossos dias, ainda que não a única. A segregação residencial e a negação dos direitos civis e políticos são outras formas igualmente relevantes. (OLIVEIRA, 2001,

¹⁷ A desigualdade representa, no modo de produção capitalista, a integração e a desintegração, o fundamento da alienação do trabalhador e conseqüentemente a idéia de perpetuação da relação desigual (BONETI, 2003, p. 43). A desigualdade, portanto, é uma condição em relação a um parceiro determinado, ambos incluídos numa dinâmica de produção. A desigualdade, quando exposta na relação competitiva de seletividade entre os sujeitos sociais que se apresentam desigualmente, pode transformar esses sujeitos em diferentes expondo-os no caminho da exclusão. (BONETI, 2003, p. 74)

p. 79-80)

O êxodo rural, motivado pela busca de melhorias na qualidade de vida e de emprego junto aos centros urbanos industrializados, também colaborou para aumentar os índices de pessoas nas filas em busca de emprego. Na ausência do suporte estatal para a inserção no mercado de trabalho o cidadão fica exposto diretamente a exclusão social além de compor o quadro do desemprego, que tem seu crescimento dinâmico¹⁸.

O desemprego é, ao nosso ver, a face mais séria e desumana deste padrão de acumulação, principalmente em países como o Brasil, inscrito perifericamente no circuito capitalista e com vasta tradição autoritária, clientelista e subalterna aos ditames internacionais e com milhares de cidadãos abaixo da linha da pobreza. (GRAVE, 2002, p. 74)

Para Pochmann (2000), a larga escala do desemprego em todos os segmentos e a desestruturação do mercado de trabalho dizem respeito à regressão dos postos de trabalho formais e ao processo de destruição de postos de trabalho de melhor qualidade, sem a contrapartida dos empregos criados. Estes são fatores que contribuem para a desestruturação do mercado de trabalho, conseqüentemente causador do desemprego e da excludência social.

O crescente número da redução de empregos formais¹⁹ presente em todo o mundo, também é notório no Brasil, sendo caracterizado como trabalho informal e precarização da mão-de-obra. Quando um trabalhador se depara com a possibilidade de ficar desempregado, sujeita-se a prestação de serviços de forma

¹⁸ O termo suporte utilizado tem como referencial um Estado com instrumental destinado a viabilizar os serviços públicos essenciais à população, nas áreas de saúde, educação e formação, habitação, minimização da desigualdade e amparo à exclusão social. Não esquecendo de um fator de grande importância que é o oferecimento de capacitação profissional, na busca de oportunizar a melhoria na qualidade de vida.

¹⁹ Entende-se como emprego formal, aquele trabalho que tem carteira assinada e as demais garantias asseguradas pelos direitos trabalhistas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

exploratória²⁰, e quando de encontra em situação de desemprego como meio de sobrevivência parte para o trabalho por conta própria, ou seja a informalidade.

Segundo Boneti (2003), durante a modernidade o emprego cumpriu o papel de fazer o processo da integração social. Todavia, nas últimas décadas, o baixo salário e o desemprego produzem uma exclusão denominada econômica.

Já de acordo com Mattos(2004), a existência de um grande contingente de trabalhadores desempregados, bem como a simultânea existência de pobreza acentuada dos países em desenvolvimento, força o desempregado a trabalhar virtualmente a qualquer preço. O resultado disso pode ser verificado em todo o mundo: segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem na atualidade 700 milhões de pessoas ocupando trabalhos precários, incluindo trabalhadores sem qualquer remuneração.

Os indicadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos (DIEESE) mostram que os trabalhadores do setor informal estão em situação pior. Os assalariados sem carteira assinada recebem o equivalente a 60% do salário dos trabalhadores formais. O crescimento da renda, quando há, é meramente numérico e intermitente, quase nunca qualitativo, pois não acompanhado da conscientização e do planejamento necessários à incorporação do aumento na dinâmica financeira do sujeito.

A precarização do trabalho, chamada de informalidade, é dramática e crescente. Não há tendências de reversão. Temos cooperativas ilegais, terceirização e quarteirização que retiram direitos dos trabalhadores e reduzem os salários, que são muito baixos. O fato de termos desemprego alto faz com que os trabalhadores se submetam a salários baixos, sem carteira assinada, sem direito sequer ao seguro-desemprego. Isso traz uma

²⁰ A exploração aqui é entendida como a ausência de responsabilidade das empresas para com o trabalhador, não oferecendo infra-estrutura para a execução das atividades, cabendo ao trabalhador sustentar o trabalho, além de não ter uma carga horária específica e adequada para a execução da atividade. É importante ressaltar a ausência de vínculos empregatícios, deixando o trabalhador a margem dos direitos conquistados e assegurados.

preocupação enorme para o futuro, pois indica que daqui a dez, quinze ou vinte anos teremos milhões de pessoas sem Previdência Social, sem uma proteção mínima de renda na velhice. Esse é um dado importante da precarização do trabalho. Os jovens substituem os mais velhos ganhando muito menos. Os mais qualificados são substituídos pelos menos qualificados. As coisas pioram e o quadro é esse: desemprego, precarização crescente e baixo rendimento. Sem perspectiva de melhora no curto prazo. (MENDONÇA, In: GOMES, 2002, p. 01)

O desemprego apresenta-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, pois atinge de forma generalizada praticamente todos os segmentos sociais, inclusive camadas de maior escolaridade, profissionais com experiência em níveis hierárquicos superiores e em altos escalões de remuneração.

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável as tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos. (FORRESTER, 1997, p. 11)

Para conhecer melhor o desenvolvimento da taxa de desemprego²¹ no Brasil, é feito levantamento estatístico por meio de órgãos de pesquisas como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DIEESE e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SAEDE).

Segundo Sérgio Mendonça, diretor técnico do DIEESE, até os anos 80, era possível caracterizar a maior parcela dos desempregados: pessoa de baixa qualificação, baixa escolaridade e portador de atributos como cor negra. Atualmente, esse panorama mudou completamente. Tem se alastrado, atingindo todas as camadas: baixa, média e alta escolaridade; todas as faixas etárias, homens e mulheres. Mas há uma tendência de crescimento em segmentos mais críticos, como

²¹ A taxa de desemprego é uma porcentagem da População Economicamente Ativa que pode ser calculada com base em diferentes metodologias.

chefes de famílias e pessoas mais velhas. Isso traz a conclusão de que é mais difícil enfrentar o fenômeno do desemprego com políticas localizadas. (GOMES,2002, p.01)

O levantamento estatístico realizado pelo IBGE difere²² dos demais no resultado dos cálculos. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, enquanto o IBGE aponta em agosto de 2000 uma taxa de desemprego aberto de 7,55%, a Fundação SAEDE e o DIEESE chegam a uma taxa de desemprego total de 17,7%.

A configuração de tal panorama, como afirma Castel (1997), decorre justamente das mudanças na divisão internacional do trabalho e da produção, da revolução na informação, do desenvolvimento tecnológico e da interligação dos mercados, bem como das demandas liberais pela reformulação do papel do Estado. Como consequência direta desses movimentos, assinala que, no mundo atual, a desigualdade social revela-se cruel e extensiva, com um processo de exclusão que perpassa por todos os segmentos sociais.

A compreensão das dimensões dessa exclusão, nesse contexto, será abordada no próximo capítulo, com ênfase na percepção da atividade coletora de materiais recicláveis tanto como uma resposta à tendência apresentada acima quanto como um dos instrumentos de inclusão social.

²² A diferença nos resultados acontece porque o IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, no qual somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuram trabalho são consideradas desempregadas. O cálculo é feito com base em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. O SAEDE e o DIEESE – que realizam a pesquisa no Distrito federal e nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife – adotam o critério de desemprego total, que engloba também o desemprego oculto. Nessa categoria estão aqueles que não procuram emprego por desalento ou porque estavam exercendo um trabalho precário.

2 A COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PANORAMA CONTEMPORÂNEO DO TRABALHO

No início dos anos 60, o Brasil deixou efetivamente de ser um país predominantemente agrícola. A população urbana começou a ultrapassar a população rural em número. O país passou a contar com um parque industrial diferenciado e muito produtivo.

Diante do crescimento industrial e da ocupação urbana (devido à migração rural para as cidades industriais), surgiu o notável aumento da degradação sócio-econômica e ambiental do país. Degradação essa que foi decorrente do processo histórico de ocupação e da utilização dos recursos naturais, onde, em quase sua totalidade, critérios técnicos e de segurança para a vida humana foram desprezados. Limitações decorrentes de aspectos naturais foram ignoradas, sobretudo por força de determinante social e econômica, resultando, por exemplo, na ocupação de áreas impróprias para o estabelecimento de moradias. Observa-se assim que fundos de vales, várzeas de rios e córregos e encostas de morro acabaram sendo ocupados por habitações precárias, irregulares e sem atendimento de saneamento básico, reproduzindo um modelo de degradação ambiental urbana.

Contingentes submetidos à exclusão social e econômica seja em decorrência da renda limitada, do desemprego, ou mesmo pela falta de moradia, acomodaram-se nesses espaços públicos, onde, além de dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer, e saneamento adequados, pode-se notar a produção de grandes danos ambientais.

Nesse contexto, entretanto, surgiram atividades relacionadas ao comércio de sobras de matéria-prima dos processos de produção industrial, as quais se ligam diretamente aos processos de exclusão social, associados a discriminações de várias ordens e ao descarte do lixo urbano.

Nesse sentido, apresenta-se a figura do catador de papel, marcado, sem prejuízo de toda a conjuntura já citada, pela precarização de seu trabalho e, via de regra, pela fragilidade de seus apoios relacionais²³.

2.1 Empreendimento Solidário: coleta de materiais recicláveis e geração de renda

A crise do modelo keynesiano de desenvolvimento econômico e social sustentado – caracterizado pela inflação moderada, pela manutenção do pleno emprego e aumentos gerais de salários, pelo acompanhando a elevação da produtividade, que marcaram o longo ciclo ascendente de mais de 25 anos – foi resultado do esgotamento do padrão fordista de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico e a saturação dos mercados internacionalizados, dando assim lugar a uma pronunciada instabilidade econômica mundial com tendências à estagnação, inflação e desemprego (BUSNELLO, 2000)

Os anos 90 foram marcados por mudanças substanciais no mercado de trabalho brasileiro. A recessão econômica do período 1990/92, a abertura comercial, o ajuste no setor privado em busca de maior competitividade, plano de estabilização econômica e as privatizações repercutiram sobre questões como a desocupação e o rendimento dos indivíduos. Reduziu-se substancialmente o número de trabalhadores

²³ A expressão "fragilidade de seus apoios relacionais" diz respeito ao panorama de desagregação, que caracteriza os círculos e padrões de relacionamentos mais próximos entre os catadores, tais como família, vizinhança, amigos.

na indústria de transformação e, em contrapartida, expandiu-se o número de trabalhadores no setor de prestação de serviços. Ao mesmo tempo, puderam ser notadas a informalização do mercado de trabalho e a retração das políticas sociais e a redução dos direitos trabalhistas, previdenciários e de proteção.

De modo geral, a estratégia de reestruturação do trabalho está voltada para a obtenção da maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho, com vistas à redução máxima dos custos, da ociosidade dos meios de produção e dos riscos determinados pela instabilidade e manutenção dos mercados.

Na produção flexível, os empresários não precisam de um grande exército de trabalhadores. Basta-lhes agora um pequeno núcleo que programa, que vende e que contrata eventualmente o grande número flutuante de trabalhadores para produzir o que já está vendido e que tem que ser entregue em um período de tempo relativamente curto. Por isso, o processo produtivo flexível exige também a flexibilização dos direitos trabalhistas, de modo que as empresas possam dispor da força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. Trata-se de um aumento nas faculdades dos empresários para determinar discricionariamente a utilização da mão-de-obra. (BUSNELLO, 2000, p. 21)

Diante da desresponsabilização do Estado, que passou a transferir para a iniciativa privada e para a sociedade civil o atendimento das necessidades e carências dos indivíduos excluídos do processo produtivo, alguns setores da sociedade civil iniciaram a construção de um novo formato organizacional como alternativa de trabalho e renda, para que houvesse a absorção de sua mão de obra que não se encontra inserida no mercado trabalho.

Quanto às relações de trabalho, as empresas não apenas forçaram a desarticulação do padrão de regulação anterior, como também agiram no sentido de constituir um novo modelo mais compatível com as novas condições econômicas. Por um lado, a ação das empresas foi direcionada para o Estado, do qual objetivaram uma desregulamentação das relações de trabalho. Por outro lado, pressionaram os sindicatos, com o intuito de criar novas condições de relacionamento

direto entre capital e trabalho. (BUSNELLO, 2000, p. 21)

Foi em consequência da insustentabilidade e do atual sistema de mercado, no que tange à estabilidade dos trabalhadores, que surgiram inúmeras experiências de reestruturação, inclusive no Brasil. Por meio dos segmentos populares da sociedade civil, a produção passou a se organizar tanto como resistência às diversas formas de opressão quanto como proposição e realização de alternativas.

Os problemas brasileiros, com profundas raízes históricas nas injustiças sociais, no centralismo e na apropriação privada do que é público, são agravados pela dinâmica da sociedade contemporânea, estruturada em princípios como a maximização do lucro, a acumulação do capital, a ênfase no consumo, encontra-se hoje em crise. Aliado ao contexto histórico, soma-se a insegurança frente aos efeitos da crise econômica. A partir de década de 90 a economia brasileira se abriu, muitas privatizações foram realizadas e a inserção do Brasil no mercado global é irreversível. Neste novo cenário, o espaço destinado às ações isoladas de pequenas instituições foi reduzido, ocorrendo uma substituição pela ação coletiva de parcerias, alianças e cooperação. O planejamento e a definição de objetivos claros e específicos passaram a ser importante para a sociedade como um todo, por proporcionar a confiança necessária para alcançar metas e objetivos.

Como resposta ao momento econômico e social que a sociedade atravessava, surgiram em diversas regiões do Brasil as mais criativas iniciativas dirigidas à modernização e à superação das dificuldades, passando a formação de parcerias a ser considerada fundamental para alavancar as vocações naturais de cada região.

Para fazer frente a tanta adversidade surgiu como alternativa comunitária

e associativa de desenvolvimento, o resgate do princípio de coletividade, a construção de um espaço social no meio produtivo, como fruto da mobilização social, destacando os empreendimentos solidários, mais conhecidos como economia solidária²⁴.

O reconhecimento de economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentado, com ênfase na geração de emprego, renda e superação da inacessibilidade de amplas camadas da população aos bens de consumo vinculados às necessidades sociais, faz com que nela se anteveja a possibilidade de incremento de um desenvolvimento econômico e social de novo tipo. (SILVA, 2002, p. 123)

Nesse contexto, a construção de iniciativas de economia solidária como um espaço social, além de geração de trabalho e renda tem como objetivo o exercício da democracia, da participação, de efetivação e expansão de direitos, de vivência da cooperação²⁵ e solidariedade e de politização²⁶.

Uma economia solidária²⁷ exige, além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade. Em oposição radical ao sistema de competição, a economia solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, que torne a população em objeto passivo. Ela exige a participação de todos, para se tornarem

²⁴ A economia solidária, herdeira dos projetos de geração de renda, estatais ou alternativos, se apresenta, ao longo da década de 1990, como uma estratégia social de sobrevivência que ganhou visibilidade enquanto forma de enfrentamento da desigualdade social, podendo inserir-se, nas discussões sobre distributividade e assistência social até então centradas nos deveres do Estado como provedor dos mínimos sociais, ampliando seu espectro de abordagem até então localizado nos processos de transformações do mundo de trabalho. (SILVA, 2002, p. 126)

²⁵ Cooperação é um processo de interação social, onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos

²⁶ A politização ocorre articulada a processo de empoderamento dos sujeitos. Politizar significa "identificar relações de poder e imaginar formas de práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada. (CORTIZO e OLIVEIRA, 2004, p. 85)

²⁷ A Economia Solidária tem como característica fundamental: a) o ser humano como sujeito e a finalidade da atividade econômica; b) o desenvolvimento local; c) redução de contradição entre produção e consumo; c) a autogestão. Com a aplicação de suas características passa a ter consequências como: a melhoria da qualidade de vida; a colaboração solidária; a valorização social da atividade; e a participação social.

cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico.

A noção de economia solidária “caracteriza-se como uma possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, mas principalmente como um espaço de politização, de aprendizado, de construção coletiva”. Não obstante, abarca diversas práticas e não há um pensamento único sobre o seu significado. Ela está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, igualitarismo, cooperação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e preservação dos ecossistemas (CORTIZO E OLIVEIRA, 2004, p. 84)

Este novo sistema é composto por iniciativas como: cooperativas, associações, empresas autogestionárias ou co-gestionárias, que têm como base princípios de justiça, democracia, autogestão, visando a superação de dificuldades (inclusive econômicas) e a autonomia dos trabalhadores.

O que garante a diferença e peculiaridades da economia solidária das empresas é a utilização de regras democráticas em seu funcionamento. Qualquer organização ou instituição deve se pautar acima de tudo nas idéias e convicções de seus próprios membros.

Dentre as várias formas associativas existem as que buscam somente a integração e aquelas que buscam a cooperação, no sentido de prestar ajuda mútua para poder crescer. Muitas vezes esta cooperação se torna tão intensa que as partes envolvidas perdem a individualidade, caracterizando-se uma forma de integração, refletindo na organização.

O modelo de economia solidária abordada no presente trabalho, por estar inserido no terceiro setor e por ser uma forma organizacional, é o cooperativismo/associativismo. Dar-se-á destaque a esse tipo, pois por meio dele

são geradas ocupações, renda e podem até requalificar os sujeitos que dele participarem, reinserindo-os no mercado de trabalho. O mundo associativo, espaço de utilidade social, é igualmente provedor de trabalho, renda e lugar de definição social²⁸.

Na cooperativa/associação não existe o espírito capitalista de enriquecimento, mas, apesar disto, existe interesse em autobeneficiar-se através do serviço prestado pela cooperativa/associação aos associados. Apesar das associações serem empreendimentos coletivos, os objetivos primordiais são de manutenção e de sobrevivência de seus sócios, ponto no qual se assemelham das empresas privadas. A grande diferença nesse sentido é a filosofia que norteia as cooperativas/associação, ou seja, o caráter coletivista dos trabalhadores, em vez do individualismo que caracteriza as empresas privadas.

Tal dinâmica, aplicada na gestão de recursos sólidos, como no caso da coleta de material reciclável, ainda que efetuada de maneira precária e incipiente e se concentre em setores sociais tradicionalmente excluídos, revela benefícios à população em geral. A compreensão dessa atividade, intimamente relacionada à noção de sustentabilidade, será abordada no item seguinte.

2.2 Lixo: Meio Ambiente e Sustentabilidade

A problemática dos resíduos urbanos vem demandando, nos últimos anos, a criação de novas alternativas de destinação e processamento do lixo

²⁸ Terceiro Setor é uma rede que opera na esfera produtiva, ao criar inúmeros postos de trabalho e produtos; na esfera reprodutiva, ao manter a sobrevivência ou ampliar a qualidade de vida de amplos contingentes populacionais, e na esfera cultural, ao consolidar valores e capacidades. (SILVA, 2002, p. 130). O Terceiro Setor é constituído por organizações sem fins lucrativos que geram bens, serviços públicos e privados. Todas elas têm como objetivo o desenvolvimento político, econômico, social e cultural no meio em que atuam. Exemplos de organizações do Terceiro setor são as organizações não governamentais, as cooperativas, as associações e fundações. Cabendo ressaltar no entanto que algumas organizações não governamentais se recusam a ser consideradas como integrantes do Terceiro Setor.

(compreendido aqui como o resultado de processos de diversas atividades da comunidade da origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e ainda de varrição pública). ante a impossibilidade de manter as tradicionais práticas de descarte.

Por mais paradoxal que possa ser, os seres humanos com sua inteligência vêm introduzindo, em proporções alarmantes, uma espécie competidora em seu habitat: o Lixo! A industrialização trouxe inúmeros benefícios à humanidade como, por exemplo, mais conforto, mas ao mesmo tempo tem introduzido mudanças tão significativas em relação ao consumo que têm tido efeito catastrófico sobre o meio ambiente, gerando montanhas de resíduos que tratados inadequadamente posam inúmeros riscos ao homem. (DIAS e MOTTA, 2000, p. 01)

Cada pessoa gera, durante toda a vida, uma média de 25 toneladas de lixo, entre restos de comida, papel, plástico, vidro, entre outros. Apesar de produzir essa quantidade de resíduos, a maioria das pessoas, induzidas a um raciocínio simplista, acha que basta colocar o lixo na porta de casa e os problemas acabam-se. Porém,

Quando o lixo não é tratado adequadamente, ele pode ser altamente poluente e afetar diretamente a saúde pública. Apesar disso, o lixão ou o despejo a céu aberto é a forma mais utilizada para destino final do lixo no Brasil. Segundo a pesquisa da água e vida, há lixões em 26% das capitais brasileiras, em 73% dos municípios com mais de 50 mil habitantes e em 70% dos municípios com menos de 50 mil habitantes. A maioria de população não se aflige com a situação e nem sequer toma conhecimento dos lixões que se localizam, em geral, distantes dos centros urbanos. (ABREU (a), 2001, p.22)

O Brasil é um dos países com a maior quantidade de matéria orgânica no lixo, da ordem de 70%. Isso demonstra como os hábitos alimentares levam a desperdício de comida, além de evidenciar as perdas de 20% a 30% no transporte e acondicionamento inadequados dos produtos agrícolas, que também vão para o lixo e compõem a sua fração orgânica. O lixo das cidades brasileiras mostra, ainda, o aumento do uso de embalagens e de produtos descartáveis, em níveis compatíveis

com países desenvolvidos. Em cerca de 20% dos domicílios brasileiros, o lixo não é sequer coletado (ABREU(a), 2003).

A maioria dos municípios brasileiros dispõe seus lixos/resíduos domiciliares sem nenhum controle, uma prática de graves conseqüências, tais como: contaminação do ar, do sol, das águas superficiais e subterrâneas, criação de focos patogênicos, vetores de transmissão de doenças, com sérios impactos ambientais e na saúde pública. O quadro vem se agravando com a presença de lixos industriais e hospitalares em muitos depósitos de resíduos domiciliares, e, não raramente, com pontos de descargas clandestinas.

Em grande parte dos municípios, o circuito dos resíduos apresenta características muito semelhantes, da geração à disposição final, envolvendo apenas as atividades de coleta regular, transporte e descarga, em locais quase sempre selecionados para a disponibilidade de áreas e pela distância em relação ao centro urbano e às vias de acesso, correndo a céu aberto.

Em todo o mundo e, também, no Brasil, as cidades vêm se expandindo enquanto se reduz a ocupação das áreas rurais e, quase sempre, a população cresce mais rapidamente do que a infra-estrutura urbana. Essa situação reflete-se na limpeza urbana, verificando-se alguns problemas típicos na maioria das cidades brasileiras como ruas sujas e depósitos clandestinos de lixo que se transformam em focos de dengue e de outras doenças. Embora dispersos em toda a cidade, geralmente esses problemas concentram-se nas áreas mais pobres, onde a coleta de lixo é mais deficiente, aumentando os riscos à saúde pública nesses locais. (ABREU (a), 2001, p. 19)

Do ponto de vista da degradação ambiental, o lixo representa mais do que poluição. Significa também muito desperdício de recursos naturais e energéticos. A produção de lixo é em muito corroborada pelo desejo consumista, que transforma em necessidades mercadorias e produtos rapidamente descartáveis. As embalagens, destinadas a produtos, passam a ser estímulo para aumentar o

consumo (a embalagem “valoriza” o produto), e os descartáveis ocupam o lugar de bens duráveis. O resultado é um planeta com menos recursos ambientais e com mais lixo, que, além da quantidade, aumenta em variedade, contendo materiais cada vez mais estranhos ao ambiente natural.

No âmbito da civilização humana, as sociedades contemporâneas têm sido amiúde ignorantes ou negligentes acerca de irreversibilidades ambientais decorrentes de suas ações. A intensa utilização de elementos não-renováveis e a contínua e generalizada degradação ambiental evidenciam essa característica. Tendo na economia seu valor maior, as sociedades atuais desconhecem os conceitos de entropia e irreversibilidade. Mais do que isso a atual racionalidade econômica introduz um novo referencial para a velocidade ou a dinâmica das sociedades que pode ser sintetizado pela máxima: “tempo é dinheiro”.

A idéia de “desenvolvimento sustentável”, no entanto, significa desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações no atendimento de suas necessidades”. Portanto, pressupõe-se que esse desenvolvimento possa atender às necessidades de todos os povos do planeta sem comprometer os ecossistemas e a dinâmica natural que lhes dá suporte e sem comprometer a disponibilidade atual de recursos naturais.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi estabelecido e acordado como modelo a ser seguido pelos 170 países que participaram do Encontro das Nações Unidas Rio-92. Ele considera que o desenvolvimento econômico deve ser conciliado com a sustentabilidade ambiental e social. Isso significa que devem ser buscadas alternativas de desenvolvimento que minimizem os impactos ambientais e que promovam equidade social. (ABREU(a), 2001, p. 67)

O consumo sustentável pode ser entendido como consumo de bens e serviços promovido com respeito aos recursos ambientais, que se dá de forma que garanta o atendimento das necessidades das presentes gerações. A promoção do

consumo sustentável depende da conscientização dos indivíduos da importância de tornarem-se consumidores responsáveis.

O consumidor tem que adquirir a consciência de que é um ator de transformação do modelo econômico em vigor em prol de um novo sistema, de uma presença mais equilibrada do ser humano na Terra. O consumidor é ator de transformação, já que tem em suas mãos o poder de exigir um padrão de desenvolvimento sustentável socialmente justo²⁹, ambientalmente equilibrado³⁰ e economicamente adequado³¹.

O desenvolvimento sustentável deve garantir as necessidades das atuais gerações sem comprometer às gerações futuras. Este é o conceito mínimo de desenvolvimento sustentável proposto pelas Nações Unidas³². Ele possui duas lógicas de solidariedade: das gerações atuais com as futuras e das gerações atuais com a natureza que elas ocupam hoje. Assim a responsabilidade maior de implementar um estilo sustentável de vida no Planeta é das gerações atuais.

A prática da responsabilidade deve partir da perspectiva de que o “Lixo não é lixo”, em que o eixo central de abordagem está na contestação do consumismo e do desperdício, com ênfase na ação individual por meio dos três Rs

²⁹ A integração de diversos setores municipais bem como as parcerias com entidades da sociedade civil, também são fatores de sustentabilidade, favorecendo a continuação do trabalho independentemente da posição da prefeitura. Os governantes passam e as organizações da sociedade civil têm mais estabilidade e podem pressionar o poder público para garantir a continuidade dos trabalhos. O envolvimento efetivo da sociedade com o projeto e a instituição de um processo de co-gestão determinam, por tanto, o controle social do processo. (ABREU (a), 2001, pg. 69)

³⁰ Do ponto de vista de sustentabilidade ambiental, a prioridade é minimizar os impactos ambientais provocados pela destinação inadequada dos resíduos, erradicando os lixões que representam uma situação sanitária totalmente indesejável. Após solucionar esse problema emergencial, é importante implantar o manejo diferenciado dos resíduos, incorporando o princípio da minimização dos rejeitos pelos 3 Rs. (ABREU (a), 2001, p. 67)

³¹ Os projetos de gestão do lixo, mas demandam investimentos financeiros e custos operacionais que não são pouco significativos. Para a sustentabilidade econômica dos projetos devem ser buscadas fontes de financiamento para investimentos, além de outras formas que viabilizem o aporte e a economia de recursos. (ABREU (a), 2001, p. 69)

³² O despertar mundial para os problemas causados pela degradação do meio ambiente teve seu início tardiamente em 1972, na Conferência de Estocolmo. Reuniram-se 72 nações e criaram o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

(reduzir, reutilizar e reciclar)³³, até aquela que toma essa problemática como consequência de um determinado tipo de relação sociedade-natureza, histórica e socialmente construída, analisa desde as causas da sua existência até a destinação final do resíduo e, ainda, busca a construção coletiva de modos de compreendê-la e superá-la.

Diante de todo o desenvolvimento e crescimento urbano, destaca-se a ampliação dos serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos, presente em todos os países. Segundo Lajopo (2003), entre 1979 e 1990, enquanto a população mundial aumentou em 18%, o lixo produzido no mesmo período cresceu 25%. No Brasil, 240 mil toneladas de lixo domiciliar são geradas diariamente, perfazendo média maior o que 1 kg por habitante/dia.

Como uma forma de superação dos dados citados acima surge a coleta seletiva que procura enfocar outro nível de pensamento e conceito em relação aos resíduos sólidos, que tendem a deixar de ser uma coisa indesejável, nojenta, e passam a ser um reflexo da situação e consciência de quem os produz. É, sem dúvida, um dos sistemas mais adequados de gerenciamento do lixo domiciliar. Segundo Lafay (1997), tal sistema, também chamado de coleta segregativa, é um processo pela qual os resíduos sólidos são recolhidos separadamente, que a princípio em dois tipos: o orgânico (resíduo molhado³⁴ou compostável³⁵) e o

³³ Reduzir: Gerar menos lixo, evitar desperdícios, escolher produtos mais duráveis e evitar descartáveis. Reutilizar: Prolongar a vida dos materiais, adiar sua transformação em lixo, valorizar materiais usados. Reciclar: Produzir um novo produto a partir do velho, o lixo volta ao ciclo produtivo como matéria prima. (ABREU (a), 2003, p. 09)

³⁴ São resíduos molhados ou compostáveis: restos de comida, cascas e bagaços de frutas, ovos, legumes, alimentos estragados, etc.

³⁵ Compostável vem de compostagem que é um processo biológico, aeróbico e controlado do tratamento e estabilização de resíduos orgânicos para a produção de húmus (composto orgânico que pode ser utilizada como fertilizante agrícola)

inorgânico (resíduo seco³⁶).

A coleta seletiva reduz o desperdício do lixo, pois impede que os materiais recicláveis sejam inutilizados pela mistura com a matéria orgânica e com os rejeitos. Com a coleta seletiva, os materiais recicláveis são separados nos lugares onde o lixo é gerado – residências, escritórios, escolas, entre outros. – e são transportados para a reciclagem. A coleta seletiva facilita e estimula a reciclagem, porque os materiais coletados separadamente, por serem mais limpos, têm maior potencial de aproveitamento.

Além de proporcionar o reaproveitamento, a coleta seletiva e a reciclagem são uma solução indispensável, por permitir a redução do volume de lixo para a disposição final em aterros e incineradores.

O fundamento deste processo é a separação, pela população, dos materiais recicláveis (papéis, vidros, plásticos e metais) do restante do lixo, que é destinado a aterros ou usinas de compostagens. Especificamente, é neste processo que, como agentes fundamentais na coleta dos materiais recicláveis, os catadores de papel interagem, pois são eles que historicamente sempre fizeram a coleta seletiva nos grandes centros urbanos. Sem saber foram os precursores da prevenção ambiental.

2.3 Catadores de Papel e Coleta de Materiais Recicláveis

Todo o material descartado e que se transforma no lixo das cidades, em grande parte, deve ser retirado da “corrente” para ser recuperado como matéria-prima, podendo assim ser reutilizado na fabricação de um novo produto. Isto é a

³⁶ São resíduos secos: papéis, plásticos, metais, couros tratados, tecidos, vidros, madeiras, guardanapos e toalhas de papel, pontas de cigarro, isopor lâmpadas, parafina, cerâmicas, porcelanas, espumas, cortiças, etc.

reciclagem³⁷.

A reciclagem surgiu como uma maneira de reintroduzir no sistema uma parte da matéria (e a energia), que se tornaria lixo. Assim desviados, os resíduos são coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima virgem.

O reconhecimento do valor econômico agregado dos resíduos sólidos, a ampliação do mercado de reciclagem e o aumento do desemprego a partir da década de 1990 alterou significativamente o mercado de produtos recicláveis no Brasil.

A importância da coleta seletiva é justamente a de proporcionar a redução do desperdício imperante na sociedade. Diariamente é enterrada como lixo uma significativa quantidade de materiais que poderiam ter utilidade para inúmeras pessoas que têm na catação sua única fonte de sobrevivência. Sendo assim, a coleta seletiva, além de colaborador para a minimização do problema ambiental representado pelo lixo, cumpre também um papel social através da destinação dos recicláveis previamente separados pela população.

A maioria das cidades brasileiras de médio e grande porte convive hoje com inúmeros problemas provocados pelas freqüentes crises econômicas e políticas. Nas últimas décadas, com a queda na oferta de produtos de trabalho, o número de pessoas que passaram a ocupar as ruas e delas retirar seu sustento começou a crescer. A atividade de coletar papéis e materiais recicláveis, existente nas cidades há várias décadas, mas mais alarmante a partir do final da década de

³⁷ Reciclagem é um processo industrial que converte o lixo descartado (matéria-prima secundária) em produto semelhante ao inicial ou outro. Reciclar é economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que é jogado fora. A palavra reciclagem foi introduzida ao vocabulário internacional no final da década de 80, quando foi constatado que as fontes de petróleo e outras matérias-primas não renováveis estavam e estão se esgotando. (AMBIENTALBRASIL, 2004)

1980, começou a agregar um número cada vez maior de homens e mulheres que passaram a fazer parte da economia informal da cidade, pois: “Misturado é tudo lixo e poluente. Separado, tem coisa de valor!”³⁸.

Essa atividade de coleta, de seleção, esse olhar atento, orientado para o princípio de que nesse mundo nada se perde, se aproveita, essa capacidade de encontrar sentido econômico e utilizada no desprezível e nojento, que pressupõe a convivência com o que é negado por outros segmentos, também pressupõe a desqualificação daquele que com o sujo e o resto tem contato.

O caráter paradoxal desse sistema de relações sociais se revela novamente, abrindo espaço para um campo de atividades econômicas sustentadas no reaproveitamento daquilo que antes fora rejeitado, mas que, pelo menos num dos momentos do processo, só se desenvolve absorvendo o trabalhador expulso de atividades mais valorizadas pela sociedade. (NEVES, 1995, p.91)

O reconhecimento da importância de diversos atores sociais como co-responsáveis na gestão de resíduos sólidos, a valorização da reciclagem e a promoção de ações educativas para mudanças de valores e hábitos da sociedade são alguns dos elementos centrais para uma gestão integrada, descentralizada e compartilhada. Trata-se de prioridades relativamente novas, uma vez que foram incorporadas a partir do início da década de 1990 por alguns governos municipais.

Com o êxodo rural, o fechamento de fábricas e a redução de postos de trabalho, houve um significativo contingente de pessoas que, sem perspectiva de conseguir emprego no mercado formal, buscou estratégias para realizar suas atividades no mercado informal, inserindo-se como catadores de materiais recicláveis. A maioria dessas pessoas adotou a coleta de papel e de material reciclável como possibilidade que se apresentou para garantir sua sobrevivência e de sua família. Para tanto, submeteram-se a situações de muita exploração em suas rotinas de trabalho.

Com a coleta de materiais recicláveis houve uma redução notória na

³⁸ ABREU (a), 2003, p. 07.

quantidade de resíduos sólidos domiciliares destinados aos aterros sanitários. Segundo Demajorovic (2004) em São Paulo houve uma redução de 30% de resíduos sólidos nos aterros sanitários, passando de 12.000 toneladas em 2002 para cerca de 9.000 toneladas em 2004.

Apesar do pequeno número de prefeituras brasileiras que declaram ter programas de coleta seletiva, os catadores de materiais recicláveis estão presentes em 3.800 municípios, de acordo com a pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) de 2000. Atuando ao lado dos serviços municipais, esse exército de trabalhadores informais desvia entre 10% e 20% dos resíduos urbanos para um circuito econômico complexo, que passam por intermediários (compradores) e terminam nas empresas de reciclagem de plástico, vidro, papel, alumínio e ferro³⁹.

Com o passar dos anos e o aumento da visibilidade da atividade da coleta de materiais recicláveis como forma de trabalho e de geração de renda e até mesmo de sobrevivência, ocasionou o crescimento do número de trabalhadores que passaram a incorporar a separação de resíduos como uma atividade complementar a sua principal ocupação. Com esta nova categoria de trabalho, a coleta de materiais recicláveis, os trabalhadores passaram a ser identificados como, catadores de papel⁴⁰, carrinheiros, carroceiros, coletor de materiais recicláveis, catadores de rua.

A grande maioria destes trabalhadores informais atuam autonomamente, geralmente sozinhos ou em pequenos grupos de pessoas, sendo responsáveis pelo recolhimento de enorme quantidade de materiais que tem como destino final as indústrias de reciclagem. O instrumental de trabalho destes profissionais são: a

³⁹ ABREU (a), 2001.

⁴⁰ Termo utilizado neste trabalho para identificar esta classe de trabalhadores.

própria tração humana, os carrinhos (também conhecidos como: gaiolas e carroças) e as ruas (centros comerciais e domiciliares, em que há um grande fluxo de materiais recicláveis).

Na quase totalidade dos municípios brasileiros é inexistente qualquer tipo de suporte a apoio para o exercício da atividade, tais como coleta seletiva de lixo ou galpões para separação e armazenamento do material. Diante da ocorrência dos fatos, encontram-se muitos catadores de papel armazenando e selecionando o produto coletado em lugares improvisados (como por exemplo, o quintal de suas casas, vielas, becos, praças, viadutos, entre outros) até que consiga uma quantidade considerável de materiais para a comercialização, este acúmulo de resíduos acaba por acarretar uma série de problemas para saúde pública (como por exemplo, a presença de ratos, odores desagradáveis).

Como têm que executar a triagem dos materiais nas calçadas, os catadores são responsáveis pela sujeira das ruas, o que é verdade em parte. Muitos deles fazem da rua sua casa, improvisando malocas junto aos materiais coletados – uma cena que expõe aos olhares da população como degradação do espaço urbano. (ABREU (a), 2001)

Atuando informalmente no processo de catação, os catadores são responsáveis por grande parte da coleta do lixo gerado nas cidades, contribuindo assim, para uma maior limpeza urbana, o que por consequência acaba por diminuir gastos com limpeza pública, favorecendo o Estado.

Segundo o “Guia da Coleta Seletiva do Lixo”, publicado pelo CEMPRE (1999) “estima-se que existam atualmente no Brasil cerca de 500 mil catadores de rua (autônomos e em cooperativas), responsáveis pela coleta de vários tipos de materiais”.

Estes trabalhadores podem ser considerados agentes econômicos e ambientais, pois junto com sua atividade, que aos olhos de muitos é a degradação

do espaço público, traz uma série de benefícios para o meio ambiente, para o Estado e para a Sociedade Civil, como por exemplo: diminuição da poluição do solo, água e ar; melhoria da limpeza da cidade e a qualidade de vida da população; prolongamento da vida útil de aterros sanitários; melhoria da composição de compostos orgânicos, entre outros.

Apesar de todas as dificuldades, esses trabalhadores informais dos lixões e das ruas das cidades são hoje responsáveis por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem no Brasil, fazendo do País um dos maiores recicladores de alumínio do mundo. Além de terem um importante papel na economia, os catadores diminuem a quantidade de lixo a ser tratado pelas municipalidades. (ABREU (a), 2001, P. 34)

O reconhecimento da importância econômica e ambiental dos catadores impõe a necessidade de valorizar a sua atividade. Uma alternativa, prática e digna para esses trabalhadores se inserirem na sociedade e no mercado econômico é através de uma maior organização, por parte dos mesmos, em associações e/ou cooperativas. Dessa forma, uma quantidade maior de pessoas trabalhando com um mesmo objetivo, sob as leis e os direitos de um estatuto por eles organizados, passam a conseguir de uma maneira organizada e planejada e ampliar a quantidade e qualidade de fardos de armazenamento, vender o material diretamente às indústrias de reciclagem, aumentando o valor agregado para os compradores, eliminando de vez os atravessadores.

Isso porque, ao estarem inseridos sozinhos no mercado de trabalho, os catadores de papel tornam-se mais vulneráveis a exploração. Além de submeterem-se a uma rotina de trabalho exaustiva principalmente em cidades acidentadas, onde a tração humana dos seus carrinhos é mais agressiva, são explorados pelos donos de depósitos que detêm direitos abusivos sobre a produção, sendo também vítimas na hora da venda dos materiais coletados, pois estão sujeitos a receber menos que

o preço de mercado (oferecido pelas fábricas), ficando o atravessador com a maior parte do lucro.

Com toda a construção do processo de trabalho do catador sendo vítima de um grande número de atravessadores com o objetivo de explorar a categoria, passam a surgir às formas organizacionais de trabalho.

A partir de década de 1990, apesar de ser uma iniciativa tardia diante do crescimento das necessidades sócio-ambientais e do número de catadores de papel que apareceram ao longo das décadas, surgiram as primeiras iniciativas de formação de cooperativas/associações de catadores e os primeiros programas de gestão compartilhada em cidades como Belo Horizonte⁴¹, São Paulo, Porto Alegre.

As iniciativas organizacionais emergem com propostas, que contemplavam investimentos em novas tecnologias de destinação final do material coletado, ações voltadas à mobilização social e à valorização do trabalho, reconhecendo o trabalhador como cidadão e agente de limpeza.

Nas grandes metrópoles, já mencionadas, existem processos de mobilização sócio-pedagógica, que conta com a integração dos catadores com a Sociedade e o Estado⁴². Por todas as cidades estão espalhados pontos específicos de entrega de materiais recicláveis que são repassados para os Centros de Triagens (galpões onde funcionam as associações/cooperativas de catadores de papel).

Para se adquirir maior respeitabilidade e confiabilidade, no trabalho de

⁴¹ Referencial em Belo Horizonte e em todo o Brasil de organização é a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Retroaproveitáveis (ASMARE). O modelo de gestão de resíduos sólidos foi implantado gradativamente, através de experiências-piloto, que contribuíram para consolidar o programa: antes da proposta ser adotada em larga escala, foram feitos testes em determinados locais, permitindo a correção das falhas. O programa articulou-se através de diversos projetos: Compostagem Simplificada, Projeto Ponto Verde, Reciclagem de Entulhos, Projeto de Vilas e Favelas, Coleta Seletiva e Biorremediação no Aterro Sanitário. (ALMEIDA, 1996)

⁴² Um exemplo desta integração, sensibilização e mobilização da sociedade é em Belo Horizonte, foi a criação do Carnaval dos Catadores, que acontece anualmente e que faz parte do calendário oficial da cidade, neste período a ecologia (humana e social) toma conta das ruas e é privilegiado a convivência social, uma demonstração de exercício de cidadania integrada.

coletagem nos dias atuais, tanto no contato com o Estado, a população e com os compradores, é imprescindível que seja feito de forma organizada de um empreendimento solidário. Além do processo organizacional adequado, a atividade coletora de materiais recicláveis, uma vez que traz benefícios em todos os seus flancos, deve ser assistida pelo Poder Público, a fim de que, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a preservação ambiental, garanta a geração de renda e a inclusão social das populações envolvidas com tal atividade.

O próximo capítulo, por sua vez, abordará os principais percalços e dificuldades da compreensão, tanto pelos setores sociais, quanto pela própria Administração Pública, da coleta como uma possibilidade de afirmação cidadã e consolidação democrática. Partindo dos pressupostos estruturais e conjunturais estabelecidos até aqui, o presente trabalho identifica os caminhos e descaminhos dessa atividade, na busca de sua consolidação como opção digna de trabalho para a população tradicionalmente excluída.

3 ATIVIDADE COLETORA E INCLUSÃO SOCIAL: ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS

A flexibilização dos direitos trabalhistas, assim como a precariedade das condições de trabalho e o aumento do desemprego, decorrentes da transição do paradigma econômico de bem-estar para o neoliberal, fez com que a coleta de materiais recicláveis surgisse como uma alternativa para a manutenção da subsistência dos trabalhadores que se encontravam (e se encontram) excluídos do mercado de trabalho.

Tal conjuntura estimula a proliferação de catadores nos centros urbanos, que buscam nesta atividade caminhos para a sobrevivência, mesmo quando em períodos de recessão econômica, possa haver uma retração momentânea na quantidade de resíduos gerados.

Assim sendo, qualquer programa de coleta seletiva a ser desempenhado no âmbito do município deve considerar a ampliação de atores envolvidos no processo de reciclagem, uma vez que as estratégias a serem adotadas pelo Poder Público têm como importante variável o número de catadores que circulam pelas ruas.

Nesse contexto, o presente capítulo se ocupará de situar a experiência da coleta de materiais recicláveis em Florianópolis, pela Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis (ACMR), especificamente sob o prisma do binômio inclusão/exclusão que a atividade suscita, evidenciando, como já mencionado anteriormente os esforços, os desafios e os percalços da valorização

social e da compreensão da dimensão cidadã do trabalho dos coletores, enquanto instrumento de inclusão social, tanto por parte do Estado e da sociedade civil, quanto por parte dos próprios trabalhadores.

A percepção de tal problemática, bem como das dinâmicas que a evidenciam através do cotidiano da atividade coletora, se deu por ocasião da realização de estágio na Divisão de Geração de Renda e Trabalho da Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS)⁴³, da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Fundamenta-se no escopo teórico levantado nos capítulos anteriores, no relato dos próprios catadores, acompanhados diretamente no período de outubro de 2002 a janeiro de 2004, assim como nas impressões adquiridas durante o transcurso do estágio.

Para tanto, faz-se necessário proceder ao resgate histórico da organização analisada, à observação da dinâmica comercial e negocial observada em seu bojo, ao estudo das relações sociais que nela se constituem e das que dela emanam, os quais serão objeto dos itens que seguem, respectivamente.

3.1 Histórico da atividade coletora da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis em Florianópolis

Na capital do Estado de Santa Catarina, a atividade coletora destacou-se a partir dos anos 90, sendo que os pioneiros do movimento foram os catadores de papel fundadores da ACMR.

Os movimentos que culminaram na sua criação possuem suas origens nas ações do casal Genor dos Santos e Odila Rodrigues dos Santos. Em busca de

⁴³ Em março de 2005, com a mudança de gestão do governo municipal a Secretaria passou a ser chamada de Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social (SMCAIDS).

melhores condições de vida e de um aumento na sua renda, a família, formada pelos dois e mais uma filha pequena, migrou de Chapecó (SC) para Florianópolis em meados de 1996. Das atividades rurais passaram à coleta incipiente de papel e de outros materiais recicláveis e sem instalações residenciais adequadas, improvisando abrigo embaixo da ponte Colombo Sales por mais ou menos um ano e meio. Após este período, mudaram-se para a comunidade da Vila Aparecida (localizada na porção continental de Florianópolis), onde residem até a atualidade⁴⁴.

Com o desenvolvimento das atividades de coleta de materiais recicláveis e a visibilidade da geração de renda, contataram seus familiares diretos (também interioranos), os quais foram instigados a também deixar o campo em direção à vida de novos anseios na cidade. Vale ressaltar que, assim como a família inaugural, a precariedade, dos familiares que seguiram os primeiros, nas suas condições de vida era marcante⁴⁵.

O rápido e sensível aumento a coleta de materiais foi responsável pela instalação irregular do grupo (que já contava, neste período, com aproximadamente trinta catadores de papel, todos da mesma família)⁴⁶ no aterro da baía sul da Capital, nas imediações da passarela de samba Nego Quirido.

O local ocupado pelos catadores para realizar a triagem dos materiais coletados e para armazená-los passou a ser notado pela insalubridade (presença de animais nocivos à saúde e de lixo orgânico, ocasionando maus odores) e pelo

⁴⁴ Menegasso (1997) ao escrever sobre os catadores de papel, relata que a maioria dos trabalhadores vieram para Florianópolis na esperança de encontrar trabalho e melhorar sua qualidade de vida, sendo que segundo a autora, nenhum dos objetivos foi alcançado.

⁴⁵ O resgate histórico da formação da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis foi elaborado com base nas entrevistas realizadas com os catadores Odila Rodrigues dos Santos e Genor do Santos, os registros se deram de forma de entrevista semi-estruturada, realizadas pela estagiária de Serviço Social: Karen Letícia da Silva Jacques, durante o primeiro semestre do ano de 2003.

⁴⁶ Informação obtida por relatos de Odila Rodrigues dos Santos e Maria Delaide Rodrigues dos Santos, 2003.

desconforto denotados à população. Em virtude dessa insatisfação, os moradores das proximidades efetuaram denúncia ao Poder Público, objetivando solucionar o problema.

Partindo do conhecimento da situação, as autoridades convocaram, em fins de 1997, o Departamento de Desenvolvimento Social, da então Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social, a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) e a Secretaria de Urbanismo e de Serviço Público (SUSP), para uma discussão sobre a situação dos catadores de papel que lá trabalhavam, no sentido de encaminhar a tomada de providências cabíveis para solucionar os problemas constatados naquele local, ou seja, a ausência de mínimas condições sanitárias para depósito dos materiais coletados, agregadas a índices elevados de violência e criminalidade (relacionados ao crescente número de usuários de drogas e bebidas alcoólicas que passaram a se abrigar no mesmo local e portanto junto com os outros trabalhadores) associados ao ambiente, e que passaram a exigir uma ação efetiva do Poder Público.

Assim, sendo constatada a situação, os órgãos da PMF, citados anteriormente, estabeleceram contatos com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina (DER/SC) e, de forma emergencial, optaram por construir um espaço debaixo da Ponte Pedro Ivo Campos, na parte insular da Capital, afim de alojá-los, visando a posterior constituição de uma associação, capaz tanto de defender os interesses e o bem-estar dos catadores (em geral procedentes das camadas sociais mais carentes) quanto de promover a integração social e a destinação adequada dos materiais recicláveis procedentes do centro da cidade.

No final de 1997, trabalhadores e técnicos das entidades envolvidas reuniram-se e, após uma ampla discussão iniciaram a delimitação de algumas

regras de convivência e de trabalho entre eles. Foram escolhidos alguns nomes para a coordenação e pactuadas verbalmente algumas diretrizes de relacionamento, sem nenhuma documentação.

No entanto, a persistência dos problemas de organização e relacionamento entre os catadores veio a exigir dos órgãos envolvidos uma atuação mais presente e efetiva, visando dissipar as disputas pessoais, a falta de coordenação institucional das entidades que acompanham o andamento da associação referente à fiscalização e ao cumprimento dos horários de coleta de material (elaborados pela SUSP), quanto para preservar o meio ambiente no âmbito municipal, na parcela de sua contribuição.

No ano de 1998 deu-se continuidade ao trabalho de orientação anteriormente relatado e nesta ocasião foi elaborada uma ficha de cadastro sócio econômico de cada associado⁴⁷. Em novembro de 1999, uma equipe multidisciplinar, foi formada por dois Educadores Sociais da Prefeitura Municipal de Florianópolis (Divisão de Capacitação Profissional), uma Psicóloga da COMCAP, e Fiscais da SUSP para levar adiante o trabalho de assessoria e apoio à organização da associação.

Em 2000, foi criada formalmente a ACMR, com a realização de uma Assembléia-Geral de fundação, aprovação do estatuto, escolha da diretoria e outras providências. Posteriormente (durante o ano de 2000), no desenrolar das atividades, procedeu-se à revisão do estatuto existente, houve a eleição de uma nova diretoria imbuída do objetivo de promover a cooperação no trabalho entre os associados e de

⁴⁷ A continuidade das atividades foi realizada pela equipe multidisciplinar composta por técnicos da PMF, que executaram cadastramento sócio-econômico dos catadores. Até meados do ano de 2000 não havia acompanhamento de um profissional do Serviço Social, num primeiro momento o acompanhamento foi feito por um estagiário e no ano de 2001 passou a ter acompanhamento de uma Assistente Social.

tornar a entidade um núcleo de geração de renda.

Em dezembro de 2001 foi realizada uma Assembléia Geral, objetivando o estabelecimento de regras para um melhor funcionamento da entidade. Uma das principais regras dizia que, a partir de então, seria proibida a entrada de novos membros na associação.

Como parte do processo de organização, foi realizado um curso de gestão cooperativista com os associados, por iniciativa do projeto “Centro de Profissionalização Popular (CPP)”, o qual foi, excepcionalmente, ministrado pelo SENAC. Uniformes de identificação dos associados foram confeccionados; os carros de coleta foram padronizados na cor laranja, emplacados e numerados; conferiu-se um registro a cada associado e seu carro.

Durante o primeiro semestre do ano de 2003, a Associação contava com 100 membros temporários, sendo 62 associados e 35 peões⁴⁸, sendo que no mês de dezembro do mesmo ano foi realizado o recadastramento para a efetivação dos associados permanentes. A discussão sobre os caminhos da Associação era realizada mensalmente, por meio de Assembléia-Geral Ordinária, na qual se propiciava a gestão coletiva da organização.

3.2 A dinâmica da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis de Florianópolis e a contribuição do Serviço Social para a atividade coletora desenvolvida ser considerada uma possibilidade de Inclusão Social

Os membros da Associação têm como área de trabalho todo o centro da cidade de Florianópolis, desde a Avenida Beira Mar Norte até a Av. Mauro Ramos,

⁴⁸ Peões são catadores de papel que não são associados, mas prestam serviços para os cadastrados na Associação. Numa linguagem imprópria, pode-se dizer que são os “funcionários” dos catadores, porém com vínculo totalmente informal, sem nenhum direito trabalhista e sem reconhecimento tanto da associação e quanto pela PMF.

para efetivarem o recolhimento dos materiais recicláveis de lojas e residências. Na área dos calçadões, os catadores, só podem trabalhar após às 18:00 hs, horário estabelecido pela Câmara Municipal e fiscalizado pela SUSP, afim de organizar o tráfego de pessoas e carros nesta área. Esse limite de horário, no entanto, está sendo revisado pela SUSP, ante uma solicitação na antecipação para as 16:00hs. Mesmo assim, a proibição é ignorada, pois os catadores entram no centro a qualquer horário, sem haver nenhum acompanhamento por parte da fiscalização.

O descumprimento do horário combinado com a SUSP ocorre pelos seguintes fatores: (1) as lojas não guardam os materiais até o horário combinado, pois os estoques são muito pequenos para acumular grande número de produtos e mais materiais; (2) muitos catadores de fora vêm para o centro em busca de grande quantidade de materiais por ser uma região comercial, o que acaba ocasionando a concorrência, (3) se o catador da Associação deixar para entrar no centro no horário combinado, corre o risco de não encontrar materiais nas ruas; (4) muitos catadores gostam de trabalhar somente de dia, portanto começam pelo período da manhã para render o trabalho.

O procedimento interno ocorre da seguinte maneira: após a chegada do coletor com seu carro abastecido, efetua-se a triagem do material recolhido para a pesagem separada, em decorrência da diferença de preços (foto 2,3 e 6 – Anexo A). Anota-se o peso dos materiais em duas fichas, sendo que uma fica com o catador e a outra é encaminhada ao presidente, responsável pelas contas da associação e “funcionário” do atravessador⁴⁹. O pagamento dos catadores é executado no dia seguinte ao de cada coleta⁵⁰.

⁴⁹ Não há nenhum vínculo empregatício, esta é uma forma de expressão, utilizada por Agenor dos Santos pois o mesmo se intitula dessa forma, e por ser remunerado para executar tal função.

⁵⁰ O relato da dinâmica da Associação tem como base o período de 2002 a 2004. Na atualidade o funcionamento é semelhante, tendo como diferença a mudança da diretoria.

Nesse contexto, vale citar a reflexão de Menegasso (1997, p. 68)

Os papeleiros possuem uma posição de dependência em relação aos seus clientes. Em alguns relatos, esses acabam assumindo a função de patrão (principalmente quando fazem adiantamento de dinheiro aos associados). São os clientes que determinam quando irão pagar, quando será pago e como será efetuado o pagamento.

Cada associado paga uma mensalidade de R\$4,00 por semana, dos quais R\$3,00 são destinados ao pagamento da vigilância do local e R\$1,00 ao pagamento das despesas da associação⁵¹. É executado um acompanhamento das vendas da associação, ocasião em que são anotados dados da quantidade (em quilos) e do valor bruto do material coletado.

Pela existência de um grande índice de produtividade, a remuneração de uma certa parte dos catadores, gira em torno de R\$800,00 a R\$1200,00 mensais⁵². Novas técnicas de formas de trabalho, citadas abaixo, foram apresentadas para Associação pela equipe da PMF que acompanhava o trabalho, mas por falta de interesse da diretoria elas não foram aplicadas, impedindo um melhor aproveitamento do trabalho dos associados e o crescimento da associação como empresa⁵³. Dentre elas estão:

- O Projeto de Otimização de Materiais Recicláveis no centro de Florianópolis, que visava melhorar a coleta feita pelos catadores, organizando-os nas ruas da cidade, definindo trajetos e horários a serem cumpridos por eles, do mesmo modo que o esclarecimento do comércio sobre a necessidade de reciclagem, visando a separação do rejeito (lixo

⁵¹ Esta informação tem como base o período de estágio junto à Associação (outubro de 2002 a janeiro de 2004). Os valores mencionados foram combinados em assembléia, registrados em ata.

⁵² A obtenção deste valor tem como referencial o trabalho de toda uma família, com média de quatro membros. Não há registros que relatem a renda de cada trabalhador, esta média tem como base o rendimento total da associação (tabela inserida no anexo B).

⁵³ Não houve interesse por parte da diretoria, pois a otimização das atividades visava a autonomia dos trabalhadores, o que acabava por desconstruir a centralização do poder que era detida nas mãos do grupo.

orgânico) dos materiais recicláveis, objetivando um destino final adequado para os mesmos. Esta proposta não se concretizou devido à falta de interesse e empenho da diretoria e dos catadores, que não se dispuseram a participar do projeto.

- Preço Único para Pesagem: Adotando-se um preço único para a pesagem dos materiais na ACMR, pode-se melhorar a eficiência do trabalho, tanto na quantidade de material recolhido como na qualidade da triagem executada. Esse preço seria calculado simplesmente, dividindo-se o montante de dinheiro provindo da venda dos materiais, pelo peso do mesmo material⁵⁴. Assim, não seria necessária a triagem do material pelo próprio catador, sendo que a pesagem não mais se daria separadamente. O catador depositaria seu material num local onde uma equipe de triagem, composta por associados, executaria o trabalho de separação. Sendo otimizado o tempo de trabalho dos coletores, na medida em que ao descarregarem o carro, poderiam retornar à coleta. Este projeto não teve início, pois os catadores não o aceitaram. A proposta foi rejeitada porque cada catador coleta individualmente, de forma e quantidade diferente, o que ocasionaria desigualdades na hora de fazer a divisão *percapita e isonômica* do produto total arrecadado prejudicando aqueles que coletassem mais.

3.2.1 Benefícios e resultados

Os resultados positivos da atividade coletora podem ser percebidos no decorrer do tempo, ainda que pequenos, diante do tamanho do trabalho realizado.

⁵⁴ O valor base seria obtido de uma média dos valores de todos os materiais vendidos pela Associação. O valor total do quilo de todos os materiais misturados seria a média dos valores.

Abaixo seguem algumas das características de sucesso da atividade coletora, especificamente no caso em análise:

- a) É uma fonte de trabalho e de geração de renda, que proporciona uma forma de subsistência e a inclusão produtiva do cidadão;
- b) O associativismo como forma organizacional, ainda que incipiente como no caso da ACMR, proporciona aos catadores condições de reivindicar ações do Estado para que haja melhorias no desempenho da atividade coletora na cidade, principalmente no centro. Uma das conquistas foi o início da construção do galpão para triagem, no segundo semestre de 2003⁵⁵; (foto 8 – Anexo A)
- c) A organização dos catadores de forma coletiva faz com que compradores de grandes empresas atuem de forma mais efetiva, oferecendo melhores condições na circulação dos materiais acumulados, como o transporte periódico, não ocasionando uma superlotação do material coletado no dia, como também o oferecimento de contêineres para o armazenamento dos materiais separados de acordo com sua categoria;
- d) O trabalho dos catadores promove melhores condições de negócio com o comprador, pois, quanto maior o número de materiais a serem comercializados, maior é o preço a ser pago pelo material, o que difere de quem vende sozinho; Também diminui a chance de haver fraude na hora da pesagem;
- e) A organização dos trabalhadores favorece o próprio catador, pois proporciona maior visibilidade ao seu trabalho, remetendo a ele uma maior credibilidade devido à

⁵⁵ O galpão foi construído ao lado da Ponte Pedro Ivo Campos, e foi entregue no meio do segundo semestre de 2004.

prestação de serviços de limpeza pública que oferece, indiretamente, à sociedade e ao Estado;

- f) O trabalho dos catadores de coleta e triagem dos materiais recicláveis faz com que o reaproveitamento dos materiais tenha resultados mais efetivos, pois valoriza os produtos da coleta de acordo com a separação de cada categoria. De lixo, os itens coletados passam a matéria-prima. Neste sentido, inclusive, a atividade colabora para a manutenção do meio ambiente, diminuindo a degradação ambiental;
- g) A atividade dos catadores beneficia o comércio, pois não deixa acumular materiais no calçamento, proporcionando livre trânsito das pessoas; neste mesmo sentido beneficia a PMF, que tem menos gastos com a coleta de lixo no centro de Florianópolis, tendo somente a responsabilidade de coletar o lixo orgânico, que numa região comercial é bem menor a quantidade.

3.2.2 Percalços e Desafios

Mesmo com pontos positivos, os resultados efetivos das ações junto aos coletores são pouco visíveis. Isso pode ser compreendido por um conjunto de fatores aplicados ao contexto. A grande relação de parentesco, o desrespeito ao estatuto e a não aplicação das sanções previstas, traduzem a ilicitude dominante no local. O trabalho do adolescente, a permanência de crianças na presença do lixo, a falta de ergonomia, o uso de bebida alcoólica, entre outros, contribuem para a configuração dos percalços, bem como dificultam a abordagem da coleta de materiais recicláveis como instrumento de inclusão social, a seguir detalha-se esta questão:

a) Ausência de sentimento de coletividade

Em que pese poderem ser vistos alguns elementos de associativismo no caso em questão, não há uma visão coletiva de trabalho na associação. A preocupação geral é simples e se resume no seguinte raciocínio: coletar mais para ganhar mais. A concepção individualista dos associados e a sua despreocupação com todas as questões emergentes em um panorama de trabalho da natureza da coleta de materiais recicláveis constituem-se num dos grandes inimigos do progresso da associação.

Segundo Menegasso (2003), dentre os fatores que dificultam a estruturação de uma organização (associativa) são: o despreparo dos sujeitos participantes no que se refere ao associativismo, muitos deles desconhecem o significado deste tipo de organização e o que ela pressupõe, encarando-a como uma empresa e comportando-se como empregados e não como donos da iniciativa; a falta de formação de líderes democráticos que favoreçam a participação dos demais.

Somado a isso estão o imediatismo e a acomodação dos associados. O descaso com questões previdenciárias, a má administração dos consideráveis rendimentos recebidos pela maioria, a inconstância quanto à regularidade do trabalho, o desinteresse por projetos e esforços da equipe multidisciplinar que atua na ACMR, bem como o comodismo quanto a capacitação e qualificação.

Ainda, a visão assistencialista⁵⁶ do trabalho do Assistente Social por parte dos trabalhadores se traduz em suas próprias, pois procuram o profissional sempre resumindo a sua atuação na troca de favores ou de benefícios emergenciais, como a

⁵⁶ O Assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração. Essa atividade foi e é realizada com matizes e particularidades, em consonância com os respectivos períodos históricos, em nível oficial e privado, por leigos e religiosos. A sua essência foi sempre a mesma (à margem da vontade dos "agentes" intervenientes): oferecer algum alívio para revitalizar e travar o conflito, para garantir a preservação de privilégios em mãos de uns poucos. (ALAYÓN, 1995, p.48)

distribuição de cestas básicas, de roupas, passagens de ônibus, entre outros.

O maior desafio neste item é trabalhar a idéia da coletividade, desconstruindo todo resquício do individualismo, sendo que é o que o sistema capitalista impõe para aqueles que estão tentando se inserir no mercado.

b) Presença demasiada de vínculos familiares

No que tange aos relacionamentos pessoais, o ambiente familiar instiga a adoção de posturas na direção oposta de um agrupamento coletivo e profissional. Segundo Menegasso (2003) o valor dado a família, no caso dos catadores, acaba por ocultar as ingerências da diretoria e os privilégios de alguns membros

A associação é um ambiente em que se evidencia os ditames da cultura popular⁵⁷, onde os valores modernos são preteridos em função de outros parâmetros interpessoais, tais como a lei do mais forte, a hospitalidade, a dominação pelo medo, a persuasão, o jeitinho, a corrupção em menor escala, o machismo, entre outros.

Tal descrição se confirma na realidade, como, por exemplo, na presença de pessoas em posse de armas, brancas e de fogo, no local, o desrespeito impune em relação às determinações feitas pela diretoria, o bairrismo e a perseguição aos que não integram a teia familiar que compõe a organização, a ignorância dos

⁵⁷ A expressão "cultura popular" segundo Da Matta (1994) num primeiro momento denota à expressão um significado mais amplo, onde reporta a idéia de que o adjetivo 'popular' não precisa significar nem conhecimento massificado e igualitário, nem uniformidade absoluta e universal. Por tudo isso, é possível postular uma cultura das 'Elites', mas jamais algo como uma 'cultura impopular'! – expressão que se constitui num verdadeiro disparate. Assim seguindo essa orientação, cultura popular, como também diz o próprio autor, seria um guia para os membros de uma dada sociedade. Posteriormente, o sentido específico que o termo adquire no ensaio denota algo um pouco mais profundo e elaborado. Ante toda sua exposição dos novos paradigmas advindos com a modernidade e a conseqüente transformação dos referenciais informativos da identidade tanto do antropólogo quanto do coletivo, os valores hierárquicos, normativos e corpóreos, entre outros mais fundamentados na tradição, foram substituídos por novas instâncias centradas, sobretudo na razão, no individualismo e na noção de nação. Tendo isso em vista, a cultura popular é apresentada pelo autor como um refluxo, uma remanescência dos antigos modelos ante aos que nascem com a modernidade e seus imperativos. Contrariando-os, a cultura popular denota movimentos de dados setores sociais focalizados nas relações pessoais, como honra, hospitalidade... inseridos, no entanto, no modelo racional da modernidade, subsistindo em certos lugares da vida de um conjunto.

parâmetros racionais de organização (como a imposição da diretoria), em virtude da permanência de valores de estratificação e preferência, especificando-se pela presença da persuasão e do clientelismo.

c) Multiplicação desordenada do número de catadores

Nos tempos atuais multiplicou-se a olhos vistos o número de catadores autônomos percorrendo as ruas dos grandes centros urbanos e de caminhões de pequenos empreendimentos informais de sucata. Empresas que anteriormente ofereciam exclusivamente serviços de retirada de resíduos orgânicos do comércio e indústrias passaram a comprar os recicláveis dos grandes geradores. Isso tudo contribui para a desordem na gestão e na execução do trabalho, pois com a grande procura por materiais recicláveis aumenta a concorrência entre catadores, como também a redução de materiais recicláveis nas ruas.

d) Trabalho infantil e ocupação do tempo livre dos filhos dos catadores

Para evitar o trabalho dos filhos (crianças e adolescentes) dos coletores junto aos pais, a SMHTDS passou a subsidiar, mediante ampliação do convênio com a Associação dos Moradores da Vila Aparecida, a permanência de crianças e adolescentes na Casa da Criança, existente na comunidade, no período das 17:00hs as 22:00hs, horário que os demais estabelecimentos do gênero e as escolas encerram suas atividades e os pais coletores ainda se encontram trabalhando. A instituição comunitária caracterizava-se pela limitação de seu espaço físico e infraestrutura, servindo básica e unicamente de abrigo para as crianças, sem, todavia, nenhum acompanhamento pedagógico. A partir deste convênio ficaram reservadas 30 vagas para os filhos dos coletores, onde, entretanto, no último contato com o responsável pela instituição (realizado em julho de 2003, pela estagiária de Serviço

Scoail), constava que somente 18 crianças estavam matriculadas.

Realizou-se em julho de 2002 um trabalho integrado com a Gerência de Assistência Social da SMHTDS, no sentido de encaminhar os filhos dos associados aos Programas da PMF ligados à infância e adolescência, tais como: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem (que oferece cursos de capacitação a adolescentes, visando à sua retirada das ruas). Contudo, apesar das vagas abertas especialmente para o atendimento a este público, poucos associados tiveram interesse em encaminhar seus filhos, pois o rendimento das crianças adquirido com o trabalho se mostrava bem maior do que o oferecido por estes Programas.

Diante desta situação a Assistente Social que acompanhava o trabalho na ACMR acionou representantes do Conselho Tutelar, do Agente Jovem, do PETI e da Escola Rosinha Campos⁵⁸ para discutir uma forma de solucionar o problema junto com os catadores. Numa análise geral da equipe que compareceu á reunião não visualizaram como tirar as crianças de perto dos pais, que até então resultava no trabalho infantil. Com esta conclusão chegou-se ao acordo de que todas as crianças e adolescentes deveriam freqüentar a escola e que no horário contrário ao das aulas poderiam permanecer na associação, desde que a equipe da PMF acompanhasse e oferecesse atividades para diminuir, e futuramente acabar com a carga de trabalho dos adolescentes.

Em face dessa demanda, um grupo de adolescentes, com idade de 12 à 17 anos, foi organizado pela estagiária de Serviço Social, em encontros semanais, e atividades das mais diversas foram realizadas, como por exemplo: discussões sobre assuntos do interesse dos componentes do grupo, saídas para conhecer instituições

⁵⁸ É a escola que as crianças que estavam em situação de risco, devido o trabalho infantil, freqüentavam na comunidade de Vila Aparecida.

públicas, como o Tribunal Eleitoral Regional (TRE), até mesmo a confecção da documentação de identificação civil que faltava para todos os adolescentes⁵⁹.

e) Horário de recolhimento do material reciclável

Procurou-se estabelecer parcerias com entidades, tais como Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)⁶⁰, para regulamentação do horário quanto ao fornecimento do material reciclado - papel misto, branco e papelão – e reforçar a parceria com a SUSP para fiscalizar o trânsito de carrinhos no centro, nos horários inadequados, visando o desenvolvimento do apoio e acompanhamento da associação, bem como fortalecendo o trabalho em conjunto. Salienta-se, no entanto, que embrionários são os esforços, além de tímidos os resultados, de modo que ainda em progresso se encontram tais atividades.

f) Desconsideração da importância da coleta pelo Estado e pela Sociedade

O interesse da SMHTDS e da Prefeitura no desempenho das atividades da ACMR, está ligado diretamente ao agravamento do problema social, não há uma consciência de que o trabalho realizado pelos catadores é uma prestação de serviço público, devido a colaboração dos catadores com a limpeza do centro da cidade. Entretanto, o interesse dos órgãos anteriormente mencionados, não se traduz em nenhuma ação política que possa resultar na transformação do panorama da atividade, tampouco remediar o tom excludente que ela assume perante a sociedade e o próprio Estado. Apesar da importância do trabalho dos coletores para o município (governantes e munícipes), até o momento não foi destinado para a Associação nenhum recurso de vulto, equipamento ou mobiliário, para a execução

⁵⁹ O trabalho em grupo com os adolescentes, não teve continuidade por falta de espaço físico (devido o novo galpão) e por não haver mais estagiária de Serviço Social.

⁶⁰ O contato com o CDL e com a SUSP foi realizado pela Assistente Social e pelo estagiário de Engenharia de Produção.

das atividades propostas pela equipe envolvida, embora já reiterados pedidos tenham sido realizados. Fora a construção de um galpão nitidamente insuficiente para o elevado número de associados, pois na época da construção a Associação contava com aproximadamente cem catadores trabalhando e o galpão comporta no máximo sessenta catadores com seus materiais para a triagem, o que dificultaria o trânsito dos carrinhos dentro do galpão. A ACMR carece fortemente de apoio humano, físico, material e financeiro.

Em relação ao poder público local, falta a definição de uma metodologia planejada para que haja suporte à implementação dessas organizações nos primeiros anos. Há, necessidade enfim, de definição de políticas públicas em relação à geração de trabalho e renda. (MENEGASSO, 1997, p. 68)

A atividade coletora, mesmo com seus inúmeros benefícios amplamente reconhecidos, não desperta, paradoxalmente, o interesse público no sentido de facilitar sua potencialização e organização. A participação do Estado nesse âmbito cinge-se à concessão pontual de alguns pedidos emergenciais ou à regulamentação pura e simples da atividade, com uma preocupação muito mais estética (retirar os catadores e o seu produto das paisagens da cidade) do que social e ambiental em relação à coleta propriamente dita.

Quando ocorrem, os incentivos assumem o tom de favores (paternalismo), concedidos gentil e caridosamente pela Administração Pública aos catadores. Não há nenhuma preocupação em rever o quadro da atividade, tampouco de retirar o estigma de sujeira e marginalização que acompanha a coleta. Da mesma forma, não há qualquer movimento no sentido de considerar que a atividade traz importantes contribuições sócio-ambientais para o município, estando totalmente ausente a preocupação em encarar a coleta do ponto de vista institucional, inserindo-a num contexto de fomento à cidadania e à responsabilidade social, por meio do estímulo à

parceria entre todos os setores envolvidos.

Tal descaso por parte do Poder Público, no caso de Florianópolis, coaduna-se diretamente à concepção que significativa parte da sociedade possui sobre a questão.

Pode-se dizer ainda que o conjunto da sociedade não reconhece o papel social e econômico dessas organizações, como formadoras de categorias de trabalho capaz de gerar ocupação e proventos para uma parcela da população que poderia, por exemplo, estar engrossando os índices de violência urbana (MENEGASSO, 1997, p. 68)

Em termos gerais a sociedade também não considera, em todos os seus aspectos, a importância da atividade coletora para a geração de renda e para a preservação ambiental. Não encara os coletores como integrantes de um sistema social no qual possuem um papel importante e destacado. A população não reconhece propriamente os catadores enquanto concidadãos. O olhar social para os catadores, quando não de desdém, varia da comiseração pura e simples até o etiquetamento criminal (identificando sumaria e preconceituosamente o coletor como um criminoso em potencial, pois integrante de um segmento social mais propenso à delinquência e à subversão da ordem).

Conseqüentemente, o significado desse tratamento pelo próprio catador também reflete o tom excludente e segregacionista das abordagens sócio-políticas. Ainda que geradora de renda, em níveis maiores do que os de muitas ocupações formais e tradicionais, o panorama da coleta de materiais recicláveis, uma vez que envolve o trato com o lixo e arregimenta setores sociais ordinariamente marginalizados, constitui um elemento de separação entre as pessoas que com ele se envolvem e os integrantes de outros segmentos sociais.

Há pouca preocupação em compreender a atividade coletora como uma atividade laboral digna e válida, o que tolhe muitas possibilidades de manifestação

social por parte dos coletores. Paulatinamente, o catador, já inserido nessa dinâmica, também não se preocupa em se afirmar no bojo da sociedade, mas, como resposta, assume o seu caráter de integrante de um grupo e justamente se abstém de qualquer participação social. Muito pelo contrário, demonstra pelos setores sociais tradicionais a mesma atitude hostil com a qual é recebido por eles.

Assim, sem o intercâmbio entre tais segmentos, o desprezo (ou quando muito sentimentos previamente concebidos de pena ou de repulsa) toma o lugar do diálogo, da parceria, da consciência ética de que todos são integrantes de uma mesma sociedade e nela participam de diferentes formas. Os catadores, privados da dimensão cidadã da vida, assumem o ostracismo e desenvolvem seus próprios códigos e valores, excluindo-se dos processos sociais e afirmando uma identidade que se fortifica na oposição aos padrões estéticos da sociedade tradicionalmente constituída.

Enfim, busca-se a melhoria sensível, mas o caráter pontual das medidas e dos resultados, bem como todos os problemas citados anteriormente, afirmam-se como um empecilho ao objetivo maior do trabalho. Uma mudança estrutural envolve uma transformação de mentalidade, algo que na ocasião apresenta-se muito distante.

Nesse contexto, portanto, é que deve ser inserida a contribuição do assistente social, por meio da implementação de ações sócio-educativas, que busquem transformar esse quadro desfavorável, contribuindo para que a atividade coletora de materiais recicláveis seja de fato um instrumento de inclusão social.

Diante das tensões geradas pela dinâmica da atividade coletora, que reverberam o desenvolvimento do neoliberalismo e a fragmentação do mundo do trabalho, o Serviço Social destaca-se devido sua atuação sobre questões que dizem

respeito à sobrevivência social e material da população, sobretudo daqueles que, como no caso em análise, encontram-se atingidos por alguma forma de exclusão.

O Serviço Social tem um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo. Tem uma objetividade que não é material, mas é social. Por exemplo, quando o assistente social viabiliza o acesso a um óculos, uma prótese, está fornecendo algo que é material e tem uma utilidade. Mas o assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por resultados de suas ações existem e são objetivos, embora autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob forma de serviços. (IAMAMOTO, 1998, p. 67-68)

A ação do assistente social, no panorama da ACMR, não se dá somente na conquista de recursos materiais, mas de implementações que incidem sobre as condições de sobrevivência social de um determinado grupo ou população. De acordo com a realidade na qual os catadores estão inseridos, bem como o seu cotidiano, o profissional tem como função decifrar a realidade do meio em que trabalha, conseqüentemente apresentar propostas capazes de preservar e efetivar os direitos inerentes à pessoa humana, com os resultados obtidos de sua análise. Segundo Iamamoto (1997) o assistente social produz serviços que atendem as necessidades sociais, isto é, tem um valor social.

O assistente social é o profissional que trabalha com política pública, de corte público ou privado e não resta dúvida ser esta uma determinação fundamental na constituição da profissão, impensável mais além da interferência do Estado nesse campo. Entretanto, as políticas sociais públicas são uma das respostas privilegiadas à questão social, ao lado de outras formas, acionadas para o seu enfrentamento por distintos segmentos da sociedade civil, que têm programas de atenção à pobreza, como as corporações empresariais, as organizações não governamentais, além de outras formas de organizações das próprias classes subalternas para fazer frente aos níveis crescentes de exclusão social a que se encontram, submetidas. (IAMAMOTO, 1997, p. 39)

Na dinâmica da sociedade contemporânea, o Serviço Social tem com

finalidade trabalhar com a realidade, pois segundo Iamamoto (1997) o assistente social não atua somente sobre a realidade, mas atua na realidade. Como no atual panorama se destacam as desigualdades, o fazer do assistente social tem como objetivo seu enfrentamento, buscando o combate da exclusão social, destacando-se como matéria-prima da ação profissional as manifestações da questão social.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Questão social apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1997, p. 39)

Entender a ação interventiva do assistente social implica em contextualizá-la de acordo com meio em que está inserida, como nas relações sociais e em seus mecanismos de poder econômico, político ou cultural. O profissional deve estar orientado para um Serviço Social propositivo, o que implica em agregar a teoria à prática, a fim de gestar alternativas frente as possibilidades abertas para a sua intervenção.

Conforme o entendimento de Netto (1999) o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, com a publicização dos recursos institucionais, com a participação social, passam a fazer parte do cotidiano do assistente social. Em vista ao compromisso ético-político deste profissional, o acompanhamento das atividades da ACMR retrata ações sócio-educativas que visam o desenvolvimento, a autonomia e a inclusão social do grupo.

Para Netto (1996), as ações sócio educativas podem ser desenvolvidas tanto em um caráter de enquadramento disciplinador, destinado a moldar o usuário em sua vida ético-político- cultural, como podem estar direcionadas ao fortalecimento dos projetos e lutas da classe trabalhadora, contribuindo para a

reconstrução das relações sociais ao retraduzir os valores éticos-políticos, os modos de pensar e agir dessa classe, o que implica na defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça, da autonomia e da democracia.

As ações sócio-educativas, no âmbito da ACMR, tentam constituir um processo dialético entre o assistente social e o catador. Buscam criar uma consciência coletiva que tem por finalidade proporcionar ao trabalhador uma compreensão efetiva da sociedade em que vive; dos direitos e deveres que possui nesta mesma sociedade; da possibilidade de tornar coletivas suas necessidades de modo a ampliar seus direitos, junto ao Poder Público.

A intervenção do Assistente Social na ACMR, por meio da execução de ações sócio-educativas, no período de outubro de 2002 à janeiro de 2004, foi pautada nos seguintes objetivos: (a) Construir alternativas concretas de acesso, de ampliação e de consolidação de direitos que atendam as demandas dos usuários, através da participação de todos os catadores e do serviço social; (b) Promover um processo de reflexão em que se priorize a discussão e a disseminação de informações, do conhecimento sobre a situação, de conteúdos e serviços de interesse do indivíduo ou do grupo, para que haja a compreensão, problematização, participação e efetivação pela busca de serviços e benefícios.

Trabalhar com ações sócio-educativas que promovem o enfrentamento coletivo da questão social, e a construção do processo de inclusão social, que requer uma dedicação e continuidade da interação do Serviço Social junto as atividades dos coletores de materiais recicláveis. A permanência da ação do assistente social é pautada nos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social⁶¹. Para que se obtenha sucesso e autonomia neste período de

⁶¹ *Dos Princípios Fundamentais: reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos*

construção.

O panorama da ACMR anteriormente exposto evidencia uma série de percalços que, do ponto de vista sócio-econômico, denotam a exclusão social dos seus membros, bem como evidenciam uma série de desafios que se impõem à efetivação da inclusão social desse setor. Todo esforço nesse sentido requer ações contínuas que permitam a intervenção na realidade dos excluídos, o desenvolvimento de políticas econômicas e sociais que afetem condições objetivas e concretas de vida das pessoas, principalmente em contextos de forte desigualdade.

Ao pensarmos nossa história, notamos que os problemas brasileiros têm raízes profundas nas injustiças sociais, no centralismo, na apropriação privada do que é público. A sociedade contemporânea estruturada em princípios como a maximização do lucro, a acumulação do capital, a ênfase no consumo, encontra-se hoje em crise. Para encontrar soluções para estes, se faz necessário acreditar e lutar por uma sociedade mais humana, criando alternativas, através da substituição destes valores e gerando uma nova ordem social (ocasionada pela inclusão social). (SOUZA, 2001, p. 131)

O processo de Inclusão social implica na transformação do pensamento de cidadania e do próprio cidadão. A transformações permanentes e verdadeiras permeiam costumes comportamentais presentes nas ações subjetivas e intrínsecas do cidadão. A atenção e o atendimento digno e eficiente resgata no cidadão sua importância na sociedade e o poder de transformação que lhe cabe. A noção de cidadania deve se abordada cotidianamente de forma sólida, verdadeira, transparente e permanente.

sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a gestão democrática; Empenho na eliminação de toda as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. (Código de Ética do Assistente Social, 1993, p. 17)

A inclusão social, como uma mudança sócio-cultural, é atividade complexa, pois determina uma transformação de atitude, conceitos, valores e demanda tempo para inserir-se no movimento social da população. Para se alcançar o que se objetiva, que é a inclusão social, o cidadão deve ter acessibilidade à informação, tecnologia, serviços e prioridade no acesso às políticas públicas.

O padrão básico de inclusão é o ponto de mutação de uma dada situação de exclusão ou de inclusão. Isto exige construir e objetivar o conhecimento que se tem sobre padrões básicos de vida humana, dignidade, cidadania na condição de inclusão em contraponto a medidas de pobreza ou de indigências que estão aquém da não pobreza e seguramente da inclusão.

De acordo com Sposati (2005), a construção referencial da inclusão social tem como base e desafio o acesso e a prática dos seguintes campos:

Autonomia: A compreensão do conceito de autonomia, no contexto de inclusão social, remete-se à capacidade e à possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades.

“a autonomia refere-se às múltiplas capacidades do indivíduo em se representar tanto nos espaços públicos como nos espaços privados da vida cotidiana, ao seu modo de viver e aos seus valores culturais; à luta pela sua emancipação e desalienação, à forma de ser, sentir e agir, à capacidade de potenciar atividades em diversas formas de trabalho; à resolução de conflitos; ao fortalecimento em relação às suas próprias emoções, que o torna capaz de solidarizar com as emoções dos outros e, enfim, estar mais associado às suas ações. (PEREIRA, 1998, p. 4)

Da possibilidade de exercer a liberdade, reconhecendo a dignidade, à possibilidade de representar pública e partidariamente os seus interesses

sem ser impedido por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Diante desta concepção, o campo da autonomia inclui não só a capacidade do cidadão de se autosuprir, desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas.

Somente um indivíduo autônomo terá sucesso nas esferas econômicas, psicológicas, sócio-cultural e/ou política, pois é um indivíduo que interroga, reflete e delibera com liberdade e responsabilidade, ou como diz Castoriadis, 'é capaz de uma atividade refletida própria', e não de uma atividade que foi pensada por outro sem sua participação. (SOARES, 1998, p. 2)

Qualidade de Vida: A idéia de qualidade de vida perpassa por duas questões importantes: "a qualidade e a democratização dos acessos às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente" (SPOSATI, 2005). De acordo com as considerações mencionadas entende-se que a qualidade de vida é a possibilidade de melhor usufruir a riqueza social e tecnológica oferecida à sociedade, aos cidadãos de uma comunidade; assegurando o acesso a um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e a natureza, proporcionando, em menor escala, a degradação e de precariedade em ambos os lados.

Eqüidade: consiste em reconhecer e efetivar, com igualdade, os direitos de todos os componentes da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Traduz a possibilidade das diferenças serem manifestas e respeitadas, sem discriminação; o confronto às práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas étnicas, religiosas, culturais, de minorias, entre outras.

Cidadania: Num primeiro contato com o sentido geral de cidadania compreende-se como um conjunto de deveres e de direitos. No contexto de

inclusão social considera-se como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade e não só pela propriedade. Cidadania como um conceito de totalidade, deve significar como uma mudança radical nas relações econômicas, institucionais, políticas, culturais, tecnológicas, enfim, uma mudança no modo de vida, tendo sempre em vista contraposição à desigualdade.

"a cidadania representa o componente dialético de negação da desigualdade, em todos os seus matizes disseminada pelo sistema capitalista. Ela representa o pólo positivo da antinomia opressão/ libertação". (MARTINELLI (b), 2001, p.18)

Democracia: tem como característica um conjunto de regras a serem cumpridas de forma coletiva, em que a sociedade demonstra capacidade de se organizar e de participar ativamente. A noção de democracia é composta por princípios como igualdade, liberdade, participação e pluralidade.

"democracia é movimento, é uma permanente construção que perpassa simultânea e dialeticamente os aspectos formal e substantivo que a envolvem. É um projeto sempre por fazer, na medida em que se busca utopia da realização máxima de seus princípios: liberdade, pluralidade, igualdade e participação". (MARTINELLI(b), 2001, p. 18)

A possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local na medida em que esta supõe cidadania e não somente o acesso à renda e serviços, o que coloca as pessoas no patamar da sobrevivência sem alcançar a condição de sujeitos cidadãos.

É importante enfatizar que os campos descritos anteriormente devem ser entendidos como processos de conquistas, como construções permanentes e não meras noções neutras e abstratas.

A idéia de inclusão, além de abordar a autonomia, a qualidade de vida, a equidade, a cidadania, a democracia, segundo Sposati (2005) também engloba a

felicidade. Atingi-la supõe mais do que posse, o acesso a condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana.

Os campos mencionados acima complementam o que já está previsto na Constituição Federal de 1988, nos artigos 1º e 5º, em que é assegurado aos cidadãos o direito a vida, à liberdade, igualdade, segurança, cidadania, dignidade humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

O trabalho do Assistente Social como contribuição para a promoção da inclusão das pessoas que se encontram em situação contrária, parte dos princípios previstos na Lei n.º 8.742/93:

Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; Respeito a dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (Lei 8742/93, Art. 4º)

Segundo Sposati (2003) a construção do direito à inclusão social ou enfrentar a exclusão social exige, no caso brasileiro, uma clara combinação entre uma força ascendente, pautada no protagonismo democrático que emerge nas cidades com força descendente de fortalecimento de direitos através do necessário papel regulador do Estado e não sua fragilização, juntamente com a ação do Assistente Social.

O Assistente Social na dinâmica da sociedade, no combate a exclusão social e viando a organização da instituição, mais precisamente junto a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, tem em seu trabalho cunho educacional,

que perpassa simultânea e dialeticamente os aspectos formal e substantivo que a envolvem. É um projeto sempre por fazer, na medida em que se busca utopia da realização máxima de seus princípios: liberdade, pluralidade, igualdade e participação". (MARTINELLI(b), 2001, p. 18)

A possibilidade do exercício democrático é componente de inclusão local na medida em que esta supõe cidadania e não somente o acesso à renda e serviços, o que coloca as pessoas no patamar da sobrevivência sem alcançar a condição de sujeitos cidadãos.

É importante enfatizar que os campos descritos anteriormente devem ser entendidos como processos de conquistas, como construções permanentes e não meras noções neutras e abstratas.

A idéia de inclusão, além de abordar a autonomia, a qualidade de vida, a equidade, a cidadania, a democracia, segundo Sposati (2005) também engloba a felicidade. Atingi-la supõe mais do que posse, o acesso a condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana.

Os campos mencionados acima complementam o que já está previsto na Constituição Federal de 1988, nos artigos 1º e 5º, em que é assegurado aos cidadãos o direito a vida, à liberdade, igualdade, segurança, cidadania, dignidade humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

O trabalho do Assistente Social como contribuição para a promoção da inclusão das pessoas que se encontram em situação contrária, parte dos princípios previstos na Lei n.º 8.742/93:

Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; Respeito a dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de

qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; e divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (Lei 8742/93, Art. 4º)

Segundo Sposati (2003) a construção do direito à inclusão social ou enfrentar a exclusão social exige, no caso brasileiro, uma clara combinação entre uma força ascendente, pautada no protagonismo democrático que emerge nas cidades com força descendente de fortalecimento de direitos através do necessário papel regulador do Estado e não sua fragilização, juntamente com a ação do Assistente Social.

O Assistente Social na dinâmica da sociedade, no combate a exclusão social e viando a organização da instituição, mais precisamente junto a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, tem em seu trabalho cunho educacional, adquirindo um caráter pedagógico e emancipatório⁶¹.

“os processos contraditórios da luta pela hegemonia na sociedade brasileira incidem sobre a prática profissional dos assistentes sociais, inflexionando sua função pedagógica, cuja alterações refletem, fundamentalmente, as mediações estabelecidas entre o modo peculiar como as atuais transformações se processam no mencionado contexto, as quais reconfiguram, entre outros aspectos: as manifestações particulares de questão social, o novo perfil do mercado profissional de trabalho, as demandas e necessidades sociais, e as condições profissionais na construção de respostas às mesmas em determinada direção. Essas mediações redesenham e reconectam a prática profissional no movimento social mais amplo”. (ABREU (b), 2004, p. 61)

A inclusão social é um direito que todo cidadão brasileiro tem, mesmo porque perante a lei todos são iguais (Constituição Federal Art. 5º, item II). Sendo os direitos sociais o foco do trabalho do Assistente Social, tem o profissional o dever

⁶¹ Entende-se que a função pedagógica da prática do assistente social, as sociedade capitalista, vinculada aos processos políticos-culturais na luta pela hegemonia, objetiva-se a partir de estratégias educativas, aqui identificadas como propostas subalternizantes envolvendo a pedagogia da “ajuda” e da “participação” e propostas de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternizadas. (ABREU (b), 2004, p.46)

ético-político em defendê-los, como também viabilizá-los socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da atividade coletora de materiais recicláveis, tomando-se por objeto de análise empírica a ACMR, evidencia importantes aspectos conjunturais e estruturais que, estabelecendo uma relação entre o panorama do trabalho e a iniciativa individual de cada catador, vem se apresentando como uma forma e até mesmo uma alternativa de geração de renda nos dias atuais.

Como visto, diretamente atingidos pelas diretrizes dominantes de um modelo econômico que valoriza o capital em detrimento da força de trabalho, os segmentos sociais tradicionalmente excluídos dos fluxos de distribuição de riquezas não possuem opção senão criar meios de subsistência para si e sua família, os quais se revelam, na maioria das vezes, tanto pontuais quanto precários, confrontantes da concepção estética da sociedade, intensificando o panorama de estratificação social, tal qual pode ser observado atualmente.

Tais fluxos de exclusão são duramente absorvidos pelos excluídos, que somente têm a oferecer como resposta ao padrão social excludente a força de suas particularidades. Vista desse ângulo, a tensão que rege as relações entre esses setores sociais extermina qualquer possibilidade de interação, bem como de valorização da pluralidade de respeito à alteridade enquanto premissas básicas da coexistência e da tolerância. Em meio a uma sociedade com signos de grandeza e pertencimento pautados precipuamente em termos econômicos, que identifica a inclusão social com a participação ativa no mercado, os padrões dos segmentos

minoritários são relegados ao ostracismo, aumentando o distanciamento entre tais camadas.

No panorama da coleta de materiais recicláveis, como descrito no presente trabalho, tais tendências se confirmam, pois mesmo em meio à apresentação e às tentativas de implantação de alternativas a esse quadro, os percalços encontrados sobrepujam os avanços conseguidos, impedindo que a atividade coletora possa vir a ser considerada como fator de inclusão social.

Em que pese propiciar uma renda muitas vezes superior à de muitas atividades ordinárias e disseminadas no mercado de trabalho, a gestão da dinâmica e dos rumos da coleta apresenta-se como um impasse no sentido de viabilizar a inclusão social do catador. Nem o Estado, nem a sociedade, nem o próprio trabalhador enxergam a ocupação como facilitadora de seu envolvimento maior com o tecido social, capaz de contribuir para a minimização da questão ambiental, para a consecução do desenvolvimento sustentável, bem como para a conscientização cidadã e política dos catadores.

Vê-se instalado um círculo vicioso, em que a repulsa social, o descaso político e o recrudescimento individual do catador só corroboram para o distanciamento entre tais esferas, bem como legitima todos os desvios observados no cotidiano de sua atividade. Assim, em que pese a geração de renda propiciada pela atividade coletora, bem como a contribuição ambiental de tal ofício, evidencia-se que são muitas as dificuldades para que a coleta seja realmente considerada um instrumento de inclusão social.

É nesse contexto e contra a normalização desse panorama que deve atuar o profissional do Serviço Social. A principal contribuição para a transformação desse quadro, para a efetivação da compreensão da atividade coletora como um

instrumento de inclusão social, traz à tona a própria razão de ser da profissão, da mesma forma que remete à visualização dos seus princípios fundamentais, consolidados no seu Código de Ética, que diz respeito à preocupação em fomentar e orientar as práticas sociais (individuais e coletivas) relacionadas a esse processo, planejando, executando e avaliando ações que busquem sempre a inclusão social (decorrente direta do princípio constitucional na valorização da dignidade da pessoa humana) e a consolidação, no repertório da consciência coletiva, de elementos cívicos e políticos que informem a construção pluralista e abrangente de um padrão de cultura libertário e emancipatório, que busque cada vez mais a interação comprometida dos vários componentes da realidade social.

Para o caso específico da ACMR, a atuação mediante ações sócio-educativas pode se traduzir nas seguintes propostas, que demandam ação tanto do Estado quanto do Serviço Social, dos membros da ACMR e da própria sociedade civil. A título de políticas públicas, primeiramente, podem ser citados os seguintes pontos:

- regulamentação da atividade coletora como profissão em Florianópolis;
- reconhecimento da atividade coletora como de utilidade pública;
- inclusão, no calendário municipal, a semana da reciclagem, a fim de buscar a conscientização da sociedade sobre os benefícios da coleta seletiva de materiais recicláveis, bem como promover a integração entre os catadores e os demais cidadãos, como em Belo Horizonte;
- inclusão, no currículo das escolas do município, a educação ambiental, salientando a importância da reciclagem;
- oferecimento de cursos de alfabetização e capacitação, para a otimização do trabalho (gestão, saneamento, saúde pública);

- demarcação das regiões de atuação dos coletores e construção de centros regionais de coleta e triagem distribuídos por todo o perímetro urbano da capital, favorecendo a coleta seletiva em toda a cidade e a desconcentração da atividade coletoras num só local;
- promoção de sistemas de parceria entre empresários e catadores, visando o aproveitamento total do material reciclável descartado pelas empresas, com incentivos fiscais para aqueles que se tornarem parceiros;
- elaboração e divulgação intensiva de materiais educativos sobre a separação e a coleta de materiais recicláveis;

Para o âmbito interno da ACMR, são feitas as seguintes propostas:

- revisão do regimento interno da ACMR, extirpando a arbitrariedade e a desigualdade entre associados;
- criação de um fundo de reserva para questões emergenciais;
- levantamentos e pesquisas constantes dos preços pagos pelo material coletado, para uma melhor comercialização e um maior aproveitamento financeiro da atividade;

O Serviço Social, por meio da atuação profissional, cuja presença é indispensável à ACMR, poderia contribuir das seguintes maneiras:

- promoção de ações, de forma intensa e contínua, que visem a autonomia da Associação;
- construção de uma rede que viabilize o melhor desempenho da atividade coletora, visando o estabelecimento de parcerias o setor terciário, com repartições públicas e com as residências da cidade.
- estímulo da participação cidadã do catador, mediante a conscientização tanto da necessidade da regularização de sua situação previdenciária, de

sua identificação civil, da preocupação com sua saúde, quanto da presença participativa em foros de debate, instâncias políticas locais, entre outros;

- estímulo da participação do catador em todas as discussões que se relacionem com as questões organizacionais e gerenciais de sua atividade;

Por fim, à sociedade, que, como dito, também deve ser inserida nesse contexto, cabe o seguinte:

- reconhecimento dos catadores enquanto agentes (informais) ambientais, além da relevância de sua atividade para a limpeza do espaço público;

- separação entre lixo e material reciclável, seguida da entrega desta ao catador, evitando que entrem em diretamente com os resíduos orgânicos, a fim de garantir a assepsia da atividade;

Por meio dessas e de outras várias ações, o Serviço Social, considerado a atuação do assistente social no âmbito da produção e reprodução da vida social, pode combater as práticas profissionais de cunho assistencialista e otimizar a atividade coletora, objetivando sua consideração como instrumento de inclusão social do sujeito.

Como sugestão para os trabalhos posteriores, vale citar a possibilidade de se empreender análises sobre relações de gênero no âmbito da ACMR, bem como estudos que explorem mais aprofundadamente as questões organizacionais, com ênfase na dinâmica das relações interpessoais, da atividade coletora.

REFERÊNCIAS

ABREU(a), Maria de Fátima. Do lixo à cidadania: estratégias para ação. In: **Fórum Nacional do Lixo e Cidadania**. Brasília: Caixa, 2001.

_____. Coleta Seletiva – um manual para as cidades Mineiras. In: **Fórum Estadual do Lixo e Cidadania**. Minas Gerais, 2000.

ABREU (b), Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A dimensão pedagógica do serviço social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 79, p.43-71, 2004.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle do pobres ou erradicação da pobreza. São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, Marco Antonia. **Modelo de gestão de resíduos sólidos de Belo Horizonte**. Programa de Gestão Pública e Cidadania. 1996. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/residuos.btm> Acesso em: 03 de novembro de 2004.

AMBIENTALBRASIL. **Ambiente e resíduos**. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=residuos/index.php3&conteudo> Acesso em: 10 de novembro de 2004.

Associativismo, Cooperativismo e Meio Ambiente: gerando renda e reciclando atitudes. In: **III Encontro de Pesquisadores Latinoamericanos do Cooperativismo**. 2004. Disponível em: www.riless.ungs.edu.ar/documentos/390_iraimundo-reciclado.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2004

Associativismo, representação de interesses e intermediação política. 2001. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/condicao_devida/indicadoresminimos Acesso em: 11 de outubro de 2002.

BARBOSA, Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; Almeida, Ney Luiz Teixeira de. A categoria “processo de trabalho e o trabalho” do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Cortez: São Paulo, n. 58, p. 109-130, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **O que é globalização**: equívocos do globalismo, resposta da globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999

BEDIN, Gilmar Antônio (org). **Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas**. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. **Questão social no Brasil**: os direitos econômicos e sociais como direitos fundametais. São Paulo: USP, 2000.

BONETi, Lindomar Wesller. **O silêncio das águas**: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2003.

BONETTI, Dilséis Adodata; SILVA, Marlise Vinagre; SALES, Mione Apolinário. **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

BOURDIEU, Pierre **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Contrafogos 2**: por um novo movimento social europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil, 1988**. 21. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 2003.

_____. **Código de ética do assistente social**: lei n.º 8.662/93. 3.ed. Brasília, CFESS, 1997.

_____. **Lei orgânica da assistência social**: lei n.º 8.762/93. 2.ed. Brasília, Ministério da Previdência e Assistência Social, 2001.

BUSNELLO, Ronaldo. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. In: **Reestruturação Produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas**. Ijuí/RS: UNIJUÍ, p. 11-33, 2001.

CALDERON, Helena. Inclusão Social. In: **Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Pública**. Panamá, 2003.

CASTILHO, José Ricardo Fernandes. **Cidadania**: Esboço de evolução e sentido da expressão. 2004. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/revistapge/revista2/artigo8.htm> Acesso em: 16 de novembro de 2004.

CASTEL, Robert. **A dinâmica do processo de marginalização**: da vulnerabilidade à desafiliação. Cadernos CAR, n26/27, p. 19-40, 1997

Catadores de Papel: **Catadores de papéis, carrinheiros, carroceiros**: 2002. Disponível em: <http://www.fuzamarca.com.br/catadoresdepapeis/definicoes.php> Acesso em: 03 de novembro de 2004.

CATTANI, Antônio David. **Processo de trabalho e novas tecnologias**. Porto Alegre: Editora Universitária, 1996.

CEMPRE. Guia da Coleta Seletiva de Lixo. In: **Programa Bio Consciência**. Brasília, 1999.

_____. Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado. In: **Programa Bio Consciência**. Brasília, 2002.

CIPOLLA, Carlos M. **História econômica da população mundial**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1977.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 2002.

COELHO, Wilson. **Sociedade perfeita**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br> Acesso em: 2003

COHEN, Daniel. **Riqueza do mundo, pobreza das nações**. Tradução de Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1998.

Coletas seletivas: saiba como é feita a coleta seletiva em algumas cidades brasileiras. 2003. Disponível em: http://www.ceming.com.br/noticias/fatos_set12.asp Acesso em 03 de novembro de 2004.

CORTIZO, Maria Del Carmem; OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. A economia solidária como espaço de politização. In **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n.80, p.82-93, 2004.

DA MATTA, Roberto. Você tem cultura? In: **Explorações**: ensaios de antropologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, p. 121-128, 1986.

_____. Treze pontos riscados em torno da cultura popular. In: **Anuário Antropológico, n 92**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 49-67, 1994.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Os desafios da gestão compartilhada de resíduos sólidos face à lógica do mercado**. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/paper5/gt/gt11/Jacques_demajorovic.pdf Acesso em: 06 de novembro de 2004

DEMO, Pedro. A pobreza também tem charme. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 03, 1980

Descobrir o deus que esta nas ruas. 2003. Disponível em: <http://www.pime.org.br/pimenet/missaojovem/mjconsfrapapel.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2004.

DIAS, Sonia Maria; MOTTA, Mara Luísa Alvim. **Catadores de Papel, catadores de cidadania**. Curso de Gestão Urbana e de Cidades. Belo-Horizonte, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Primeira indústria de reciclagem dirigida por catadores começa em 2005.** 2004. Disponível em: <http://www.1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/comunidade/gd131004.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2004.

DREIFUSS, René Armand. **A época das perplexidades:** mundialização, globalização, planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 1982.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1997.

GÉNÉREUX, Jacques. **O horror político:** o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. **O mundo em descontrole.** Tradução de Maria Luíza Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 202.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GIMBERG, Elizabeth. **A política nacional de resíduos sólidos:** a responsabilidade das empresas e a inclusão social. 2002. Disponível em: www.pólis.org.br Acesso em: 30 de março de 2004.

GOLDIM, José Roberto. **Princípio do respeito à Pessoa ou da Autonomia.** Disponível em: <http://www.bioetica.ufrgs.br/autonomi.htm> Acesso em 17 de abril de 2005.

GOMEZ, Jose Maria. **Democracia e política em tempos de globalização.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e serviço social. In: **Serviço social e sociedade.** São Paulo: Cortez, n.69, p. 73- 103, 2002.

GURGEL, Iola. Do Estado de bem-estar à incerteza. In: **Inscrita.** Rio de Janeiro: CFESS, n.5, 1999.

HELD, David; MCGREW, Antony. **Prós e contras da globalização.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. **O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 69, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESSE-CE, 1997

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. (16ª ed.) Proposta de integração histórica-metodológica. São Paulo: Cortez, 2004.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Inclusão social pelo trabalho. Disponível em: <http://www.garamond.com.br/node.php?d=224> Acesso em: 07 de março de 2005.

JUNCA, Denise Chrisóstomo de Moura. Da cana para o lixo: um percurso em desfiliação. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 65, 2000

LAFAY, J. M. S. **Metodologia para implantação da coleta segregativa do lixo domiciliar para cidades de pequeno e médio porte visando o uso racional de energia**. Dissertação (Mestrado) Engenharia Mecânica. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

LAPOJO, Roberto Domenico. **Cooperativa de coletores de materiais recicláveis: guia para implantação**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. São Paulo: SEBREA, 2003.

MAIA, Cristiano Escobar. **Agregar Valor é saída para catadores**. Disponível em: www.na.uol.br Acesso em: 18 de novembro de 2001.

MAAR, Leo Wolfgang. O trabalho forma. In: **Teoria e debate**. N.13. 1991. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/td/nova_td Acesso em: 11 de outubro de 2002.

MANCE, Euclides André. **Redes de economia solidária e sustentabilidade**. Disponível em: http://www.pt.wikipedia.org/wiki/economia_solid%C3%A1ria Acesso em: 03 e maio de 2005.

MARTINELLI(a), Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e Alienação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI(b), Rosana. As (res)significações da cidadania e democracia em face da globalização. In: **Katalysis**. Florianópolis: UFSC, n.5, p.11-22, 2001.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro:Zahar, 1967.

MATTOS, Vivian Rodrigues. **Trabalho na era da globalização**: passos para escravidão. São Paulo: UNIB, 2004.

MENA, José Arturo Salcedo. **Democracia mínima**. 2001. Disponível em: <http://www.algelfire.com/viformemex/demonin.html> Acesso em: 14 de maio de 2005.

MENEGASSO, Maria Ester. Organizações e serviço social. In: **Katálisis**, Florianópolis: FSC. V.5, n.2, 2002.

_____. Terceiro Setor e responsabilidade social das organizações. In: **XI Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____; VALADÃO, Valdri. Associações de base comunitária de geração de trabalho e renda: a questão da gestão. In: **Katálisis**. Florianópolis: UFSC, v.6, n.1 p. 63-70, 2002

MELO, Leonardo. **Desemprego, chaga do capitalismo**. Disponível em: <http://www.solavanco.com/artigos/artigo14.html> Acesso em: 06 de abril de 2005.

Modelo de gestão de resíduos sólidos de Belo Horizonte. Dicas, n.66 em 1996. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/resíduos.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2004.

MOTTA, Ana Elizabeth; AMARAL, Ângela Santana. **Reestruturação do Capital, fragmentação do trabalho e serviço Social**: a nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, n.47, 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Cadernos de capacitação em Serviço Social e política social**, mod. 1. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 50, 1996.

NEVES, Delma Pessanha. A miséria em espetáculo. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n.47, 1995.

NUNES, Antônio José. **Neoliberalismo e direitos humanos**. São Paulo: Renovar, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-Estar Social. In: **O Século XX: o tempo das crises- revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.227-265, 2000.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez. n.53, 1997.

Pesquisa nacional de emprego. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores. Acesso em 09.04.2005.

Pesquisa de emprego e desemprego. Disponível em: www.saede.gov.br. Acesso em 09.04.2005

POCHMANN, Márcio. O desemprego no capitalismo. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n.52, 1996.

_____. **O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnósticos e perspectivas**. In: Reestruturação Produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas. Ijuí/RS: UNIJUÍ, p. 35-1007, 2000.

Principal conceito de pesquisa de emprego e desemprego. Disponível em: www.dieese.org.br/ped/peolnet.xml. Acesso em 09.04.2005

Reciclagem: **Programa e atualidade legislativa ambiental**. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=residuos/index.php3&conteudo> Acesso em: 10 de novembro de 2004.

ROCHA, Solange Fernandes. **Catadores de papel: caminhos e descaminhos**. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br/agora1solanga.pdf> Acesso: 23 de maio de 2005.

SANTOS(a), Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS(b), Maurício Aurélio dos. **Neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Grupo de Pesquisa: Instituições, Políticas Públicas e Trabalho. Florianópolis: UDESC, 2004.

_____. **Neoliberalismo, educação, reestruturação produtiva e o mundo do trabalho**. Florianópolis: UDESC, 2004.

SHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA(a), Jacqueline Oliveira. Políticas públicas municipais de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n.69. 2002.

SILVA(b), Karine de Souza. **Globalização e exclusão social**. Curitiba:Juruá, 2000.

SIMÃO, Vima. **Desemprego e sobrevivência: alternativas de trabalho**. Blumenau/SC: EDIFURB, 2000.

SIMIONATO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 66, p. 145-163, 2001

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social**. Atualizado em 2002. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp11.htm> Acesso em: 07 de março de 2005.

_____. **Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 63, 2000.

_____. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Assistência social e a trivialização dos padrões de reprodução social: os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, p. 05- 30, 1995.

SOARES, Holgonsi. Cidadania como um conceito de totalidade. In: **Jornal “A Razão”** em 10 de setembro de 1993. Disponível em: <http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/cidadania.html> Acesso em 16 de março de 2005.

_____. **O sentido da autonomia no processo de globalização**. Revista Educação, Santa Maria-RS: UFSM, V. 22, 1998.

SOUZA, Denise de. **Cooperativa: Alternativa econômica-social e seu desempenho em Santa Catarina de 1992 a 1999**. In: PerCursos, Florianópolis/SC: UDESC, v.2, n.2, p. 129-149, 2001.

SÜHNEL, Norberto. **Proposta metodológica para a geração de empreendimentos produtivos populares e/ou comunitários solidários**. 2001. Disponível em: <http://www.itoi.ufrj.br/sempe> Acesso em 01 de outubro de 2002.

TREVISIO, Joviles Vitório. As variantes contemporâneas de democracia. In: **Roteiro. Joaçaba/SC: UNESCO, n.36, 1996**.

VIEIRA, Evaldo. As políticas e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n.53, 1997.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educação e cidadania. In: **Serviço social e sociedade**. São Paulo: Cortez, n.62, 2000.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2000.

WAUTIER, Anna Marei. **A construção identitária e os trabalhos nas organizações associativas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

ANEXO A – FOTOS



Foto 1 – Galpão Provisório para Triagem, debaixo da ponte Pedro Ivo Campos
Fonte: Jacques, 2003.



Foto2 – Catador de Papel fazendo Triagem.
Fonte: Jacques, 2003.



Foto3 – Material triado por categoria (papelão) sendo pesado.
Fonte: Jacques, 2003.

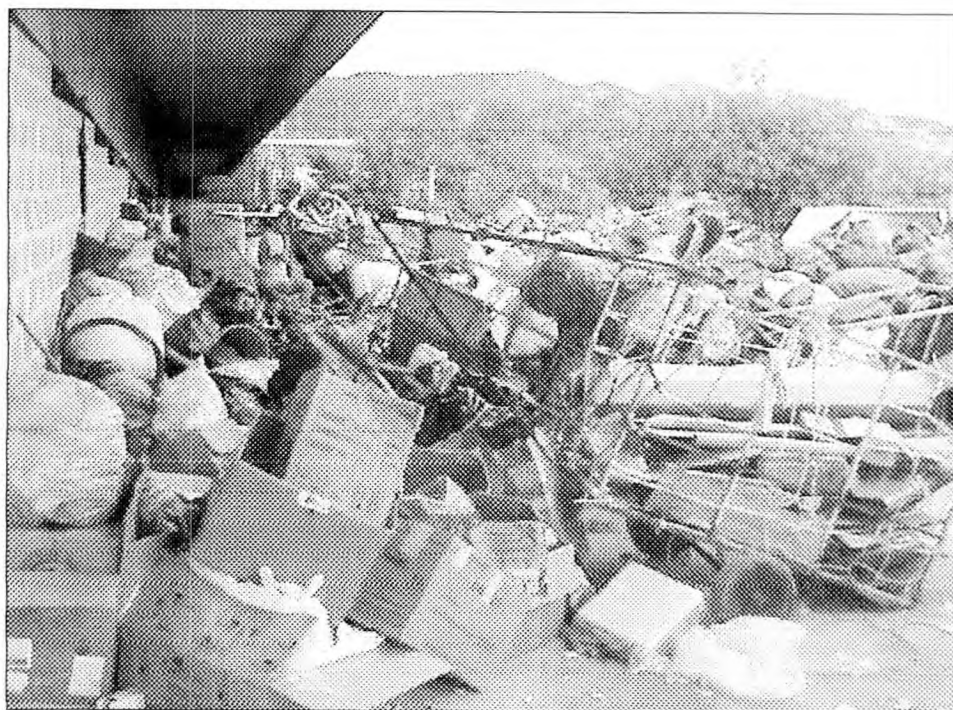


Foto4 – Material coletado armazenado para traigem.
Fonte: Jacques, 2003.



Foto5 – Contêineres para armazenamento do material triado, por categoria.
Fonte: Jacques, 2003.



Foto6 – Carrinhos com materiais vindos da coleta.
Fonte: Jacques, 2003.



Foto7 – Terreno ao lado da Ponte Pedro Ivo, em que o galão da ACMR foi construído.
Fonte: Jacques, 2003.

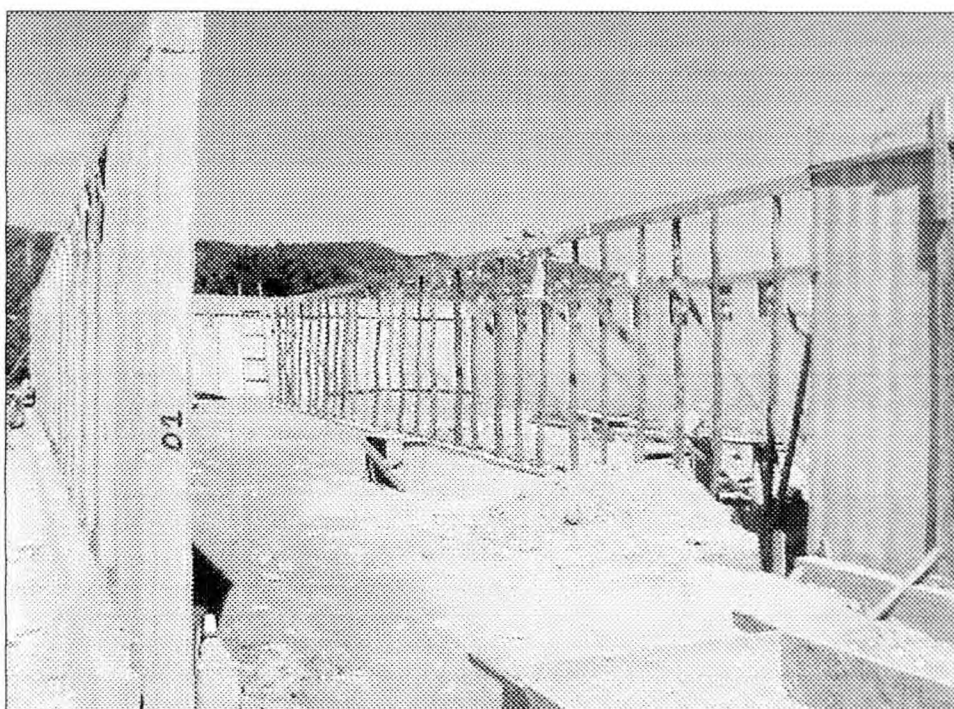


Foto 8 – Galpão em fase de construção – outubro de 2003.
Fonte: Jacques, 2003.

ANEXO B – RELATÓRIO PMF



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Equipe Técnica:

Kelly Faria	-	Assistente Social
Karen Jacques	-	Estagiária de Serviço Social
Marcelo Melo	-	Estagiário de Engenharia de Produção

Kelly Cristina S. Jacques de Faria
Assistente Social
3125 - CRESS 12ª Região - SC

Florianópolis, dezembro de 2003.

RELATÓRIO SEMESTRAL
GERÊNCIA DE GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO
EQUIPE TÉCNICA - Kelly Faria
Karen Jacques
Marcelo Melo

1 – INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social - SMHTDS, através da Gerência de Geração de Renda e Trabalho - GGRT, apresenta o Projeto de Organização de Empreendimentos Produtivos. O Projeto, inserido no Programa de Geração de Renda, compromete o poder executivo a buscar alternativas que visem o desenvolvimento sustentável de empreendimentos produtivos, dentre os quais destaca-se a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis, e através da geração de trabalho e renda, busca assegurar ao cidadão excluído dos processos econômicos tradicionais, o direito à cidadania e a melhoria da qualidade de vida, através da criação e operacionalização do empreendimento, aprimorando o associativismo, levando em consideração a limpeza pública e a qualidade ambiental da cidade.

O trabalho de assessoria à Associação de Coletores de Materiais Recicláveis conta com o interesse da PMF por que além dos catadores colaborarem com a limpeza do centro da cidade esta atividade evita o agravamento de problemas sociais.

A **Associação de Coletores de Materiais Recicláveis** conta no momento com aproximadamente 100 pessoas atuando na associação, estes têm como área de trabalho todo o centro da cidade de Florianópolis, desde a Av. Beira Mar até a Av. Mauro Ramos, no recolhimento dos materiais recicláveis de lojas e residências. Na área dos calçadões, os catadores só podem trabalhar após as 17:00 hs, horário estabelecido pela Câmara Municipal e fiscalizado pela SUSP, afim de organizar o tráfego de pessoas e carros nesta área. A Associação recebe apoio técnico da PMF/SMHTDS/GGRT e da COMCAP (empresa de economia mista encarregada da coleta em Fpolis).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
Gerência de Geração de Renda e Trabalho

2 – GRUPO TÉCNICO:

NOME	FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES BÁSICAS	TIPO CONTRATO
Kelly Faria	Assistente Social nº 3125 CRESS/SC 12ª Região	<ul style="list-style-type: none"> - Técnico responsável pela Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (desde jul/2003); - Acompanhamento do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na Região Chico Mendes - Educação Sanitária 	Convênio/FETESC Instrutor Curso de Capacitação
Karen Jacques	Estagiária de Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação organizacional com noções de cidadania; - Acompanhamento à confecção de documentos, à assistência jurídica, ao controle de frequência escolar, à creche na comunidade; - Orientações: planejamento familiar, saúde e higiene; acompanhamento do Grupo de Produção Feminino - Artesanato; - Acompanhamento Grupo de Jovens até 18 anos; - Serviços administrativos em geral. 	Convênio/UFSC
Marcelo Mello	Estagiário de Engenharia de Produção Civil	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de vendas da Associação; - Estudo e melhoria no método de trabalho dos catadores; - Acompanhamento da Construção do Novo Galpão; - Implantação do cadastro de carrinhos; - Serviços administrativos. 	Convênio/UFSC

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
Gerência de Geração de Renda e Trabalho

3 – AÇÕES PLANEJADAS/2003

ASSESSORIA TÉCNICA	
Associação de Coletores de Materiais Recicláveis	
OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES
⇒ Assessorar a associação com vistas ao desenvolvimento de formas associativas e integradas de trabalho;	- Assessoria e acompanhamento da Associação, com objetivo de organizar a gestão da diretoria, estimulando-os a um processo de construção coletiva e na comercialização dos produtos coletados, através de contatos individuais e reuniões com associados;
⇒ Estimular a autonomia da associação, como um núcleo de geração de renda, resguardando a preocupação sanitária e a qualidade ambiental da cidade.	- Trabalho articulado com a Gerência de Assistência Social para encaminhar crianças e adolescentes aos programas: PETI, Agente Jovem, creche, etc.; no período de trabalho dos pais;
⇒ Propiciar a identificação dos catadores como parceiros na realização da coleta seletiva do centro da cidade;	- Reuniões com a Diretoria da Associação; - Assembleia semanais com todos os Associados;
⇒ Propiciar a construção do galpão para depósito, classificação e reciclagem do material reciclável, transformando o espaço físico mais adequado, seguro e saudável;	- Elaboração do Regimento Interno e acompanhamento ao seu cumprimento; - Levantamento da necessidade de documentação para os Associados; - Participação em reuniões representando o trabalho técnico com os catadores, na Comissão Municipal do Lixo - PMF;
⇒ Capacitar os associados para organização e auto-gestão da Associação;	- Trabalho de conscientização com associados sobre planejamento familiar, através do fornecimento de anticoncepcionais e preservativos masculinos (mensalmente);
⇒ Incluir os catadores nos programas de saúde física, psicológica, bucal, laboral desenvolvidos pelo município;	- Grupos de discussões com mulheres sobre saúde, trabalho, família, entre outros temas; - Dinâmicas de grupo debatendo a importância da organização da Associação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
Gerência de Geração de Renda e Trabalho

⇒ Acompanhar o preço dos papéis e seus derivados.	- Trabalho com grupo de jovens até 18 anos, para acompanhamento ao rendimento escolar, e discussões de seu interesse;
⇒ Orientar os coletores sobre os aspectos ergonômicos das atividades realizadas.	- Acompanhamento do Grupo de Produção Feminino - Artesanato; - Participação na elaboração do TERMO DE CONVÊNIO entre a SMHTDS e Associação de Coletores de Materiais Recicláveis.

4 – AÇÕES + REALIZADAS (agosto à dezembro /2003)

Principais Ações	Nº de Atendimentos
- Reuniões com a Diretoria da Associação;	13
- Assembléia semanais com todos os Associados;	17
- Participação em reuniões na Comissão Municipal do Lixo - PMF;	22
- Fornecimento de anticoncepcionais e preservativos;	06
- Grupos de discussões com mulheres;	09
- Dinâmicas de grupo;	06
- Trabalho com grupo de jovens;	06
- Grupo de Produção Feminino;	10
- Acompanhamento construção Galpão;	3x/semana

4.1 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS (em anexo)

4.2 – QUADROS (em anexo)

5 – AÇÕES COM DIFICULDADES

Ação	Justificativa
Todas atividades que necessitam de espaço físico apropriado para discussões.	Atividades tem acontecido na cozinha da Associação (Sob a Ponte) e no Galpão Novo não teremos sala para desenvolver as atividades descritas acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
Gerência de Geração de Renda e Trabalho

6 – AVALIAÇÃO

Atualmente a associação conta com 103 catadores cadastrados, sendo que para entrada no NOVO GALPÃO os catadores que não participarem das atividades propostas e demonstrarem mau comportamento serão convidados a se retirar da associação.

Toda semana (quinta-feira) é realizada uma Assembléia Geral, para que informações sejam repassadas e que encaminhamentos coletivos sejam tomados, sempre com a participação de técnicos da PMF (SHTDS e COMCAP).

Tem sido feito um trabalho de discussões e debates junto aos adolescentes (filhos dos catadores) que frequentam a associação, para acompanhamento escolar, orientação ao mercado de trabalho, direitos civis e políticos, bem como de temas sugeridos pelos jovens.

Realizou-se também um trabalho integrado com o Conselho Tutelar (Ilha e Continente), PETI, Escola Rosinha Campos, no sentido de encaminhar os filhos dos associados aos programas da Prefeitura, de apoio a permanência das crianças na escola, ainda assim muitos associados não demonstraram interesse em encaminhar seus filhos a estes programas e/ou escola. Vale ressaltar que tais procedimentos foram tomados para se evitar o trabalho infantil.

Outras atividades realizadas: o recadastramento dos catadores na 2ª quinzena de agosto; continuidade do levantamento de documentação e encaminhamento à sua confecção; o aconselhamento quanto a situação civil das pessoas, organização de grupos de atividades; etc.

Cada associado paga uma mensalidade de R\$4,00 (quatro reais) por semana, dos quais R\$3,00 (três reais) são destinados ao pagamento da vigilância/limpeza e R\$1,00 (um real) ao caixa da associação.

Tem sido executado um controle de venda do material coletado pelos catadores, onde são anotados dados da quantidade (em quilos) e do valor bruto do material.



Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis

relatório
pelo Instituto
(16-09)
JAN/2004

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O SECRETARIA MUNICIPAL DE
HABITAÇÃO, TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMHTDS E A
ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS - ACMR.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE
HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
doravante denominado **SMHTDS**, representado por seu **Secretário**
senhor Heriberto Basílio Ramos Jr. e a ASSOCIAÇÃO DE
COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, pessoa jurídica de
direito privado, representada no ato por seu **Presidente** **senhor**
Genor José Antunes dos Santos, brasileiro, casado, residente e
domiciliado nesta Capital, à Rua da Fonte, 57 - Vila Aparecida, CPF
492.483.679-68, com fundamento na **lei municipal nº 4.600, de 29 de**
Dezembro de 1994, firmam o presente **Convênio** com as cláusulas e
condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto e finalidade:

Constitui objeto deste ~~Convênio~~ a parceria
entre as entidades acima citadas para a implantação de um Galpão de
manipulação de resíduos recicláveis, resultante da catação da região
central da Ilha de Santa Catarina.

CLÁSULA SEGUNDA – Das obrigações:

a) O **SMHTDS**, estando na posse do imóvel de propriedade do Município de Florianópolis, localizado na Rua Antonio Pereira Oliveira s/n, no Centro, medindo 200 metros quadrados, situado ao lado da Ponte Pedro Ivo Campos, extremando com o lago de entrada da ilha no sentido da beira mar norte, cujo uso foi cedido para dar cumprimento às finalidades da entidade, previstas no **Termo de Ajuste de Conduta com Ministério Público Estadual**, que previa a instalação, naquele local, de um Galpão de manipulação de resíduos recicláveis, dirigida pela **ACMR**;

b) O **SMHTDS** fiscalizará o uso do imóvel e as atividades administrativas pela **ACMR**, orientando-a, inclusive, tecnicamente no desenvolvimento das atividades, bem como em capacitações específicas do grupo;

c) A **SMHTDS** executará a obra de edificação do prédio onde funcionará a Galpão de manipulação de resíduos recicláveis, rigorosamente de conformidade com projeto aprovado pela **Prefeitura**;

d) A **ACMR** deverá manter em bom estado de conservação e higiene as dependências físicas da construção;

e) O uso da área, **objeto do Convênio**, ou a construção nela edificada não poderá ser transferido, sob qualquer título, a terceiro, sob pena de retomada imediata;

f) A **ACMR** fica vedado a subcontratação ou assalariamento de terceiros (peão), vinculação que venha descaracterizar o caráter de trabalho coletivo, democrático, digno e legal. A coleta será trabalho de todos os catadores associados;

g) A **ACMR** deverá manter o cadastrado de associados atualizado pela última listagem realizada no mês de dezembro de 2003;

h) O associado não poderá exercer outras atividades. É de responsabilidade da **ACMR**, catação, seleção,

pesagem, fiscalização da qualidade do material selecionado e comercialização, pagamento dos associados. O associado não deverá ter remuneração por terceiros para efetuar os trabalhos mencionados anteriormente;

i) Será considerado "catador associado" da **ACMR** aquele que desenvolver a catação com carrinho (de tração humana ou motorizada), devidamente cadastrado e com suas obrigações em dia co a associação, e que desenvolver a atividade de coleta diariamente;

j) Os Associados da **ACMR** participaram das atividades, com fins pedagógicos ou de formação profissional. Bem como outras atividades, como lazer e de grupos operativos específicos, de produção, jovens e mulheres;

l) Cumprir o Estatuto e o Regimento Interno da **ACMR**, respeitar as resoluções tomadas pela Diretoria, bem como, as decisões tomadas em assembléias;

m) A **ACMR** deverá respeitar o horário de funcionamento do galpão. Sendo proibido pernoitar no galpão, tanto quanto, permanecer no local após o horário estipulado 8:00 às 23:00;

n) A **ACMR** deverá respeitar as áreas de coleta e horários estipulados pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP e possíveis roteiros estipulados pela Comcap;

o) A **ACMR** deverá cumprir com a determinação que proíbe a circulação de menores de 14 anos no galpão, inclusive nos finais de semana;

p) A área deverá ser utilizada na forma prevista neste termo, incorporando-se ao imóvel as construções nele edificadas ao término deste **Convênio**;

CLÁUSULA TERCEIRA – Do prazo:

O presente **Convênio** entrará em vigor na data de sua assinatura e terá **vigência por 3 (três) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que acordado entre as partes;

CLÁUSULA QUARTA – Da rescisão:

O presente **Convênio** poderá ser denunciado por qualquer das partes convenientes, devendo sua notificação ocorrer no prazo nunca inferior a **30 (trinta) dias**.

CLÁUSULA QUINTA – Do foro

Fica eleito o foro da **Comarca da Capital**, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir dúvidas decorrentes deste **Convênio**.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente termo de **Convênio**, em **3 (três) vias**, nas presenças das testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

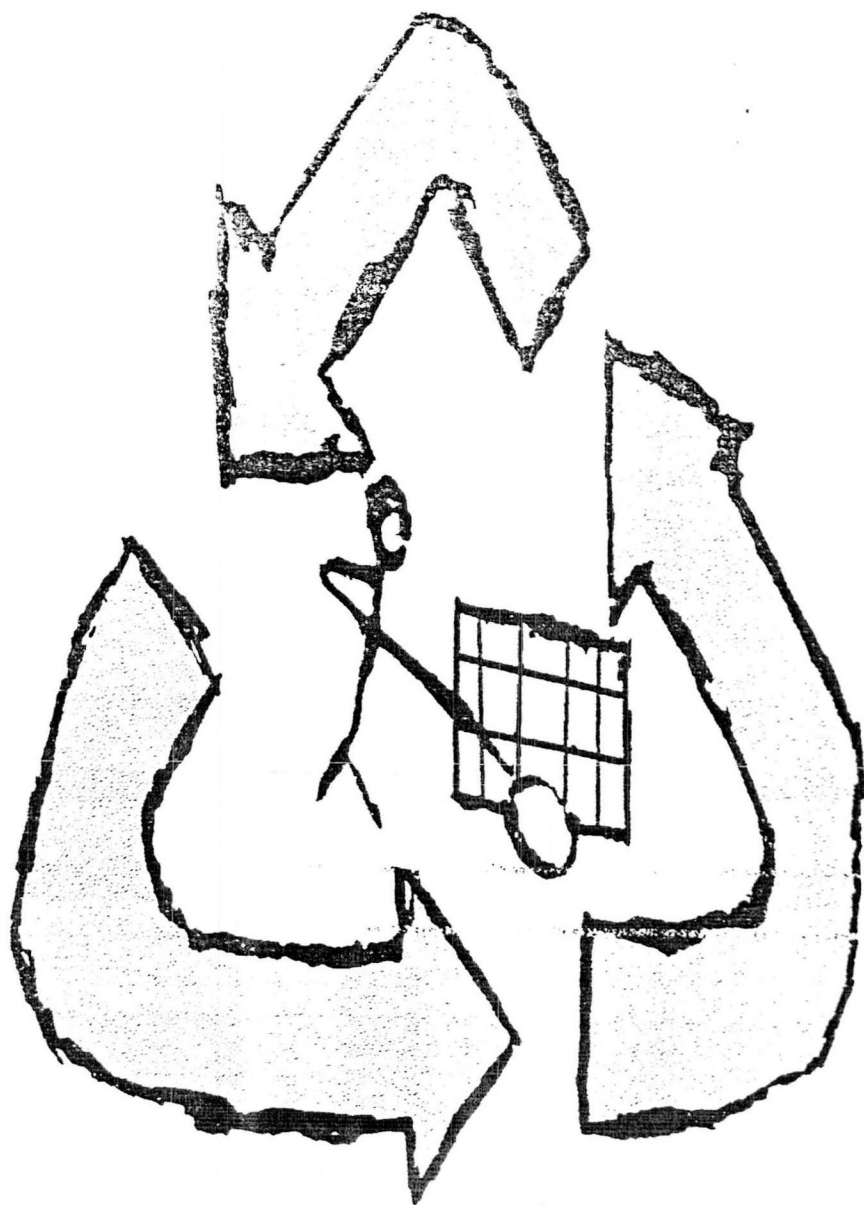
Florianópolis, 8 de agosto de 2002.

ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU
PREFEITA MUNICIPAL

HERIBERTO BASÍLIO RAMOS
Secretário Municipal da SMHTDS

GENOR JOSÉ ANTUNES DOS SANTOS
Presidente da ACMR

TESTEMUNHAS:



ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

DESENVOLVIMENTO DOS PREÇOS DOS MATERIAIS



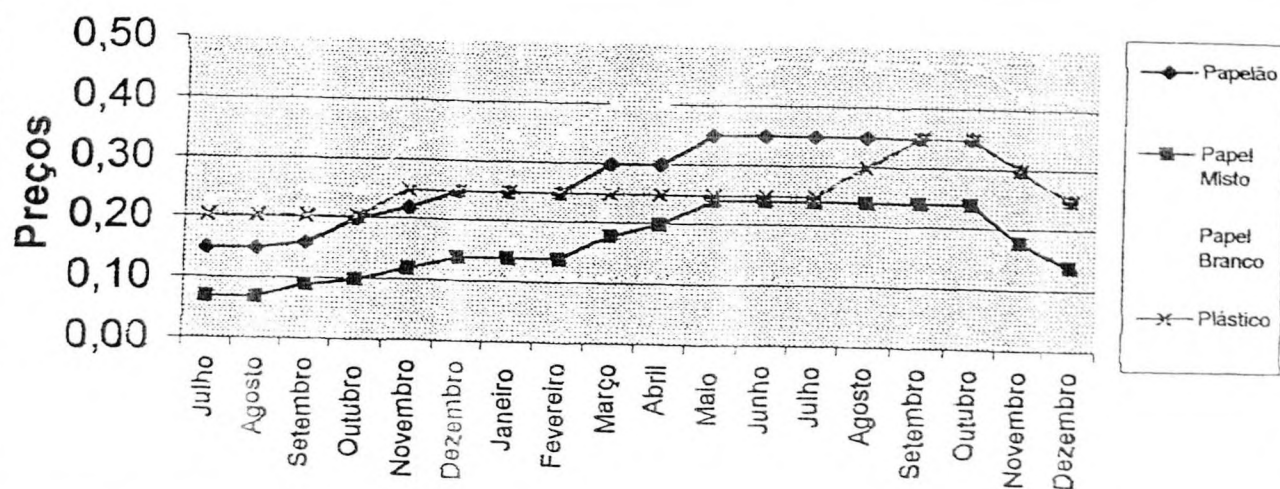
Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis

Desenvolvimento dos Preços dos Materiais

Preços R\$/Kg	2002					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Papelão	0,15	0,15	0,16	0,20	0,22	0,25
Papel Misto	0,07	0,07	0,09	0,10	0,12	0,14
Papel Branco	0,23	0,23	0,25	0,25	0,33	0,35
Plástico	0,205	0,205	0,205	0,205	0,25	0,25

Preços R\$/Kg	2003						
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
Papelão	0,25	0,25	0,30	0,30	0,35	0,35	0,35
Papel Misto	0,14	0,14	0,18	0,20	0,24	0,24	0,24
Papel Branco	0,35	0,35	0,40	0,40	0,42	0,47	0,47
Plástico	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25

Preços R\$/Kg	2003				
	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Papelão	0,35	0,35	0,35	0,30	0,25
Papel Misto	0,24	0,24	0,24	0,18	0,14
Papel Branco	0,47	0,47	0,47	0,42	0,42
Plástico	0,30	0,30	0,30	0,30	0,25



	jan/03	Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
QUA	01/01/2003					-	-
QUI	02/01/2003					-	-
SEX	03/01/2003	10.890	3.800	1.090	1.380	17.160	3.981,00
SÁB	04/01/2003					-	-
DOM	05/01/2003					-	-
SEG	06/01/2003	4.810	3.550	3.630	1.090	13.080	3.242,50
TER	07/01/2003	4.040	1.950		600	6.590	1.433,00
QUA	08/01/2003	4.870	2.870	2.510		10.250	2.497,80
QUI	09/01/2003	3.530	2.600		1.020	7.150	1.501,50
SEX	10/01/2003	3.250	2.350	3.480	800	9.880	2.559,50
SÁB	11/01/2003					-	-
DOM	12/01/2003					-	-
SEG	13/01/2003	6.630	2.960	2.200	800	12.590	3.041,90
TER	14/01/2003	2.710	2.950			5.660	1.090,50
QUA	15/01/2003	3.470	2.070	2.700	1.220	9.460	2.407,30
QUI	16/01/2003	3.560	1.410			4.970	1.087,40
SEX	17/01/2003	3.280	1.970	2.110		7.360	1.834,30
SÁB	18/01/2003	4.240	2.940	1.730		8.910	2.077,10
DOM	19/01/2003					-	-
SEG	20/01/2003	1.720	690	960		3.370	862,60
TER	21/01/2003	3.070	1.700	890		5.660	1.317,00
QUA	22/01/2003	3.220	2.060	1.720		7.000	1.695,40
QUI	23/01/2003	3.410	1.870	1.640		6.920	1.688,30
SEX	24/01/2003	3.330	2.370	2.270	1.480	9.450	2.328,80
SÁB	25/01/2003					-	-
DOM	26/01/2003					-	-
SEG	27/01/2003	5.650	3.650	2.410		11.710	2.767,00
TER	28/01/2003	1.600	1.140		1.110	3.850	837,10
QUA	29/01/2003	3.200	2.250	3.140	950	9.540	2.451,50
QUI	30/01/2003	4.090	2.020	1.290		7.400	1.756,80
SEX	31/01/2003	3.060	1.740	1.520	920	7.240	1.770,60
Volume JANEIRO Kg		87.630	50.910	35.290	11.370	177.960	44.228,90
Valor Total por Material R\$		21.907,50	7.127,40	12.351,50	2.842,50		44.228,90

PREÇOS: Para o mês todo

Papelão: 0,25

Papel Misto: 0,14

Papel Branco: 0,35

Plástico: 0,25

	fev/03	Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
SAB	01/02/2003	3.860	1.880	1.570		7.310	1.777,70
DOM	02/02/2003						
SEG	03/02/2003	1.430	1.250		1.010	3.690	785,00
TER	04/02/2003	1.630	1.160	1.200		3.990	989,90
QUA	05/02/2003	3.210	2.270	1.260	930	7.670	1.793,80
QUI	06/02/2003	3.290	1.890	1.360		6.540	1.563,10
SEX	07/02/2003	3.270	1.990		1.200	6.460	1.396,10
SÁB	08/02/2003	2.000	2.400			4.400	836,00
DOM	09/02/2003						
SEG	10/02/2003	2.550	1.130	2.490		6.170	1.667,20
TER	11/02/2003	2.280	1.520			3.800	782,80
QUA	12/02/2003	4.530	2.020	1.900		8.450	2.080,30
QUI	13/02/2003	3.580	2.110	1.430		7.120	1.690,90
SEX	14/02/2003	3.290	1.870	1.300		6.460	1.539,30
SÁB	15/02/2003	4.200	2.440	2.030		8.670	2.102,10
DOM	16/02/2003						
SEG	17/02/2003	1.730	1.210			2.940	601,90
TER	18/02/2003	2.750	1.270	1.390		5.410	1.351,80
QUA	19/02/2003	2.850	2.500	1.880		7.230	1.720,50
QUI	20/02/2003	3.960	2.500	1.610		8.070	1.903,50
SEX	21/02/2003	4.190	3.320	1.570		9.080	2.061,80
SÁB	22/02/2003	1.540	2.410	2.010		5.960	1.425,90
DOM	23/02/2003						
SEG	24/02/2003	2.650	1.470	1.370		5.490	1.347,80
TER	25/02/2003	2.790	1.590			4.380	920,10
QUA	26/02/2003	3.130	2.040	2.630		7.800	1.988,60
QUI	27/02/2003	3.190	2.140	1.650		6.980	1.674,60
SEX	28/02/2003	3.140	2.080	1.710		6.930	1.674,70
Volume FEVEREIRO Kg		71.040	46.460	30.360	3.140	151.000	35.675,40
Valor Total por Material R\$		17.760,00	6.504,40	10.626,00	785,00		35.675,40

PREÇOS: Para o mês todo

Papeião: 0,25

Papel Misto: 0,14

Papel Branco: 0,35

Plástico: 0,25

mar/03		Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
SAB	01/03/2003	4.400		1.700		6.100	1.739,00
DOM	02/03/2003					-	-
SEG	03/03/2003					-	-
TER	04/03/2003					-	-
QUA	05/03/2003	6.610	5.700	480		12.790	2.684,60
QUI	06/03/2003	1.580	930	900		3.410	856,00
SEX	07/03/2003	3.150	2.250	1.260		6.660	1.575,00
SÁB	08/03/2003	3.680	2.700	1.410		7.790	1.828,30
DOM	09/03/2003					-	-
SEG	10/03/2003	3.090	1.960			5.050	1.077,80
TER	11/03/2003	4.590	1.520	1.280		7.390	1.854,20
QUA	12/03/2003	2.930	2.040	1.320		6.290	1.774,20
QUI	13/03/2003	3.370	2.310	1.220		6.900	1.914,80
SEX	14/03/2003	2.720	2.070	1.940		6.730	1.964,60
SÁB	15/03/2003					-	-
DOM	16/03/2003					-	-
SEG	17/03/2003	5.190	3.450	1.770		10.410	2.886,00
TER	18/03/2003	3.580	2.610	1.500		7.690	2.143,80
QUA	19/03/2003					-	-
QUI	20/03/2003	6.770	2.230	3.340		12.340	3.768,40
SEX	21/03/2003	4.560	4.160	1.880		10.600	2.868,80
SÁB	22/03/2003					-	-
DOM	23/03/2003					-	-
SEG	24/03/2003	4.380	3.210	2.370		9.960	2.839,80
TER	25/03/2003	3.450		1.130		4.580	1.487,00
QUA	26/03/2003	3.810	4.890	1.280		9.980	2.535,20
QUI	27/03/2003	4.710	1.680	1.340		7.730	2.251,40
SEX	28/03/2003	2.450	2.900	1.690		7.040	1.933,00
SÁB	29/03/2003					-	-
DOM	30/03/2003					-	-
SEG	31/03/2003	6.930	4.180	2.940		14.050	4.007,40
Volume FEVEREIRO Kg		81.950	50.790	30.750	-	163.490	43.989,30
Valor Total por Material R\$		22.946,00	9.050,78	11.992,50	-		43.989,28

Preços: (R\$)	de 01/03 a 11/03	de 12/03 a 31/03
Papelão:	0,25	0,30
Papel Misto:	0,14	0,18
Papel Branco:	0,35	0,40
Plástico:	0,25	0,25

abr/03		Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
TER	01/04/2003	1.890	2.120	1.110		5.120	1.392,60
QUA	02/04/2003	8.270	2.220	1.390		11.880	3.436,60
QUI	03/04/2003	3.290	2.060	1.540		6.890	1.973,80
SEX	04/04/2003	3.850	2.290	1.290		7.430	2.083,20
SÁB	05/04/2003					-	-
DOM	06/04/2003					-	-
SEG	07/04/2003	5.650	3.720	3.040		12.410	3.580,60
TER	08/04/2003	2.940	1.780	770		5.490	1.510,40
QUA	09/04/2003	5.270	2.660	1.590		9.520	2.695,80
QUI	10/04/2003	3.910	2.400	1.670		7.980	2.273,00
SEX	11/04/2003	4.140	2.330	2.040		8.510	2.477,40
SÁB	12/04/2003					-	-
DOM	13/04/2003					-	-
SEG	14/04/2003	4.460	3.410	3.860		11.730	3.495,80
TER	15/04/2003	2.890	2.000	1.130		6.020	1.679,00
QUA	16/04/2003	3.240	2.050	1.480		6.770	1.933,00
QUI	17/04/2003	3.630	3.220	1.800		8.650	2.453,00
SEX	18/04/2003					-	-
SÁB	19/04/2003					-	-
DOM	20/04/2003					-	-
SEG	21/04/2003					-	-
TER	22/04/2003	8.360	1.940	1.920		12.220	3.664,00
QUA	23/04/2003	4.090	2.080	1.420		7.590	2.211,00
QUI	24/04/2003	2.120	2.480	1.420		6.020	1.700,00
SEX	25/04/2003	3.280	1.570	1.230		6.080	1.790,00
SÁB	26/04/2003					-	-
DOM	27/04/2003					-	-
SEG	28/04/2003	6.930	3.560	2.570			3.819,00
TER	29/04/2003	1.560	1.500	950			1.148,00
QUA	30/04/2003	4.000	2.850	1.320			2.298,00
Volume ABRIL Kg		83.770	48.240	33.540	-	140.310	47.614,20
Valor Total por Material R\$		25.131,00	9.067,19	13.416,00	-		47.614,19

Preços: (R\$)	de 01/04 a 16/04	de 16/03 a 30/03
Papelão:	0,30	0,30
Papel Misto:	0,18	0,20
Papel Branco:	0,40	0,40
Plástico:	0,25	0,25

mai/03		Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
QUI	01/05/2003					-	-
SEX	02/05/2003	4.270	3.110	2.400		9.780	2.863,00
SÁB	03/05/2003					-	-
DOM	04/05/2003					-	-
SEG	05/05/2003	5.830	4.970	2.480		13.280	3.735,00
TER	06/05/2003	4.180	1.330			5.510	1.520,00
QUA	07/05/2003	5.230	2.150	1.840		9.220	2.735,00
QUI	08/05/2003	1.580	2.390	2.000		5.970	1.752,00
SEX	09/05/2003	3.340	1.650	1.270		6.260	1.840,00
SÁB	10/05/2003					-	-
DOM	11/05/2003					-	-
SEG	12/05/2003	7.430	3.420	3.070		13.920	4.141,00
TER	13/05/2003	3.540	1.270			4.810	1.316,00
QUA	14/05/2003	3.390	4.880	1.760		10.030	2.697,00
QUI	15/05/2003	4.480	2.480	2.110		9.070	3.049,40
SEX	16/05/2003	3.710	2.210	1.790		7.710	2.580,70
SÁB	17/05/2003					-	-
DOM	18/05/2003					-	-
SEG	19/05/2003	5.300	4.060	1.620		10.980	3.509,80
TER	20/05/2003	2.280	2.290	1.730		6.300	2.074,20
QUA	21/05/2003	4.150	1.980	1.280		7.410	2.465,30
QUI	22/05/2003	3.830	2.070	1.770		7.670	2.580,70
SEX	23/05/2003	2.390	2.330	1.210		5.930	1.903,90
SÁB	24/05/2003					-	-
DOM	25/05/2003					-	-
SEG	26/05/2003	5.120	3.170	2.890		11.180	3.766,60
TER	27/05/2003	2.150	2.000	1.090		5.240	1.690,30
QUA	28/05/2003	3.330	2.000	1.500		6.830	2.275,50
QUI	29/05/2003	2.980	2.290	1.800		7.070	2.348,60
SEX	30/05/2003	2.100	1.730	1.120		4.950	1.620,60
SÁB	31/05/2003					-	-
Volume MAIO Kg		80.610	53.780	34.730	-	169.120	52.464,60
Valor Total por Material R\$		24.183,00	10.756,00	13.892,00	-		48.831,00

Preços: (R\$)

Materiais \ Período	de 1º a 14	de 15 a 30
Papelão:	0,30	0,35
Papel Misto:	0,20	0,24
Papel Branco:	0,40	0,42
Plástico:	0,25	0,25

jun/03		Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
DOM	01/06/2003					-	-
SEG	02/06/2003	5.810	3.520	2.370		11.700	3.873,70
TER	03/06/2003	3.000	2.140	880		6.020	1.933,20
QUA	04/06/2003	2.620	1.890	1.370		5.880	1.946,00
QUI	05/06/2003	4.000	2.210	1.510		7.720	2.564,60
SEX	06/06/2003	2.390	1.760	1.690		5.840	1.968,70
SÁB	07/06/2003					-	-
DOM	08/06/2003					-	-
SEG	09/06/2003	6.090	4.350	2.740		13.180	4.326,30
TER	10/06/2003	1.850	1.730	610		4.190	1.318,90
QUA	11/06/2003	4.870	2.570	1.320		8.760	2.875,70
QUI	12/06/2003	2.960		1.430		4.390	1.636,60
SEX	13/06/2003	3.780	2.090	2.040		7.910	2.681,40
SÁB	14/06/2003					-	-
DOM	15/06/2003					-	-
SEG	16/06/2003	4.470	2.820	1.780		9.070	2.988,90
TER	17/06/2003	3.070	2.880	1.380		7.330	2.345,30
QUA	18/06/2003	3.820	2.210	1.350		7.380	2.434,40
QUI	19/06/2003					-	-
SEX	20/06/2003	7.240	4.200	1.360		12.800	4.113,20
SÁB	21/06/2003					-	-
DOM	22/06/2003					-	-
SEG	23/06/2003	4.510	3.890	1.770		10.170	3.255,50
TER	24/06/2003	1.860		1.550		3.410	1.302,00
QUA	25/06/2003	3.980	4.340	1.390		9.710	3.018,40
QUI	26/06/2003	2.810	1.990	1.000		5.800	1.931,10
SEX	27/06/2003	3.040	2.190	1.040		6.270	2.078,40
SÁB	28/06/2003					-	-
DOM	29/06/2003					-	-
SEG	30/06/2003	3.450	1.920	1.790		7.160	2.509,60
Volume JUNHO Kg		75.620	48.700	30.370	-	154.690	51.101,90
Valor Total por Material R\$		26.467,00	11.688,00	12.946,90	-		51.101,90

Preços: (R\$)

Material \ Período	de 1º a 25	de 26 a 30
Papelão:	0,35	0,35
Papel Misto:	0,24	0,24
Papel Branco:	0,42	0,47
Plástico:	0,25	0,25

jul/03		Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
TER	01/07/03	2.330	2.460	600		5.390	1.687,90
QUA	02/07/03	2.940	2.130	1.020		6.090	2.019,60
QUI	03/07/03	2.730	2.070	1.020		5.820	1.931,70
SEX	04/07/03	2.100	2.500	1.250		5.850	1.922,50
SÁB	05/07/03					-	-
DOM	06/07/03					-	-
SEG	07/07/03	5.900	2.780	2.190		10.870	3.761,50
TER	08/07/03	1.760	1.990	840		4.590	1.488,40
QUA	09/07/03	3.530	1.440	860		5.830	1.985,30
QUI	10/07/03	1.770	2.080	1.230		5.080	1.696,80
SEX	11/07/03	2.990	1.650	1.010		5.650	1.917,20
SÁB	12/07/03					-	-
DOM	13/07/03					-	-
SEG	14/07/03	4.810	3.050	1.850		9.710	3.285,00
TER	15/07/03	2.300	1.690	590		4.580	1.487,90
QUA	16/07/03	3.140	830	1.990		5.960	2.233,50
QUI	17/07/03	2.970	2.180	1.070		6.220	2.065,60
SEX	18/07/03	1.970	2.060	1.160		5.190	1.729,10
SÁB	19/07/03					-	-
DOM	20/07/03					-	-
SEG	21/07/03	4.240	3.170	1.830		9.240	3.104,90
TER	22/07/03	2.260	1.420	590		4.270	1.409,10
QUA	23/07/03	3.610	2.080	1.000		6.690	2.232,70
QUI	24/07/03	1.410	1.710	1.140		4.260	1.439,70
SEX	25/07/03	2.700	2.250	1.120		6.070	2.011,40
SÁB	26/07/03					-	-
DOM	27/07/03					-	-
SEG	28/07/03	3.680	1.840	1.080		6.600	2.237,20
TER	29/07/03	2.270	1.980	970		5.220	1.725,60
QUA	30/07/03	2.690	2.090	1.140		5.920	1.978,90
QUI	31/07/03	2.710	1.890	1.030		5.630	1.886,20
Volume JULHO Kg		64.100	45.450	25.550	-	135.100	45.351,50
Valor Total por Material R\$		22.435,00	10.908,00	12.008,50	-		45.351,50

Preços: (R\$)

Material \ Período	de 1º a 31
Papelão:	0,35
Papel Misto:	0,24
Papel Branco:	0,47
Plástico:	0,25

	ago/03	Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
SEX	01/08/03	2.020	1.890	1.290		5.200	1.766,90
SÁB	02/08/03					-	-
DOM	03/08/03					-	-
SEG	04/08/03	1.490	1.330	760		3.580	1.197,90
TER	05/08/03	4.560	1.750	1.570		7.880	2.753,90
QUA	06/08/03	2.520	3.020	880		6.420	2.020,40
QUI	07/08/03	2.440	2.050	1.180		5.670	1.900,60
SEX	08/08/03	2.170	1.810	1.050		5.030	1.687,40
SÁB	09/08/03					-	-
DOM	10/08/03					-	-
SEG	11/08/03	3.970	2.810	1.880		8.660	2.947,50
TER	12/08/03	1.720	1.280	460		3.460	1.125,40
QUA	13/08/03	2.070	1.800	1.180		5.050	1.711,10
QUI	14/08/03	2.900	1.910	1.040		5.850	1.962,20
SEX	15/08/03	2.460	1.460	860		4.780	1.615,60
SÁB	16/08/03					-	-
DOM	17/08/03					-	-
SEG	18/08/03	4.010	3.660	2.550		10.220	3.480,40
TER	19/08/03	2.490	1.460	1.000		4.950	1.691,90
QUA	20/08/03	2.180	1.600	880		4.660	1.560,60
QUI	21/08/03	2.320	1.950	1.280		5.550	1.881,60
SEX	22/08/03	2.070	1.850	1.140		5.060	1.704,30
SÁB	23/08/03					-	-
DOM	24/08/03					-	-
SEG	25/08/03	4.680	3.650	2.250		10.580	3.571,50
TER	26/08/03	1.900	1.600	900		4.400	1.472,00
QUA	27/08/03	1.900	1.510	980		4.390	1.488,00
QUI	28/08/03	2.220	1.640	1.100		4.960	1.687,60
SEX	29/08/03	2.050	1.480	800		4.330	1.448,70
SÁB	30/08/03	2.240	1.850	1.300		5.390	1.839,00
DOM	31/08/03					-	-
Volume AGOSTO Kg		56.380	43.360	26.330	-	126.070	42.514,50
Valor Total por Material R\$		19.733,00	10.406,40	12.375,10	-		42.514,50

Preços: (R\$)

Materiais \ Período	de 1º a 31
Papelão:	0,35
Papel Misto:	0,24
Papel Branco:	0,47
Plástico:	0,30

	set/03	Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
SEG	01/09/2003	1.530	1.130	750		3.410	1.159,20
TER	02/09/2003	2.080	1.090	510		3.680	1.229,30
QUA	03/09/2003	2.290	1.760	1.000		5.050	1.693,90
QUI	04/09/2003	2.370	1.920	1.170		5.460	1.840,20
SEX	05/09/2003	2.330	1.910	1.030		5.270	1.758,00
SÁB	06/09/2003	3.100	2.130	1.230		6.460	2.174,30
DOM	07/09/2003					-	-
SEG	08/09/2003	970	590	400		1.960	669,10
TER	09/09/2003	2.430	1.820	600		4.850	1.569,30
QUA	10/09/2003	2.400	1.850	1.310		5.560	1.899,70
QUI	11/09/2003	2.170	1.240	630		4.040	1.353,20
SEX	12/09/2003	2.260	1.890	1.400		5.550	1.902,60
SÁB	13/09/2003	2.560	2.170	1.340		6.070	2.046,60
DOM	14/09/2003					-	-
SEG	15/09/2003	1.170	940	530		2.640	884,20
TER	16/09/2003	2.450	1.800	430		4.680	1.491,60
QUA	17/09/2003	2.270	1.910	940		5.120	1.694,70
QUI	18/09/2003	1.930	1.330	670		3.930	1.309,60
SEX	19/09/2003	1.960	1.440	900		4.300	1.454,60
SÁB	20/09/2003	2.690	2.360	1.100		6.150	2.024,90
DOM	21/09/2003					-	-
SEG	22/09/2003	1.050	710	440		2.200	744,70
TER	23/09/2003	2.100	1.420	480		4.000	1.301,40
QUA	24/09/2003	2.400	1.550	840		4.790	1.606,80
QUI	25/09/2003	2.520	1.920	800		5.240	1.718,80
SEX	26/09/2003	2.240	1.710	1.210		5.160	1.763,10
SÁB	27/09/2003					-	-
DOM	28/09/2003					-	-
SEG	29/09/2003	1.780	1.080	540		3.400	1.136,00
TER	30/09/2003	2.730	2.040	790		5.560	1.816,40
Volume SETEMBRO Kg		53.780	39.710	21.040	-	114.530	38.242,20
Valor Total por Material R\$		18.823,00	9.530,40	9.888,80	-		38.242,20

Preços: (R\$)

Materiais \ Período	de 1º a 31
Papelão:	0,35
Papel Misto:	0,24
Papel Branco:	0,47
Plástico:	0,35

	out/03	Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
QUA	01/10/2003	2.440	1.740	920		5.100	1.704,00
QUI	02/10/2003	2.170	1.610	1.130		4.910	1.677,00
SEX	03/10/2003	2.070	1.510	830		4.410	1.477,00
SÁB	04/10/2003	2.470	2.260	970		5.700	1.862,80
DOM	05/10/2003					-	-
SEG	06/10/2003	1.970	1.150	770		3.890	1.327,40
TER	07/10/2003	2.170	1.360	710		4.240	1.419,60
QUA	08/10/2003	2.740	1.800	790		5.330	1.762,30
QUI	09/10/2003	2.860	2.670	1.090		6.620	2.154,10
SEX	10/10/2003	2.780	1.560	790		5.130	1.718,70
SÁB	11/10/2003					-	-
DOM	12/10/2003					-	-
SEG	13/10/2003	6.370	4.080	1.910		12.360	4.106,40
TER	14/10/2003	2.140	1.380	470		3.990	1.301,10
QUA	15/10/2003	2.180	1.640	1.020		4.840	1.636,00
QUI	16/10/2003	2.490	2.400	1.350		6.240	2.082,00
SEX	17/10/2003	1.830	1.390	750		3.970	1.326,60
SÁB	18/10/2003					-	-
DOM	19/10/2003					-	-
SEG	20/10/2003	4.670	3.010	1.440		9.120	3.033,70
TER	21/10/2003	2.150	1.260	560		3.970	1.318,10
QUA	22/10/2003	2.760	1.560	1.040		5.360	1.829,20
QUI	23/10/2003	3.430	2.210	910		6.550	2.158,60
SEX	24/10/2003	2.220	1.980	1.020		5.220	1.731,60
SÁB	25/10/2003	2.630	2.260	1.210		6.100	2.031,60
DOM	26/10/2003					-	-
SEG	27/10/2003	2.670	1.940	780		5.390	1.766,70
TER	28/10/2003	2.340	1.580	550		4.470	1.238,00
QUA	29/10/2003	2.450	1.390	730		4.570	1.305,00
QUI	30/10/2003	2.840				2.840	852,00
SEX	31/10/2003	1.530	1.990	1.130		4.650	1.309,00
Volume OUTUBRO Kg		64.840	43.740	21.740	-	130.320	42.819,50
Valor Total por Material R\$		22.694,00	10.497,60	10.217,80	-		43.409,40

Preços: (R\$)

Materiais \ Período	de 1º a 27	28 a 31
Papelão:	0,35	0,3
Papel Misto:	0,24	0,2
Papel Branco:	0,47	0,4
Plástico:	0,35	

nov/03		Papelão	Misto	Branco	Plástico	Volume Diário Kg	Valor Total (R\$) Diário
sab	01/11/2003					-	-
dom	02/11/2003					-	-
seg	03/11/2003					-	-
ter	04/11/2003	3.300	3.110	1.310		8.220	2.336,00
qua	05/11/2003	2.060	1.570	690		4.320	1.104,00
qui	06/11/2003	3.170	1.630	950		5.750	1.528,40
sex	07/11/2003	2.930	1.710	360		5.500	1.548,00
sáb	08/11/2003	3.640	2.440	1.250		7.330	2.066,20
dom	09/11/2003					-	-
seg	10/11/2003	2.510	1.560	760		4.830	1.353,00
ter	11/11/2003	2.050	1.510	640		4.200	1.155,60
qua	12/11/2003	2.140	2.020	1.030		5.190	1.438,20
qui	13/11/2003	2.480	1.980	890		5.350	1.474,20
sex	14/11/2003	3.580	1.520	1.010		6.110	1.771,80
sáb	15/11/2003					-	-
dom	16/11/2003					-	-
seg	17/11/2003	3.980	3.260	2.130		9.370	2.675,40
ter	18/11/2003	2.170	2.410	650		5.230	1.357,80
qua	19/11/2003	2.890	2.320	1.210		6.420	1.792,80
qui	20/11/2003	2.790	2.170	910		5.870	1.609,80
sex	21/11/2003	2.630	1.480	1.190		5.300	1.555,20
sáb	22/11/2003	4.160	2.230	1.270		7.660	2.182,80
dom	23/11/2003					-	-
seg	24/11/2003	2.340	1.440	650		4.430	1.234,20
ter	25/11/2003	2.190	1.830	1.000		5.020	1.406,40
qua	26/11/2003	3.530	1.960	910		6.400	1.794,00
qui	27/11/2003	3.380	1.900	1.270		6.550	1.889,40
sex	28/11/2003	2.340	1.940	1.200		5.480	1.555,20
sáb	29/11/2003	4.990	2.640	1.660		9.290	2.669,40
dom	30/11/2003					-	-
Volume NOVEMBRO Kg		65.250	44.630	23.940	-	133.820	37.487,80
Valor Total por Material R\$		22.837,50	10.711,20	11.251,80	-		44.800,50

Preços: (R\$)

Materiais \ Período		
Papelão:	0,3	
Papel Misto:	0,18	
Papel Branco:	0,42	
Plástico:		

ANEXO C – ESTATUTO SOCIAL DA ACMR

ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Da Sede e da Administração, Do Foro Jurídico, da Área de Ação, do Prazo de Duração e do Exercício Social.

- Art. 1º - Da Denominação - Associação de Coletores de Materiais Recicláveis
- I- Da Sede e da Administração: - Com Sede no Município de Florianópolis - SC - Brasil.
 - II- Fundação:
 - III- Do Foro Jurídico: - Estabelecido no Município de Florianópolis - SC Brasil, sob a Ponte Pedro Ivo Campos, atrás do Terminal Rodoviário Rita Maria.
 - IV- Da área de ação, abrangendo a área central do Município de Florianópolis.
 - V - Do prazo de duração: - Por tempo indeterminado, por gestão administrativa de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO II - Dos objetivos sociais e finalidade:

- Art. 2º - A Associação objetiva defender os interesses econômicos e o bem-estar social de seus associados, desenvolvendo projetos decididos em Assembleia Geral, visando a integração social, e tem por finalidade a coleta e reciclagem de papéis e materiais reaproveitáveis.

Art. 3º - Para a consecução das atividades diárias, poderá a Associação firmar contratos, acordos, ajustes e convênios.

- Art. 4º - Cada associado responde subsidiariamente pelas obrigações assumidas com terceiros, pagando em dia as mensalidades com que se comprometeu para a constituição da Receita.

Seção I - Da admissão e dos Deveres, Obrigações e Direitos

Art. 5º - Para filiar-se à Associação, o candidato preencherá a proposta fornecida pela mesma, assinando-a, desde que trabalhe ou venha a trabalhar com coleta de papéis e de materiais recicláveis e que aceite as condições estipuladas no artigo 6º a seguir.

Parágrafo 1º - Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pela Diretoria, o candidato e o Presidente da Associação assinarão a ficha de matrícula.

Parágrafo 2º - Estão isentos da assinatura na ficha de inscrição os sócios fundadores.

Art. 6º - Cumprindo o que dispõe o artigo anterior, o associado assume os deveres e obrigações e adquire todos os direitos decorrentes da Lei deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Associação, sem divisão hierárquica.

Parágrafo 1º - Fica expressamente proibida qualquer sub-contratação ou assalariamento de terceiros, que venha descaracterizar o caráter de produção coletiva da Associação.



Parágrafo 2º - O associado tem o dever e a obrigação de:

- a) Realizar a coleta e separação do material reciclável dentro das normas e horários preconizados pelo Regimento Interno e Assembleia Geral, sendo que todo o material manipulado pelo associado, dentro do espaço físico cedido à Associação, é considerado produto do trabalho de todos os associados, para posterior comercialização;
- b) Submeter toda a parcela do material coletado e manipulado ao processo de comercialização realizado através da Diretoria;
- c) Subscrever ou integralizar as mensalidades que compõem a Receita nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e manutenção, incluindo a de administração e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- d) Cumprir disposições da Lei, do Estatuto, respeitar resoluções regularmente tomadas pela Presidência e as deliberações da Assembleia Geral dos Associados;
- e) Participar com o que lhe couber, em conformidade com as disposições deste Estatuto, para a cobertura das despesas da Sociedade e
- f) Prestar à Associação os esclarecimentos relacionados com a qualificação ou atividades que lhe permitiram a vinculação à Associação.

Parágrafo 3º - O associado tem direito a:

- a) Tomar parte nas Assembleias Gerais de Associados, discutindo e votando os assuntos nelas tratados, obedecendo ao designado no Art. 20;
- b) Votar e ser votado, salvo as exceções previstas neste Estatuto, para os órgãos de administração e fiscalização da Associação;
- c) Propor à Presidência ou às Assembleias Gerais de Associados medidas de interesse da Associação;
- d) Receber ao final do exercício financeiro (semanalmente ou quinzenalmente) a cota referente à sua produção, calculada proporcionalmente à frequência ao trabalho e ao volume de material coletado e/ou manipulado;
- e) Contar com subsídios do fundo de reserva da Associação para cobrir necessidades de saúde ou afastamentos necessários, uma vez submetidos à apreciação da Assembleia;
- f) Desligar-se da Associação quando lhe convier, comunicando à Diretoria e a esta fazendo sua prestação de contas;
- g) Solicitar por escrito, a qualquer tempo, toda e qualquer informação sobre os negócios da Associação e, nos 15 (quinze) dias que anteceder a realização da Assembleia Geral



Ordinária de Associados, consultar pessoalmente, na sede da Associação, os livros e peças do Balanço Geral.

Seção II - Da Exclusão e Eliminação

Art. 7º - No caso do item "F", o Presidente levará a termo a pedido da exclusão, comunicando o fato na primeira reunião da Diretoria.

Art. 8º - A eliminação do Associado, que será aplicada em virtude da infração da lei ou deste Estatuto, será feita por decisão da Diretoria depois de reiterada notificação ao infrator, e os motivos que a determinaram deverão constar do termo na ficha de matrícula assinada pelo Presidente da Associação e apresentada em Ata.

§ I - A Diretoria poderá eliminar o Associado que :

- a) Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Associação ou que colida com seus objetivos;
- b) Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei deste Estatuto, das resoluções ou deliberações da Associação;
- c) Faltar três vezes ao cumprimento de obrigações assumidas com a Associação, causando prejuízos à mesma;
- d) Obrigar a Associação a fornecer aval, fiança ou, por qualquer outro meio, assumir delitos por ele cometidos ;

§ II - O atingido terá apenas 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação, para interpor o recurso com efeito suspensivo, à primeira Assembléia Geral de Associados.

Seção III - Da Exclusão

Art. 9º - A exclusão do Associado também se dará por sua morte; incapacidade civil não suprida pelo mesmo; por deixar de atender os requisitos de seu ingresso e permanência na Associação; e, por dissolução da mesma

CAPÍTULO III - Da Receita

Art. 10º - A receita da Associação é constituída por pagamento de mensalidade, estipulada hoje no valor de R\$ 5,00 por associado e que poderá ser corrigida, mediante aval da Assembléia, adotando-se o índice definido em lei que melhor atenda à atividade exercida pelos associados

Parágrafo Único - Além da receita prevista neste Artigo, a Assembléia Geral de Associados poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a finalidades específicas (como, por exemplo, um plano de saúde, máquinas e equipamentos, etc.).



Art. 11º- Ao ser excluído por decisão da Diretoria ou por decisão própria, o associado não poderá reivindicar a devolução das mensalidades pagas.

CAPÍTULO IV – Da estrutura Geral

Art. 12º- A gestão das atividades da Associação processar-se-á por deliberação e atuação dos seguintes órgãos :

- I- Assembleia Geral de Associados, de característica Ordinária ou Extraordinária,
- II- Conselho Fiscal e
- III- Diretoria.

CAPÍTULO V – Da Assembleia Geral de Associados

Art. 13º- A Assembleia Geral de Associados – ORDINÁRIA OU EXTRAORDINÁRIA – é o órgão da Associação e, dentro dos limites legais e estatutários detém os poderes para decidir sobre o que seja conveniente ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 14º- Assembleia Geral de Associados será convocada com antecedência mínima de (dez) dias, ordinária ou extraordinariamente, por edital afixado na sede social e em locais apropriados das dependências de maior frequência dos associados.

Art. 15º- A Assembleia Geral de Associados será convocada pelo :

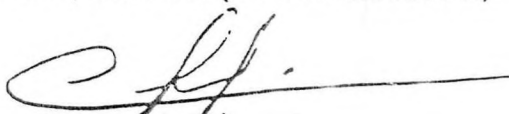
- I- Presidente, após deliberação da Diretoria;
- II- Conselho Fiscal, ocorrendo motivos de graves e urgentes e
- III- Mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após solicitação não atendida pelo Presidente.

Parágrafo 1º - Assembleia Geral de Associados será presidida :

- a) pelo Presidente, auxiliado pelo vice-presidente, sendo que por aquele convidados a participar da mesa os ocupantes de cargos sociais presentes;
- b) por Associado – aclamado na ocasião, auxiliado por Secretário por ele escolhido, quando a Assembleia não tiver sido convocada pelo Presidente, compondo a mesa os principais interessados em sua convocação;

Parágrafo 2º - Do Edital de convocação deverá constar :

- a) a denominação da Associação seguida da expressão “ convocação de Assembleia Geral de Associados” e de “ORDINÁRIA” OU “EXTRAORDINÁRIA”, conforme o caso;
- b) o dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;



- c) a sequência numérica da convocação;
- d) a especificação da Ordem-do-Dia;
- e) o número de Associados existentes na data da expedição do Edital para efeito do cálculo dos "quorum" de instalação e
- f) a assinatura, o nome e qualificação do responsável pela convocação. No caso de convocação por associado, as assinaturas e os nomes dos 4(quatro) primeiros signatários do documento que a solicitaram.

Art. 16º - A Assembleia Geral de Associados instalar-se-á:

- I- 1ª (primeira) convocação, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos Associados;
- II- 2ª (segunda), 1 (uma) hora após, com presença mínima da metade e (mais) 1 (um) dos associados e
- III- 3ª (terceira) e última convocação, 1 (uma) hora após a 2ª (segunda), com presença mínima de 04 (quatro) Associados.

Parágrafo 1º- Não havendo os "quorum" para a instalação da Assembleia Geral de Associados, convocada nos termos dos incisos deste artigo, será feita uma série de 3 (três) convocações em editais distintos, com intervalo mínimo de 10(dez) dias entre cada uma.

Parágrafo 2º- Perdurando a inexistência de "quorum" para a instalação da Assembleia, será admitida a intenção de se dissolver a Associação, fato que, de imediato será comunicado às autoridades competentes.

Art. 17º- As deliberações e decisões da Assembleia Geral de Associados serão aprovadas pela maioria simples de votos dos associados presentes com direito a voto, tendo cada associado direito a um 1(um) voto, a votação será por:

- I- Aclamação;
- II- Voto secreto, se assim decidir o plenário e
- III- Escrutínio secreto, quando para a escolha dos membros dos cargos dos órgãos sociais.

Art. 18º- Fica impedido de votar e ser votado na Assembleia Geral de Associados o associado que:

- I- Tenha sido admitido após a convocação da mesma e



Parágrafo 1º- Os ocupantes de cargos sociais, bem como os Associados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles refiram-se direta ou indiretamente, mas participam dos debates.

Parágrafo 2º- O Associado não poderá participar dos debates em deliberações que tenham interesses opostos aos da Associação

Art. 19º- Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral de Associados, decorrentes de erro, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da lei e do presente Estatuto por parte de qualquer associado ou membro da Diretoria, contado o prazo da data de realização da mesma.

Seção I - Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 20º- A Assembleia Geral Ordinária reúne-se, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer dos primeiros três meses após o encerramento do Exercício Social, cabendo-lhe especificamente:

- I- Eleição, reeleição e destituição, quando for o caso, de ocupantes de cargos sociais;
- II- Fixação de honorários, "pró-labore", verbas de representação e cédulas de presença para ocupantes de cargos sociais;
- III- Pronunciamento sobre programas de trabalho elaborados pela Diretoria;
- IV- Deliberação sobre o destino das sobras e o rateio das perdas.

Seção II - Da Assembleia Geral Extraordinária

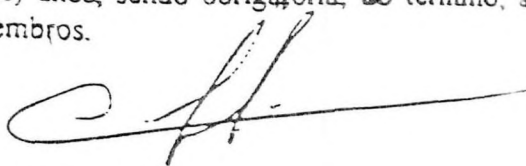
Art. 21º- A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário para deliberar sobre quaisquer assuntos, sendo de sua exclusiva competência os enumerados a seguir:

- I - Reforma estatutária;
- II - Fusão, incorporação ou desmembramento.

Parágrafo único - São necessários os votos de 2/3 dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

CAPÍTULO VI - Do Conselho Fiscal

Art. 22º- O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da administração da Associação, é composto por 4 (quatro) membros efetivos eleitos por Assembleia Geral de Associados, para mandato de 2(dois) anos, sendo obrigatória, ao término, a renovação de 2/3 (dois terços) de seus membros.



Parágrafo 1º- O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente (uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação mínima de 3(três) membros.

Parágrafo 2º- Ocorrendo vagas no Conselho Fiscal, a Diretoria convocará a Assembleia Geral de Associados para o preenchimento e os assim eleitos exercerão o mandato pelo prazo que restava aos antecessores.

Parágrafo 3º- Dois dos membros do Conselho Fiscal constituem-se em fiscais representantes da Associação, junto à SUSP, devendo para tal serem reconhecidos legalmente pela própria SUSP.

Seção Única – Das Funções e Atribuições

Art. 23º- Ao Conselho Fiscal, no exercício assíduo de fiscalização das operações, atividades e serviços da Associação, competem, dentre outras, as seguintes funções e atribuições:

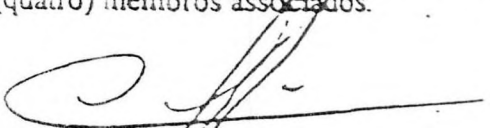
I – EXAMINAR : mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa e dos montantes das despesas e aplicações efetuadas, bem como documentação amparada em lei, verificando-se, também, se os mesmos estão dentro dos limites estabelecidos e em conformidade com os planos e decisões da Diretoria; mensalmente, os balancetes contábeis e outros demonstrativos; e, anualmente, o Balanço Patrimonial e Relatório da Diretoria;

II – VERIFICAR: as operações realizadas e se os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às previsões feitas e à conveniência econômico-financeira da Associação, se os compromissos são atendidos com pontualidade; dos extratos bancários e se conferem junto às autoridades fiscais administrativas, da regularidade das reuniões da Diretoria e se existem cargos vagos em sua composição; e da existência de reclamações de associados.

CAPÍTULO VII – Da Diretoria

- Art. 24º- A Associação será administrada, nos termos da lei que rege as Associações, por uma Diretoria constituída por 6 (seis) membros : - Presidente, vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, todos Associados, eleitos por maioria simples de votos pela Assembleia Geral de Associados.

Parágrafo 1º- Reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, quando convocada pelo Presidente; e pela maioria de seus membros Associados, ou ainda por solicitação do Conselho Fiscal, que é constituído por 4 (quatro) membros associados.



8

Parágrafo 2º- Suas deliberações serão tomadas validamente com presença de maioria simples dos presentes, vedando-se a representação/reservado o voto de desempate ao Presidente, e deverão ser consignadas em Atas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e, ao final dos trabalhos, assinada pelos membros presentes.

Parágrafo 3º- Suas reuniões serão dirigidas pelo Presidente

Parágrafo 4º- O Presidente, em seus impedimentos eventuais e em casos de vacância, será substituído pelo vice-presidente.

Parágrafo 5º- As substituições, nos impedimentos eventuais e nos inferiores a 90 dias, dar-se-ão segundo critérios a serem estabelecidos pela própria Diretoria.

Parágrafo 6º- Vagando 2 (dois) ou mais cargos na Diretoria, deverá o Presidente, ou os demais membros da Diretoria, se este cargo também estiver vago, convocar a Assembléia Geral de Associados para o preenchimento, e os assim eleitos complementarão os mandatos dos antecessores.

Seção I - Das Funções e Atribuições

Art. 25º- A Diretoria, no desempenho de suas funções e atribuições, dentro dos limites da legislação em vigor e deste Estatuto, atendidas as decisões e recomendações da Assembléia Geral de Associados, planejando, tracando e controlando normas e resultados para as operações e serviços da Associação, competem:

I - Elaboração de normas necessárias ao funcionamento da Associação;

II - Avaliação do montante dos recursos financeiros para operações e serviços, assim como providências para o atendimento com meios próprios;

→ III- Comercialização do material reciclável e distribuição equitativa e proporcional dos valores percebidos, mediante critérios definidos em Assembléia e Regimento Interno;

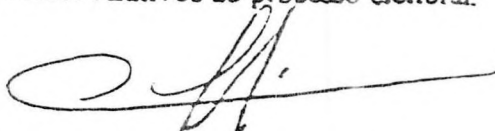
IV- Indicação dos bancos ou banco, nos quais devem ser feitos os depósitos do numerário disponível;

V- Contratação de serviços de auditoria;

VI- Julgamento de recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;

VII- Deliberação sobre convocação da Assembléia Geral de Associados;

VIII- Sempre que for prevista a ocorrência de eleições para Diretoria e Conselho Fiscal, coordenação dos trabalhos relativos ao processo eleitoral.



Seção II - Dos Membros da Diretoria



Art. 26º- Os membros da Diretoria desempenharão funções e atribuições, além das já definidas neste Estatuto, a serem enumeradas, definidas e hierarquizadas em ato normativo elaborado pela Diretoria e aprovado pela Assembleia Geral de Associados.

Parágrafo 1º- Ao Presidente compete supervisionar todas as atividades técnicas e administrativas da Associação e exercer a representação ativa e passiva da mesma, em conformidade com a política e diretrizes traçadas pela Diretoria.

Parágrafo 2º- As funções dos demais membros e as do Presidente serão objeto de ato previsto no regimento.

Parágrafo 3º- À Secretaria cabe secretariar os trabalhos e orientar a lavratura das atas da Diretoria e das Assembleias Gerais, além de realizar o controle de frequência dos associados e o volume de material coletado e/ou manipulado.

Parágrafo 4º- À Tesouraria compete o repasse de forma equitativa, proporcional à frequência e aos critérios estipulados em Assembleia Geral e Regimento Interno, dos montantes arrecadados com a comercialização dos materiais.

CAPÍTULO VIII - Dos Livros

Art. 27º- A Associação deverá ter os seguintes livros, facultada a adoção de livros de folhas soltas e ou fichas de matrícula, presença de Associados na Assembleia Geral; Atas da Assembleia Geral; Atas do Conselho Fiscal; Atas da Diretoria e outros livros fiscais e contábeis obrigatórios.

Parágrafo Único- Na ficha de matrícula, todos os associados serão obrigatoriamente registrados em cadastro individual, por ordem cronológica de admissão, e dele constarão: nome, estado civil, nacionalidade, profissão, escolaridade, residência, data de admissão e, quando for o caso, da demissão, eliminação ou exclusão.

CAPÍTULO IX - Dos Fundos

Art. 28º - A Associação, constituirá obrigatoriamente:

- 1- Fundo de Reserva - Destinado a reparar perdas eventuais de qualquer natureza e a atender ao desenvolvimento de suas atividades, e,

III- FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência técnica aos associados, constituído por 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício.

Art. 29º - Reverterá em favor da Associação legados e doações sem destino especial, salvo as destinadas a outrem por contrato.

CAPÍTULO X - Dos Balancetes e Balanço Geral

Art. 30º - Serão elaborados balancetes mensais confrontando receitas e despesas e, anualmente, o Balanço Geral, a ser levantado no dia 31 do mês de dezembro de cada ano, e os resultados serão apreciados em Assembleia Geral.

Art. 31º - As sobras líquidas apuradas no exercício, se a Assembleia Geral de Associados não der destinação diversa, deverão ser rateadas entre os Associados em partes iguais, proporcionalmente às operações que realizarem no exercício social.

Art. 32º - Os prejuízos de cada exercício, apurados em Balanço, serão cobertos pelo fundo de Reserva e, insuficiente este, serão rateados entre os associados em partes iguais, proporcionalmente com as operações que realizarem no exercício social.

Art. 33º - Os custos administrativos e/ou os gastos extraordinários ou eventuais, anteriormente aprovados em Assembleia, deverão ser rateados em partes iguais entre todos os associados, quer tenham ou não usufruído dos serviços da Associação durante o exercício.

CAPÍTULO XI - Da Dissolução

Art. 34º - A Associação dissolver-se-á, de pleno direito, se o número mínimo de 10 (dez) associados não estiver disposto a assegurar sua continuidade, quando :

I - Tenha alterado sua forma jurídica;

II - O número de Associados reduzir-se-á a menos que 10(dez) Associados, se, até a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

III - Ocorrer a paralisação de suas atividades por período superior a 120 (cento e vinte) dias e

IV - Houver cancelamento de sua autorização para funcionamento.

Art. 35º - A dissolução também se dará por decisão total dos Associados.

CAPÍTULO XII - Das Disposições Gerais



Art. 36º - São inelegíveis para os cargos sociais, assim como não podem ser designados para outros cargos na Associação, os que estiverem impedidos por Lei, por crime falimentar ou suborno, entre outros.

Art. 37º - Os mandatos dos membros dos órgãos sociais perduram até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, que corresponda ao Exercício Social em que tais mandatos findam-se.

Art. 38º - Os Associados não podem exercer cumulativamente cargos nos órgãos sociais.

Art. 39º - Perderá automaticamente o mandato o membro da Diretoria que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas durante o Exercício Social.

Art. 40º - A vacância dar-se-á por: renúncia, perda automática do mandato, destituição por Assembleia Geral de Associados e pelos casos previstos no Art. 9º.

Art. 41º - Os ocupantes de cargos sociais e administrativos eleitos não serão pessoalmente responsáveis por obrigações que contraírem em nome da Associação, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

Art. 42º - A Associação responderá pelos atos a que se refere o Artigo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

Art. 43º - Os participantes de ato ou operação social em que seja ocultada a natureza da Associação serão declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

CAPÍTULO XIII - Do Sistema Trabalhista

Art. 44º - Qualquer que seja a atividade, não existe vínculo empregatício entre a Associação e seus associados.

Art. 45º - A Associação iguala-se às demais em relação aos seus empregados, para os fins de legislação trabalhista e previdenciário.

Art. 46º - Determina o Estatuto da Associação que todos os associados façam desta uma alternativa para o apoio moral, social e ecológico, conforme o projeto de reciclagem material, aprovado em Assembleia Geral de associados.

